



Universidade Federal do Maranhão - UFMA

REITOR

Fernando Carvalho Silva

PRÓ-REITOR DA AGEUFMA - Agência de Inovação, Empreendedorismo, Pesquisa, Pós-Graduação e Internacionalização

Flávia Raquel Fernandes do Nascimento

DIRETORA DE PÓS-GRADUAÇÃO

Rosângela Fernandes

COORDENADORA DO PPGHis - Programa de Pós-Graduação em História

Soraia Sales Dornelles

VICE-COORDENADOR DO PPGHis - Programa de Pós-Graduação em História

Ítalo Domingos Santirocchi

© 2023 - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste número poderá ser reproduzida, seja por quais forem os meios empregados, sem a permissão por escrito da Coordenação do PPGHis.

As ideias, pensamentos, opiniões, conceitos ou visões emitidos em artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.

Os artigos recebidos para publicação são apreciados por no mínimo 2 (dois) revisores escolhidos preferencialmente entre os membros dos Conselhos Editorial, Consultivo e Consultores Ad Hoc.

ISSN: 1984-6169

Qualis/CAPES (2017-2020): A4

Revista Brasileira do Caribe é uma publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHis) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), de acesso aberto, e que tem por missão focalizar o estudo das culturas afro-americanas na sua relação com outras culturas e com suas matrizes africanas, apoiando-se na mais ampla interdisciplinaridade.

Fone/Fax: +55 98 3272-8391 ou 8392

E-mail: revista_brasileira_caribe@hotmail.com

URL: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rbrascaribe>

Revista Brasileira do Caribe | Grupo de Pesquisa Estudos Caribenhos

Dossiê: Independência nas Américas

Organização do Dossiê: Elizabeth Sousa Abrantes; Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus, João Paulo Peixoto Costa

EDITORES

Soraia Sales Dornelles (Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Brasil)

Josenildo de Jesus Pereira (Universidade Federal do Maranhão - UFMA, Brasil)

CONSELHO EDITORIAL

Alejandro de la Fuente (Harvard University - Cambridge, Estados Unidos da América do Norte), Aline Helg (Université de Genève - Suíça, Suíça), Antonio Maurício Dias da Costa (Universidade Federal do Pará, Brasil), Consuelo Naranjo Orovio (Consejo Superior de Investigaciones Científicas - CSIC/Madrid, Espanha), Jaime Almeida (Universidade de Brasília - UnB, Brasil), João José Reis (Universidade Federal da Bahia (UFBA), Brasil), Jorge Luis China (Wayne State University, Porto Rico), Maria Bernadette Thereza Porto (Universidade Federal Fluminense - UFF, Brasil), Laura Muñoz (Instituto Mora - México, México), Olga Rosa Cabrera Garcia (Universidade Federal de Goiás - UFG, Brasil), Sílvia Cezar Miskulin, Brasil), Soraia Soraia Sales Dornelles (Universidade Federal do Maranhão, Brasil), Stephen Grant Baines (Universidade de Brasília - UnB, Brasil).

CONSELHO CONSULTIVO

Brigida Manuela Pastor (Swansea University, Reino Unido, Espanha), Carine Dalmás (Universidade Estadual do Maranhão, Brasil), Danilo Rabelo (Universidade Federal de Goiás, Brasil), Dernival Venâncio Ramos (Universidade Federal do Tocantins, Brasil), Elena Cristina Palmero González (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil), Jorge Luis China (Wayne State University, Porto Rico), Juan José Baldrich (Universidad de Puerto Rico Recinto de Río Piedras, Porto Rico), Kátia Couto (Universidade Federal do Amazonas, Brasil), Marcos Antonio da Silva (Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Brasil), Miguel Suárez Bosa (Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Espanha, Luiz Sergio Duarte da Silva (UFG, Brasil), Patsy Lewis (Sir Arthur Lewis Institute for Social and Economic Studies (SALISES), Jamaica), Roland Walter (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Brasil), Rose Mary Allen (University of the Netherlands Antilles), Olga Portundo (Universidad de Santiago de Cuba, Cuba).

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Haroldo Matos | E-mail: jharoldo.matos@gmail.com

Ilustração da capa:

Image by <a href="https://www.freepik.com/free-vector/geometric-turquoise-pattern_824114.

htm#query=latin%20america%20pattern&position=12&from_view=search&track=ais">Freepik

Revista Brasileira do Caribe. Universidade Federal do Maranhão, vol. 24, nº 45, jul./dez. 2023, São Luis, Edufma, 2023. Semestral. Descrição baseada em vol. XVIII, nº 35, (jul/dez 2017) 148p. ISSN: 1984-6169 .

1.Caribe-História-Periódicos

CDU:94(1-928-9)

SUMÁRIO

EDITORIAL As independências nas américas Elizabeth Sousa Abrantes; Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus; João Paulo Peixoto Costa	05
Revolução, Independência e Abolição: o caso haitiano (1791-1804) Felipe Riccio Schiefler	13
A Revolução do Porto na Província do Maranhão: reflexões a partir da leitura de folhetos políticos Lucas Gomes Carvalho Pinto	27
Entre “liberais” e “déspotas”: as revoluções liberais europeias nos periódicos do Brasil de 1821 Arthur Reis	45
Nacionalização da Independência: notas sobre o caso de Pernambuco (1817-1831) Ivan Soares dos Santos Júnior	61
“A liberdade dos naturais desta Província”: aspectos sobre a mobilidade espacial e o trabalho indígena na fronteira platina de princípios do século XIX Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo	83
As Américas do general: um estudo da construção de uma memória histórica por José Ignácio de Abreu e Lima na missiva para José Antônio Páez, 1868 Paulo Montini; Diogo Arruda Carneiro da Cunha	103
RESENHA As várias independências: resenha do livro “A Independência do Brasil: temas de pesquisa e ensino de história” Luísa Cutrim	135

ENTREVISTA

João Paulo Garrido Pimenta, historiador

Elizabeth Souza Abrantes; Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus;
João Paulo Peixoto Costa

143

EDITORIAL

As independências nas Américas

Elizabeth Sousa Abrantes¹

 <https://orcid.org/0000-0002-4087-0057>

Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus²

 <https://orcid.org/0000-0001-8913-3966>

João Paulo Peixoto Costa³

 <https://orcid.org/0000-0001-6767-4104>

Os atuais países americanos conquistaram as suas Independências em períodos e modos diferentes, uma vez que as suas colonizações foram marcadas por experiências distintas no bojo do projeto colonial europeu da época Moderna. Essas distintas formações sociais, por outro lado, compartilharam características em comum em seu processo de formação, como o uso de mão de obra escravizada de indígenas, africanos e seus descendentes, uma exploração dos recursos naturais pautada na concentração latifundiária das terras, monoculturas destinadas ao mercado externo, moldando um sistema econômico excludente que suas elites pretendiam perpetuar nos novos países independentes, desconsiderando os anseios de mudanças dos setores subalternos.

As compreensões contemporâneas das historiografias a respeito das sociedades fortemente hierarquizadas, além de étnica e socialmente bastante heterogêneas, redefiniram em muitos sentidos as escritas sobre as emancipações políticas nas Américas oitocentistas. Como afirmamos, os setores subalternos tinham anseios próprios, o que nos parece óbvio em algum sentido. No entanto, as pesquisas históricas nem sempre se deram conta da agência popular, ou mesmo da capacidade de variados grupos sociais em acompanhar os processos de formação dos Estados nacionais e projetar futuros próprios.

1 Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Associada do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: bethabrantess@yahoo.com.br.

2 Doutor em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professor da Faculdade Laboro (São Luís-MA). E-mail: yuri_alhadeff@hotmail.com.

3 Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Instituto Federal do Piauí, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: joao.peixoto@ifpi.edu.br.

Reconhecer a heterogeneidade dessas sociedades e a agência de múltiplos setores que compuseram as independências americanas não implica em desconfigurar a escrita dessas histórias. Não se trata, em primeiro lugar, de desconsiderar o papel das elites dirigentes e seus interesses. Muito pelo contrário: faz-se imperativo perceber que não compunham grupos homogêneos, além de identificar as variadas interações que necessitavam estabelecer para viabilizar projetos próprios. Ou seja, homens brancos e ricos, no alto de seus cargos e patentes militares, não agiram sozinhos. O quadro se amplia quando damos conta que os movimentos empreendidos a partir dos grandes centros político-administrativos não resumem, nem de longe, a miríade de expectativas, de leituras e de ações postas em jogo a partir das regiões, inclusive daquelas mais periféricas.

Em segundo lugar, as vozes das ruas, das matas e das roças gritavam mais alto do que imaginamos. À medida que a historiografia ousa se perguntar sobre esses e essas agentes, mais os arquivos são revirados, trazendo à tona novas fontes, ou novas abordagens sobre as já conhecidas, e colorindo o quadro de transformações que marcaram a formação dos Estados nacionais na América. Negros/as, indígenas, mestiços/as, ciganos/as, escravizados/as e libertos/as, pobres e mulheres em geral: todos/as liam o que se passava, interpretavam as mudanças e projetavam um futuro mais vantajoso para si. Mesmo porque a independência dos novos países atingiria decisivamente suas vidas e suas comunidades.

O dossiê “As Independências nas Américas” apresenta pesquisas sobre os processos de emancipação nas Américas Central e do Sul sob diversas perspectivas, as quais buscam compreender as rupturas e permanências expressas nas lutas que se sucederam para as suas Independências políticas, assim como trazer o protagonismo de sujeitos históricos que ficaram marginalizados.

As primeiras décadas do século XXI são marcadas pelos bicentenários das Independências no continente americano, a exemplo do Brasil, em 2022, na América do Sul. Esse período está sendo marcado também pela emergência de alguns governos autoritários, negacionistas e conservadores, ligados ao campo político da extrema direita, os quais promovem uma “guerra cultural” para seu projeto de poder, utilizando essas efemérides de acordo com seus interesses políticos. Foi o que aconteceu no Brasil, em 2022, último ano do governo Bolsonaro (2019-2022), em que houve uma tentativa de instrumentalizar o 7 de setembro para a projeção da imagem do presidente, ao mesmo tempo em que procurou reforçar o mito de D. Pedro I como “herói nacional”, ao trazer de Portugal, embalsamado, o coração desse monarca, para uma exposição no Palácio do Itamaraty, intitulada “Um coração ardoroso: vida e legado de D. Pedro I”.

O que ficou de fora no Brasil em 2022, tendendo a ocorrer o mesmo em qualquer sistema autoritário que comemora suas efemérides, foram os incentivos públicos à ciên-

cia, às universidades e a políticas de memória mais democráticas, inclusivas e que tenham a coragem de rever ou desconstruir o altar de figuras tradicionalmente consagradas. Portanto, não era interesse do governo Bolsonaro, ou de quaisquer outros similares, ressoar interpretações que destacassem o protagonismo dos grupos subalternizados, seus projetos próprios e os processos de exclusão e opressão que fundamentaram a formação do Estado. Ou seja, ignorando as leituras dos movimentos sociais e das pesquisas acadêmicas, que dão ênfase às independências que ainda não aconteceram, a extrema-direita prefere a ilusão nacionalista e hipócrita de sociedades harmônicas construídas sobre a ordem.

Nada é mais enganoso, a começar pela formatação jurídica dos novos Estados americanos, decorrentes dos processos de Independência, que passaram a ser legislados por Constituições próprias e com autonomia política. Mas, diante disso, as análises dos desdobramentos desses eventos se tornam complexas perante à dimensão continental que se configura essas Américas. Os homens que estiveram à frente dos processos de Independências políticas na América estavam embasados nas ideias liberais para fundamentar as suas ações. Sob este ideário, levantaram pautas diversas como liberdade, igualdade jurídica, direito à propriedade, o fim da escravidão, mas, embora as Independências políticas tenham sido realizadas, elas esbarraram nos limites que não chegaram a romper com todos os grilhões coloniais. Cabe destacar que mesmo sendo liderados pelas elites coloniais, nos movimentos de Independências participaram diversos “grupos sociais como indígenas, mulheres, escravos, pensadores, escritores, religiosos, funcionários públicos, membros das forças militares, cujas decisivas intervenções somente muito recentemente têm sido valorizadas e interpretadas pelos historiadores” (Sebrian, 2012, p. 35).

O propósito nessas lutas pela Independência era a soberania política. “Era a libertação mais do que a construção de uma nova liberdade, a construção de uma nova liberdade é algo que ainda está em processo. É algo que só se poderia mesmo pensar depois”. Algumas pautas foram postas durante a formação e consolidação desses novos Estados, dentre estas era preciso definir quem seria e quem não seria um cidadão, e em cada Estado teve um percurso distinto. “Uns mais flexíveis, liberais, para usar a linguagem da época, e outros mais conservadores, ou seja, querendo manter os antigos privilégios que existiam naquelas velhas sociedades e que foram mesmo mantidos em muitos lugares” (Pamplona, 2009, p. 8).

Muito por conta desses dilemas é que os caminhos percorridos pelos grupos subalternizados foram tão heterogêneos. Ou seja, se o discurso liberal com condições históricas de aplicação nas Américas passava ao largo da igualdade de todas as pessoas – como projetado por alguns autores da Europa –, em terras americanas seria recebido de formas insurgentes. Também lidavam com um liberalismo que construía definições excludentes para os conceitos de *cidadania* e *igualdade*, quando eliminava antigas particularidades

étnicas ou prerrogativas que remetiam ao Antigo Regime (Almeida, 2007; Ohmstede, Contreras e Bustos, 2022).

Para uns, as ideias liberais deveriam necessariamente corresponder à expansão dos direitos dos cidadãos a todos os grupos étnicos e sociais, a partir de uma leitura não necessariamente jacobina, mas tradicional dentro de universos populares. Mas, também era comum o alinhamento às causas das Coroas ibéricas, tendo em vista o longo e tradicional histórico de relações recíprocas com as monarquias. Dentre os variados caminhos de leitura possíveis para os grupos subalternizados à época das independências, apegar-se ao legado das antigas sociedades corporativas poderia garantir mais direitos e proteções (Almeida, 2007; Echeverri, 2016; Ohmstede, Contreras e Bustos, 2022).

A ampliação do olhar historiográfico para os processos de Independência, levando em conta suas inúmeras complexidades, só é possível por meio de esforços de fugir dos lugares comuns. Isso vale tanto para os indivíduos e setores sociais analisados quanto para as dinâmicas regionais e locais, como já expusemos aqui. Mas tudo isso só é possível por meio de desenvolvimentos de novas metodologias de aproximação e compreensão dos arquivos e das fontes disponíveis. Poucas referências conhecidas a determinados eventos ou manifestações na documentação não correspondem, necessariamente, ao não ocorrido. Antes, podem indicar as condições de produção dos registros, o poder político e econômico de quem as produzia, ou simplesmente os caminhos ainda pouco percorridos pelas pesquisas. Quando o escopo metodológico é ampliado, indo para bem além das fontes institucionais, novas perguntas, personagens e problemáticas emergem e complexificam nossa compreensão dos processos de Independência.

Este dossiê pretende dialogar com todas essas possibilidades de renovação historiográfica. Para isso, apresenta sete artigos que tratam de processos de Independência na América Central (Haiti) e na América do Sul (Brasil e Paraguai), uma resenha e uma entrevista com o historiador João Paulo Garrido Pimenta, especialista na Independência do Brasil.

O artigo que abre o dossiê, intitulado *Revolução, Independência e Abolição: o caso haitiano (1791-1804)*, sob autoria de Felipe Riccio Schiefler, trata da Revolução Haitiana (1791-1804) a partir de três aspectos: “seu papel no quadro das grandes revoluções que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, modificaram as bases da cidadania; o impacto do movimento para as Independências americanas e para o abolicionismo; e, por último, suas relações com o Brasil escravista que, a despeito do itinerário distinto da Independência e do processo de abolição, sofreu fortes impactos advindas do movimento haitiano”.

O artigo *A Revolução do Porto na província do Maranhão: reflexões a partir da leitura de folhetos políticos*, de Lucas Gomes Carvalho Pinto, aborda os impactos da Revolução do Porto, ocorrida em Portugal em 1820, na Província do Maranhão a partir das expectativas e

disputas políticas geradas pela adesão dessa província nortista ao movimento vintista, em 1821. O autor aborda a situação econômica e política em que a província maranhense se encontrava quando aderiu ao movimento do Porto, e parte da premissa de que “a Revolução do Porto não está vinculada a Independência brasileira, mas o novo ambiente por ela proporcionado no Maranhão gerou um novo contexto sócio-político, consequência direta de suas ideias e que apenas no futuro será confrontada com a ideia de Independência”.

No artigo *Entre “liberais” e “déspotas”: as revoluções liberais europeias nos periódicos do Brasil de 1821*, do pesquisador Arthur Reis, o objetivo é analisar “como os movimentos liberais europeus foram abordados pelos periódicos do Brasil entre 1821 e a chegada da notícia do Fico nas províncias brasileiras, o que ocorreu em 1822”, com destaque para “os discursos políticos que permearam o debate político dentro desse recorte”. Segundo o autor, os “periodistas criaram uma identidade liberal para mobilizar o público em defesa de seus interesses, com base no compartilhamento de experiências entre os dois lados do Atlântico. Essa identidade foi marcada pela polarização entre ‘liberais’ e ‘déspotas’, estimulada em 1821 em defesa do movimento político constitucionalista em Portugal”.

O artigo *Nacionalização da Independência: notas sobre o caso de Pernambuco (1817-1831)*, de Ivan Soares dos Santos Júnior, “discorre sobre o contexto de Pernambuco na Independência do Brasil, entendendo-a como um processo de longa duração, iniciado em 1817 e consolidado em 1831”. A abordagem apresenta as “disputas políticas, contidas na imprensa, personagens da cena política envolvidos no tráfico de escravos e motins de povo e tropa”.

O artigo *“A Liberdade dos naturais desta província”: aspectos sobre a mobilidade espacial e o trabalho indígena na fronteira platina de princípios do século XIX*, de Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo, apresenta projetos de defesa e expansão de fronteiras que foram elaborados por agentes do governo e por particulares, nos limites entre o Vice-reino do Brasil e províncias platinas, durante os primeiros anos do século XIX. Mostra como as distintas “autoridades afiançaram e discordaram de planos nos quais uma das principais questões em jogo era a reorganização política de espaços limítrofes, estreitamente vinculada à necessidade de definir aspectos sobre a liberdade dos guaranis e o destino das suas terras e bens”. E como em “meio aos debates e às práticas de recrutamento figuraram testemunhos sobre a inaptidão de indígenas para o trabalho, mesmo quando a realização de expedições militares dependia dos seus conhecimentos sobre o território e o manejo de rebanhos vacuns e cavaleares”.

O artigo *As Américas do general: um estudo da construção de uma memória histórica por José Ignacio de Abreu e Lima na missiva para José António Páez, 1868*, sob a autoria de Paulo Montini e Diogo Arruda Carneiro da Cunha, analisa como o general Abreu e Lima

“construiu um projeto de memória reconstituindo sua trajetória em três momentos sucessivos: (i) durante as guerras de independência latino-americanas entre os anos 1820 e 1830; (ii) durante o período regencial, quando se instalou no Rio de Janeiro após uma passagem pela Filadélfia; e enfim (iii) no Recife, nos anos 1840, período de efervescência político-partidária que culminou na Insurreição Praieira”. A fonte utilizada na pesquisa é uma “carta de José Ignacio de Abreu e Lima (1794-1869) ao venezuelano José António Páez (1790-1873), publicada em *O Novo Mundo*, periódico mensal lançado nos Estados Unidos por José Carlos Rodrigues (1844-1923) em abril de 1873”. Segundo o autor, “Abreu e Lima construiu o seu percurso memorialístico assumindo de forma consciente a sua biografia como a de um fiel bolivarista, historicizando seus próprios passos e fazendo projeções àquilo que em sua leitura se delineava no horizonte político do país e, no fim, para si mesmo”.

A resenha intitulada *As várias Independências: resenha do livro A Independência do Brasil: temas de pesquisa e ensino de história*, feita por Luísa Cutrim, analisa a coletânea *A Independência do Brasil: temas de pesquisa e ensino de história*, sob a organização das pesquisadoras Kelly Eleutério Oliveira e Renata Silva Fernandes, publicada em 2022 pela editora Traço Fino. Essa coletânea foi produzida no contexto de comemorações do Bicentenário da Independência, com o objetivo de “apresentar quadros gerais sobre algumas temáticas discutidas pela historiografia nas últimas décadas em relação aos processos de Independência do Brasil e de construção do Estado Nacional no século XIX”. A coletânea traz como destaque nos capítulos a “integração dessa historiografia acadêmica com um público mais amplo, principalmente com os docentes de ensino básico”.

O dossiê encerra com a entrevista concedida pelo historiador João Paulo Garrido Pimenta, professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), autor de artigos, livros e capítulos de livros sobre o processo de Independência e formação do Estado Nacional brasileiro. Nesta entrevista reflete sobre as mudanças nas interpretações historiográficas da Independência do Brasil, ocorridas nas últimas décadas; as comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil, com suas apropriações e disputas de narrativas em um contexto marcado conservadorismo e negacionismo; o ensino de história em relação ao tema da Independência política do Brasil e sobre as novas abordagens do processo de Independência que priorizam o protagonismo dos setores considerados subalternos da sociedade, entre outros aspectos.

Com este dossiê, a Revista Brasileira do Caribe, do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS-UFMA), também contribui para a pesquisa e divulgação dos estudos sobre a Independência no contexto do Bicentenário dos diversos processos de Independência nas Américas, com destaque para os duzentos anos da Independência do Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Comunidades indígenas e Estado nacional: histórias, memórias e identidades em construção (Rio de Janeiro e México - séculos XVIII e XIX). In: ABREU, Marta; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Org.). **Cultura política e leituras do passado**: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ECHEVERRI, Marcela. **Indian and slave royalists in the age of revolution**: reform, revolution and royalism in the Northern Andes, 1780-1825. New York: Cambridge University Press, 2016.

OHMSTEDE, Antonio Escobar; CONTRERAS, Zulema Trejo; BUSTOS, José Marcos Medina. Dialoguemos sobre o liberalismo do século XIX no México. In: MOREIRA, Vânia Maria Losada; DANTAS, Mariana Albuquerque; COSTA, João Paulo Peixoto; MELO, Karina Moreira Ribeiro da Silva; OLIVEIRA, Tatiana Gonçalves de (Org.). **Povos indígenas, independência e muitas histórias**: repensando o Brasil no século XIX. Curitiba: CRV, 2022.

PAMPLONA, Marco Antonio. Bicentenário das independências hispano-americanas: o que comemorar? Entrevista realizada por Adélia Maria Koff. **Revista Nuevamerica**: La Revista de la Pátria Grande. Rio de Janeiro, n. 123, 2009. Disponível em: <http://www.novamerica.org.br/ong/wp-content/uploads/2019/07/0123.pdf>.

SEBRIAN, Raphael Nunes Nicoletti. **História das Américas**: das independências aos desafios do limiar do século XXI. Paraná: UNICENTRO, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unicentro.br>.

Revolução, Independência e Abolição: o caso haitiano (1791-1804)

Revolución, Independencia y Abolición: el caso haitiano (1791-1804)

Revolution, Independence and Abolition: the Haitian case (1791-1804)

Felipe Riccio Schiefler¹

 <https://orcid.org/0000-0002-8471-2931>

Resumo: O artigo tem como objetivo apresentar a Revolução Haitiana (1791-1804) a partir de uma tripla interseção: seu papel no quadro das grandes revoluções que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, modificaram as bases da cidadania; o impacto do movimento para as Independências americanas e para o abolicionismo; e, por último, suas relações com o Brasil escravista que, a despeito do itinerário distinto da Independência e do processo de abolição, sofreu fortes impactos advindas do movimento haitiano.

Palavras-chave: Independência; Revolução; Abolição.

Resumen: El artículo pretende presentar la Revolución haitiana (1791-1804) desde una triple intersección: su papel en el marco de las grandes revoluciones que, a lo largo de los siglos XVII y XVIII, cambiaron las bases de la ciudadanía; el impacto del movimiento por la independencia y el abolicionismo estadounidenses; y, finalmente, sus relaciones con el Brasil esclavista que, a pesar del distinto itinerario de la Independencia y el proceso abolicionista, sufrió fuertes impactos del movimiento haitiano.

Palabras clave: Independencia; Revolución; Abolición.

Abstract: The article aims to present the Haitian Revolution (1791-1804) from a triple intersection: its role within the framework of the great revolutions that, throughout the 17th and 18th centuries, changed the bases of citizenship; the impact of the movement for American Independence and abolitionism; and, finally, its relations with slave-owning Brazil which, despite the distinct itinerary of Independence and the abolition process, suffered strong impacts from the Haitian movement.

Keywords: Independance; Revolution; Abolition.

1 INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo apresentar a Revolução Haitiana (1791-1804) a partir de uma tripla interseção: seu papel no quadro das grandes revoluções que, ao longo dos séculos XVII e XVIII, modificaram as bases da cidadania; o impacto do movimento para as

1 Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil(2017). Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil.
E-mail: felipeschiefler@gmail.com.

Independências americanas e para o abolicionismo; e, por último, suas relações com o Brasil escravista que, a despeito do itinerário distinto da Independência e do processo de abolição, sofreu fortes impactos advindas do movimento haitiano.

Apesar de ter crescido nos últimos anos, a produção historiográfica sobre o Revolução do Haiti ainda está longe da atenção dada a outros processos revolucionários e independentistas (MOREL, 2017; SCWARCZ, 2019; GOMES, 2019). Nos livros didáticos, tanto o processo de colonização do Caribe quanto a Revolução do Haiti, quando aparecem, são tratados em, no máximo, duas páginas. Ademais, muitas vezes o movimento revolucionário haitiano é apresentado, sem maiores aprofundamentos, como simples resultado das ideias iluministas e da revolução na metrópole francesa (BITTENCOURT, 2005; FERREIRA, 2019).

Liderada por pessoas escravizadas e capaz de liquidar, em uma só tacada, o domínio colonial e a escravidão, chama a atenção que a Revolução Haitiana seja tão pouco estudada. Sua história não foi abordada nem mesmo na obra de Eric Hobsbawm, “A era das revoluções”, a despeito de se dar quase que concomitantemente à Revolução Francesa. No campo historiográfico das Independências americanas, os holofotes também não se voltam para ela, mesmo que tenha sido a segunda Independência do continente.

Segundo o antropólogo haitiano Michel Trouillot, esse silenciamento acerca da Revolução Haitiana na história Ocidental está diretamente ligado à incapacidade da Europa branca em pensar algo que lhes parecia, ontologicamente, inconcebível: que pessoas negras e escravizadas pudessem ser atores centrais dos processos históricos, de organizar revoltas, instituir governo e pautar lutas pela liberdade. A Revolução Haitiana “contradiz muito do que o Ocidente conta de si mesmo, para si e para os outros” (TROUILLOT, 2016, p. 173).

Perde-se de vista, com isso, o papel da Revolução Haitiana para a conformação da própria cidadania e do pensamento político moderna. Ao colocar revolução, independência e abolição como parte de um mesmo processo, algo inédito no contexto independentista americano, a experiência haitiana trouxe práticas e ideias que aprofundaram os debates acerca da liberdade e da igualdade. A começar que, a maior parte das narrativas históricas do Ocidente, à época, não via contradição em defender a liberdade e, ao mesmo tempo, ter no tráfico de escravos uma de suas bases materiais.

Como se sabe, grande parte dos autores das Luzes² preferia se referir à escravidão como uma metáfora de relações de poder assimétricas, injustas, mas não iam direto ao âm-

2 Luzes ou Ilustração são um dos temas mais debatidos nas ciências humanas e na historiografia. Embora não haja consenso – nem mesmo temporal ou espacial – acerca do tema, consideramos, em consonância com ampla gama de autores, o pensamento das Luzes a partir de um caráter mais geral e a partir de marcos temporais mais alargados, sem deixar de remarcar sua incidência no continente americano, inclusive nas partes ibero-americanas. No artigo, a ideia é observar duas principais questões: o parco debate, pelos pensadores das luzes, acerca do tráfico de escravos e dos processos de escravização que lastreavam parte significativa da econômica coeva; e a circulação e a apropriação criativa do pensamento ilustrado por agentes diretamente ligados à Revolução. Para um excelente debate sobre o tema das Luzes, ver VILLALTA, Luiz Carlos.

go da questão, isto é, ao tráfico de escravos e à escravidão que percorria todo o Novo Mundo, deixando-os, portanto, como temática marginal, malgrado escrevessem justamente no contexto de expansão da mercantilização da escravidão. Não por acaso, eram os lucros advindos dela os responsáveis por lastrear parte significativa do sistema capitalista (Buck-Morss, p. 32-36).

Deve-se levar em conta, todavia, que, no quadro multifacetado das Luzes, houve, também, quem dirigisse duras críticas à dominação colonial e à escravidão nas Américas. Dentre estes, cabe lembrar o abade Raynal, autor de um dos sucessos editoriais da época, “*Histoire Philosophique des deux Indes*”, obra que foi acusada de ter dado força às revoluções francesa e haitiana.

Na obra, o autor chega a sugerir que, caso nada fosse feito para modificar o quadro colonial, seria plausível o surgimento de um novo Spartacus, moderno e disposto à libertação da América. O amplo alcance de divulgação das ideias de Raynal pode ser comprovado pelo fato de serem conhecidas em diferentes partes das colônias americanas. Na colônia de São Domingos, ao ter contato com ela, uma das principais lideranças revolucionárias, Toussaint Louverture, não se esquivou à tarefa, e se colocou como o próprio Spartacus moderno, num movimento criativo de adaptação das noções propaladas pelo livro.

A relação entre os processos revolucionários na França e no Haiti merece destaque. Não por um caminho mecanicista e eurocêntrico, que não se cansa de colocar esta como causa-efeito daquela. Basta, quanto a isso, destacar o baixíssimo número de revolucionários franceses que apoiavam, de maneira conjunta, a abolição da escravidão e a Independência nas colônias (JAMES, 2010; CESAIRE, 2021). Por outro lado, é preciso salientar que as revoltas escravas e a formação de quilombos, por toda América, ganhavam força quando a elite colonial e metropolitana estava em litígio (GOMES, 2019). Os revolucionários haitianos, assim, intensificaram as ações com a eclosão da revolução na metrópole, mas a colônia já era, há tempos, palco de muitas agitações e tensões sociais.

Ademais, os silenciamentos também tiveram vez na própria historiografia haitiana, que buscou encobrir os episódios fratricidas existentes no interior da revolução, quando grupos rebeldes protagonizaram uma verdadeira guerra à parte. Algumas dessas personagens acabaram tendo suas memórias apagadas, como é o caso do pouco falado Jean-Baptiste Sans Souci.

Liderança militar de relevo, nunca admitiu a subordinação aos franceses, mesmo quando a maior parte dos nomes mais lembrados da revolução assim o fizeram. Suas tropas resistiram. Quando a revolução muda seu curso nas relações externas, e novamente a luta contra a metrópole é retomada, Sans Souci não aceita as patentes militares conferidas por

Usos do livro no mundo luso-brasileiro. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 79-123.

Jacques Dessalines e Henri Christophe. O silenciamento da dissidência, segundo o antropólogo haitiano Michel Trouillot, foi o preço a ser pago por um movimento de tamanha radicalidade. Contrastando, portanto, com a Independência dos Estados Unidos, onde a revolução não desembocou no questionamento da escravidão como base do sistema econômico (TROUILLOT, 2016).

2 BREVE HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO

Com a chegada de Cristovão Colombo à América, em 1492, o futuro Haiti foi nomeado pelo navegador genovês com o nome de Hispaniola. Territorialmente, a ilha, como um todo, tem um tamanho próximo ao estado brasileiro de Alagoas, sendo que o atual Haiti fica com a terça parte disso. Ao desembarcar, Colombo se deparou com uma população de quase trezentos mil índios taínos, que foi majoritariamente exterminada em menos de trinta anos (MOREL, 2017).

O contato do mundo europeu com os povos originários da região foi marcado por violências desde os seus primórdios. Seja pela implementação do cristianismo, seja pelo trabalho compulsório nas minas, que eram conjugadas com outros tipos de opressões. A dizimação em massa dos povos originários fez com que, já nos idos de 1517, fosse autorizada a ida de quinze mil escravizados, oriundos do continente africano, para a região (JAMES, 2010).

Quando a França deu o ponta pé inicial para a colonização da ilha, por volta da metade do século XVII, espanhóis e ingleses tinham largado na frente e dado início à empreitada colonizadora. Os dois países tinham, à época, o domínio de parte significativa do território. A metrópole francesa se alicerçou no cultivo de cana-de-açúcar e de café – sendo a primeira experiência cafeeira na América. Implementou-se um rígido sistema de *plantation*³, ainda que certa parte da produção fosse destinada à subsistência. No século seguinte, no auge do século das luzes, a ilha se tornava a colônia francesa mais importante, sendo chamada de “Pérola das Antilhas” (MOREL, 2017, p. 83-84).

Esse aprofundamento da colonização, em grande medida liderado pela produção açucareira, modificou a estrutura das colônias na América, a começar pela alta vertiginosa da importação de escravizados oriundos do continente africano. Não por acaso, foi nesse contexto que o protagonismo português, derivado em parte do seu pioneirismo no tráfico de escravos, foi colocado em xeque por causa da colonização do Caribe pela França, Ingla-

3 O termo “*plantation*” foi, inicialmente, utilizado para designar os domínios ingleses no ultramar, mas acabou se generalizando para outras experiências coloniais. Ele se caracteriza pela grande propriedade rural, pelo cultivo desleixado da terra, de técnicas rudimentares e pela pouca produtividade (SCHWARCZ, 2019b, p. 42)

terra e Holanda, trazendo impactos deletérios para a região e para o continente africano (FERREIRA, 2019, p.53).

Do ponto de vista do sistema colonial francês, estamos diante das plantations com maiores diversificações, mais avançadas tecnicamente e com as maiores fortificações no Novo Mundo. Ele foi amparado pelo incentivo metropolitano ao tráfico de escravos e pela isenção de impostos sobre a reexportação colonial. Os impactos podem ser, em alguma medida, vislumbrados a partir dos dados relativos à importação de escravizados e a produção de cana-de-açúcar. Levando-se em conta todas as Antilhas francesas, a população escravizada saltou, entre 1770 e 1790, de 379000 para 650000 (BLACKBURN, 2002, p. 181). Focando somente em São Domingos, vemos a produção indo, entre 1767 e 1789, de 63 mil toneladas para a transformação da “Pérola das Antilhas” na maior produtora de açúcar e café francesa, correspondendo, sozinha, a 40% do que circulava em todo o mundo (SCHWARCZ, 2019a, p. 223).

Esse processo de progressiva africanização da população escravizada foi apontado, para o Brasil e para o Caribe, como um dos fatores que impulsionou as revoltas, uma vez que grande parte do tráfico era feito com regiões da África Ocidental que passavam por sucessivas jihad (guerra santa), muitas vezes endereçadas a outros povos islamizados, o que gerou um grande número de cativos oriundos desses conflitos (REIS, 2012; LOVEJOY, 2017; BARCIA, 2014).

Uma colônia escravista desse porte era forjada na violência. Os castigos mais severos e as práticas mais terríveis de torturas eram direcionadas aos escravizados. C.R.L. James (2010) examina em pormenores as atrocidades cometidas: dentre os diferentes usos do chicote, sessões de chibatadas eram interrompidas para que braseiros de madeira fossem esfregados no traseiro dos cativos, levando, muitas vezes, à morte; vários tipos de mutilações; senhores que eram tidos como menos cruéis, não se eximiam de exaurir a escravaria em trabalhos pesados, com pouca alimentação e, se preciso fosse, umas chibatadas. Comum também eram as separações familiares: esposas de maridos, pais de filhos, rompendo os vínculos afetivos sempre que possível.

A reação dos escravizados, por sua vez, não deixava barato. Eram comuns os envenenamentos, as rebeliões escravas e a formação de quilombos. Algumas foram bem conhecidas e documentadas, como a rebelião liderada por Mackandal, em 1745, quando foram envenenados diversos colonos, e também os cativos que se mantiveram fiéis aos colonizadores. Ao ser descoberta, foi seguida por uma “marronage” (nome dado ao processo de formação de mucambos) de grandes proporções, com muitos dos implicados, juntamente a outros, fugindo para regiões montanhosas de difícil acesso. Um acinte para as autoridades

coloniais, que conseguiram prender o principal líder – um sacerdote vodu – três anos depois. Após ser preso, foi queimado vivo em praça pública (MOREL, 2017).

Na década de 1780 outras rebeliões, duramente reprimidas, tiveram vida curta. Na cartilha das repressões coloniais estavam, como vimos, execuções sumárias, violentos castigos e súplicas públicas, lembrando os espetáculos macabros narrados por Michel Foucault (FOUCAULT, 2014). Longe de evita-las, essas práticas davam maior vazão para o cotidiano de violência e atrocidades na Pérola das Antilhas.

Era desse cenário macabro que a metrópole arrecadava largos fundos. Blackburn (2002) chega a sugerir que a situação das colônias escravistas contribuiu para erodir as bases do Antigo Regime francês. As colônias, em especial São Domingos, eram palco de muitos conflitos de interesses, acirrados pelas mudanças nas regras coloniais. Em primeiro lugar, cabe destacar a antiga prática do sistema “exclusif”. Ela destinava até 50% do valor dos produtos coloniais aos lucros metropolitanos e tinha sido extinta. Tal fato gerou protesto dos centros marítimos e chegou a constar nos “Cahiers” elaborados para os Estados Gerais em plena Revolução Francesa. Em seguida, vale lembrar do Tratado Comercial Anglo-Francês (1786-1787), que favoreceu o avanço britânico sobre o comércio colonial francês, aumentando a insatisfação das elites coloniais com a monarquia francesa nos anos anteriores à Revolução Francesa.

3 A REVOLUÇÃO

Como mostrado anteriormente, o quadro de tensões na ilha ganhava corpo ao longo do século XVIII. Na esteira dessas revoltas, em 1790, Vicent Ogé, um mestiço livre e abastado, liderou um movimento em defesa da ampliação do direito ao voto. O líder estava articulado com os movimentos do seu tempo. Voltara há pouco de Paris, onde defendera, sem sucesso, a extensão do sufrágio em São Domingos, incluindo os libertos. Em São Domingos, no entanto, a defesa da pauta teve reações bem maiores, recaindo sobre ele punições típicas do mundo colonial, e Ogé foi exposto a um suplício realizado em praça pública. Na ocasião, ele foi amarrado e colocado em uma ferramenta de tortura em formato de X, na qual os torturados tinham seus membros quebrados. Em seguida os membros eram postos em uma roda em andamento, que dilacerava os corpos das pessoas condenadas. Esse foi o fim de Vicent Ogé (MOREL, 2017).

No ano seguinte, no mês de agosto, estourou, nas províncias do Norte da ilha, uma insurreição que propunha uma vingança contra os brancos. Na ação, ocorreram pilhagens, estupros, torturas e assassinatos. O saldo desses ataques resultou em mil brancos executados e em cento e oitenta engenhos queimados. Ademais, houve, nesse caso, um ingrediente novo: pela primeira vez os mestiços libertos buscaram articulações com a população negra –

livre e escravizada. As demandas dos mestiços voltavam-se para a equiparação da condição dos colonos (Morel, 2017). Segundo Aimé Cesaire (2014), a essa altura as massas negras do mundo colonial americano tinham compreendido bem que nada podiam esperar de Paris. As Assembleias tinham falado muito e feito pouquíssimo. A Constituinte se mostrou indiferente. Somente um deputado de Vermandois, em um anexo da sessão de 11 de maio de 1791, tocava no tema da abolição da escravidão.

Conforme C.L.R James (2017), na metrópole, os delegados coloniais chegaram à Assembleia em 30 de novembro de 1791. Na exposição feita, defenderam a escravidão como uma forma de vida feliz, tanto para o mundo antigo como para o mundo moderno. Ademais, associavam-na à civilização, numa chave retórica que deitaria raízes profundas no mundo escravista americano:

Vivemos em paz, cavalheiros, entre nossos escravos (...) Deixemos que um homem inteligente e culto compare o deplorável estado em que esses homens viviam na África com a vida fácil e agradável que desfrutam nas colônias (...) Resguardados de todas as necessidades da vida, rodeados por facilidades desconhecidas na maioria dos países da Europa (apud: JAMES, 2017, p.113).

Nesse contexto, no dia 22 de agosto de 1791, para muitos, a Revolução teve seu início. Numa cerimônia que, a despeito de estar envolta em aspectos míticos, aconteceu no bosque de Caïman, no interior de uma floresta. À luz de fogueiras, cativos celebravam e acertavam os pontos dos acontecimentos vindouros. Em um certo momento, tomou a cena Bouckman, um cativo vindo da Jamaica, sacerdote vodu e quilombola, declamando um poema, no qual fazia uma convocação que combinava simbolismos com chamados à ação para uma vasta sublevação. Protagonizada pelos escravizados, o vodu teve uma importância central para o desenrolar dos eventos. No bojo de uma sociedade colonial escravista, o espaço político deixado à população negra era nulo, e a religião foi elemento central de um associativismo com grande capacidade de mobilização. No Brasil, da mesma maneira, as revoltas escravas que pipocaram, sobretudo nas primeiras décadas na Bahia, tiveram os candomblés como base (PARÉS, 2017).

No bosque Caïman, além disso, participaram dessa reunião figuras que se tornaram lideranças expressivas durante a revolução, como Georges Biassou. Segundo C.L.R. James, Bouckman, antes de dar início aos ritos de encantamento do vodu e de beber sangue de um porco imolado, recitou uma oração em créole que pode ser assim traduzida:

“(...) o deus do branco o inspira ao crime, mas o nosso deus nos pede para realizarmos boas obras. O nosso deus, que é bom para conosco, ordena-nos que nos vingemos das afrontas sofridas por nós. Ele dirigirá nossos braços e nos ajudará. Deitai fora o símbolo do deus dos brancos, que tantas vezes nos fez chorar, e escutai a voz da liberdade, que fala para os corações de todos nós” (apud: JAMES, 2017, p. 93).

Começaram a agir naquela noite mesmo. Nos dias seguintes, incendiaram plantações na conhecida Planície Norte, com alcance nunca antes visto. Os ataques não pouparam vidas e requintes de crueldade, como se estivessem pagando na mesma moeda a opressão colonial que perpassa suas existências. Outros negros livres e também mestiços passaram a integrar uma luta que tinha um inimigo em comum. Foi no interior desses processos que apareceu uma figura central para a revolução, Toussaint Bredá, que tinha, à época, 45 anos. Para C.L.R. James, Toussaint Louverture foi, desde os primórdios, uma liderança revolucionária. Ele conjugava inúmeras características que o tornavam uma pessoa singular, que o permitiram, antes da revolução, ocupar cargos administrativos que eram geralmente preenchidos por pessoas de educação e classe diferentes da dele.

Assim como outros libertos, conseguira angariar alguns bens materiais. Dentre eles, um pedaço de terra que era cultivada por escravizados. Considerado taciturno, recusou o concubinato. Teve acesso a algumas leituras, o que lhe dava certo prestígio entre muitos escravizados. Essa ascendência de Toussaint contribuiu para que, anos mais tarde, assumisse o papel de líder na revolução. Ele ingressou no bando Biassou, outra liderança revolucionário importante.

No contexto das guerras contra as potências europeias, Toussaint-Louverture se apoiou na adesão republicana como forma de tentar trazer ao seu lado grupos de quilombolas que supostamente estariam cerrando fileiras inglesas:

(...) não posso acreditar nos dolorosos rumores, que estão sendo espalhados, de que tu abandonaste teu país para te aliares aos ingleses, inimigos jurados da liberdade e da igualdade (...) Na minha opinião, acredito que a nossa única esperança seja servir à República francesa. É sob sua bandeira que somos verdadeiramente livres e iguais (...) Une-te aos honrados republicanos, e juntos botemos esses realistas para fora de nosso país. Eles são patifes que querem nos colocar de novo sob o jugo daquelas vergonhosas correntes que tanto nos custou para quebrar" (apud: JAMES, 2017, p. 146-147).

Ainda que mirasse, no contexto, para a possibilidade de integrar a República Francesa, não deixa de chamar atenção o fato de associar o republicanismo à abolição, num contexto no qual o florescimento dessa tradição de pensamento era marcado pela escravidão (ALMEIDA, 2019). Como foi preso, enviado para a França, onde acabou morrendo, não se pode saber se, com Toussaint à frente, a Independência se daria com a formação de uma república. A Independência viria somente em 1 de janeiro de 1804, quando Jean Jacques Dessalines se proclamou imperador do Haiti, assumindo o título de Jacques I. O processo coincidiu com a eliminação dos brancos restantes, dentre os quais cerca de três mil franceses. Em 1805 é outorgada a primeira Constituição. No ano seguinte, a primeira fratura da aliança que sustentou a Independência. Petión proclama uma república na parte sul da ilha e se torna presidente. Dessalines, por sua vez, é assassinado. Uma nova Assembleia Consti-

tuinte é formada, proclamando uma nova Constituição e instaurando uma república, a segunda em solo americano.

As dificuldades posteriores à Independência muitas vezes são utilizadas como uma forma de minimizar a importância da Revolução. Não custa nada lembrar, no entanto, que mesmo no centro do capitalismo coevo, na metrópole francesa, o curso revolucionário desembocou em modelos políticos não previstos por grande parte dos revolucionários, com a ascensão de Napoleão e, posteriormente, com a restauração monárquica. No caso do Haiti, permanências de instituições enraizadas na colônia e os embargos e ataques na política externa são pontos a serem pensados. Nada disso, nem no evento revolucionário francês e tampouco no haitiano, é capaz de tirar a centralidade desses movimentos para a consolidação da cidadania moderna.

4 HAITI, O BRASIL E O SÉCULO DO ABOLICIONISMO

Como nos lembra Robin Blackburn (2002), o impacto da revolução antilhana repercutiu em várias partes do globo, encorajando alguns e aterrorizando outros. O evento assumiu diferentes significados e interpretações de acordo com o contexto de recepção e com os atores envolvidos. Para algumas partes do mundo colonial escravista americano, é preciso, em primeiro lugar, ressaltar o impacto que a Revolução Haitiana teve para o recrudescimento do escravismo. Com a derrocada da mais exitosa colônia francesa, houve, no período, um aumento significativo no preço internacional do açúcar, beneficiando, além do Brasil, o sul dos Estados Unidos e Cuba, que incrementaram ainda mais suas relações escravistas. Nessas regiões, o tráfico e a abolição foram postergados. No caso da Grã-Bretanha, por sua vez, a abolição no Haiti foi fundamental para pressionar a abolição do tráfico de escravos em suas colônias, que se deu em 1807 (MOREL, 2017).

Para o leitor (a) brasileiro cabe pensar que, do ponto de vista americano, os processos de abolição foram abertos pela Revolução Haitiana e se fecharam justamente com a retardatária abolição da escravidão no Brasil, nos idos de maio de 1888. Como observou Marco Morel (2017), de um lado, um processo que conjugou a independência – a segunda do continente, atrás somente dos Estados Unidos – e abolição através de uma revolução. De outro, temos um hiato de quase sessenta e seis anos entre a Independência (1822) e a Abolição (1888), num processo que, a despeito das lutas políticas, não descambou numa revolução, com a elite política adiando e tornando gradual o processo de mudanças na sociedade nacional.

Malgrado esses distanciamentos, os acontecimentos no Haiti tiveram uma ampla repercussão por aqui, bem para além do impacto no tráfico descrito mais acima. Já nos idos de 1792 um estadista inglês, que se encontrava no Rio de Janeiro, alertava para a mudança

na atitude de muitos escravizados. Para ele, não restava dúvida: tudo isso era fruto das notícias que chegavam acerca da Revolução Francesa e das revoltas dos escravizados em São Domingos (GOMES, 2019).

O antropólogo Luiz Mott, em pesquisas nos arquivos de Portugal, se deparou com várias fontes que atestam a ampla repercussão da Revolução de São Domingos por aqui. Ele assinala a rapidez com que as notícias se propagavam e chegavam ao Brasil escravista. Fazemos uma pequena cronologia dos acontecimentos. A revolução se iniciou em 1791, forçando a França a abolir a escravidão em 1793. Em 1801 Toussaint Louverture se empenha na direção da Constituição e, em 1804, Jean-Jacques Dessalines, ex-cativo natural da Guiné, proclama a Independência, sendo coroado no mês de setembro. Em 1805, na cidade do Rio de Janeiro, “o Ouvidor do Crime mandara arrancar dos peitos de alguns cabras e crioulos forros, o retrato de Dessalines”. Os envolvidos compunham as fileiras das tropas de milícia do Rio de Janeiro, “onde manobravam habilmente a artilharia” (MOTT, 1988).

Como se observa, a Revolução do Haiti deixou a elite escravocrata brasileira temerosa que o desfecho, no Brasil escravista, fosse o mesmo. Sem embargo, nas regiões onde os proprietários de terra e cativos tiravam maiores proveitos econômicos do movimento antilhano, os temores de uma sublevação escrava foram ainda maiores, como na Bahia, por exemplo. Sendo uma das mais prósperas regiões canavieiras da América oitocentista, sobretudo a região do Recôncavo baiano, local de terra propícia para o plantio e, por consequência, de emprego maciço de mão de obra escrava, as revoltas foram expressivas, tendo início em 1807 e findando em 1835, com a Revolta dos Malês (REIS, 2010). No contexto de uma dessas sublevações, nos idos de 1814, em Itapuã, uma denúncia alertava que os escravizados diziam, sem papas na língua, “de suas revoltas, comentando acontecimentos do Haiti”. Entoavam, na ocasião, dizeres como “Liberdade! Viva os negros e seu rei”, “Morte aos brancos e aos mulatos” (apud: GOMES, p. 135).

Outros movimentos políticos coevos também despertavam os alertas de uma “segunda São Domingos”, como a Revolução de 1817, em Pernambuco, e também nos processos independentistas, que eram temidos pela ampliação da participação de escravizados - africanos e crioulos - e de libertos nos debates políticos que se disseminavam pelas boticas e pelas ruas do Brasil afora. Na Confederação do Equador (1824) não foi diferente. A população urbana de Recife era, em sua maioria, negra, e as ameaças de saques às lojas de portugueses assustavam membros da elite local e comerciantes. A agitação era grande. Em uma de suas áreas de influência, na vila de Laranjeiras, em Sergipe, pasquins foram colados nas portas de locais centrais endossando uma revolta contra a elite branca: “Vivam mulatos e negros. Morram os marotos e caiados” (GOMES, 2019).

Marco Morel (2017) ressalta que a recepção da Revolução Haitiana favoreceu o aparecimento, na década de 1830, do neologismo “haitianismo”, utilizado sempre em tom acusatório, sobretudo na Bahia e no Rio de Janeiro, sendo incorporado ao léxico político do Brasil Império. Muitas das utilizações do neologismo eram para deslegitimar adversário políticos, uma vez que compreendia aquele que incitava a rebelião de escravos para derrubar a ordem social e política vigente, muitas vezes associada ao republicanismo e ao abolicionismo. Apesar de seu uso na imprensa, no Parlamento e em conversas do cotidiano, o termo não consta nos dicionários da época.

Em suma, a Revolução do Haiti teve ampla repercussão no Brasil. Tanto do ponto de vista político como do ponto de vista econômico, seus efeitos não podem ser minimizados. Aterrorizando a elite e muitos setores do comércio, encorajando e fazendo parte dos símbolos de resistência à escravidão por libertos e escravizados, favorecendo o fortalecimento do tráfico e das atividades canavieiras e, ao mesmo tempo, tornando essas regiões mais suscetíveis a revoltas, fugas e formação de quilombos, os impactos adentraram o século XIX, o movimento antilhano ingressou com grande força no debate político do Brasil oitocentista.

5 CONCLUSÃO

Sem burgueses e proletários, a Revolução Haitiana não se enquadra entre os enfoques historiográficos principais. Diferente de outras revoluções modernas, os protagonistas foram escravizados e libertos, e o papel da religião foi central. Soma-se a isso sua radicalidade: a única Independência feita, de maneira conjunta, com a abolição da escravatura.

Nada disso a fez constar como parte importante da história universal. Pelo contrário, a Europa setecentista e as elites coloniais não foram capazes de modificar seu olhar em relação ao outro, e o evento antilhano acabou por ocupar um lugar menor na história, muitas vezes associadas a práticas que deveriam somente ser evitadas, pois não tinham nada a contribuir. Na realidade, porém, as noções de liberdade, o pensamento político e a cidadania modernas ficam totalmente esvaziadas sem a Revolução Haitiana, única revolução escrava bem-sucedida, um evento singular da história mundial, que marca o início do processo de abolição da instituição escravista moderna.

A própria história brasileira, com um processo de Independência tão diferente, torna-se quase inteligível sem a referência aos impactos que a Revolução Haitiana trouxe para a principal sociedade escravista das Américas. Mesmo na cabeça de muitos coimbrões que lideraram o processo de Independência, o impacto da Revolução Haitiana os levava a pensar em uma fórmula, ainda que distante, de acabar com a escravidão e, assim, escapar de um fim parecido ao dos colonos franceses. As ligações entre os países seguem vivas. Recentemente, com a pretensão de ter um assento no Conselho de Segurança da ONU, o Brasil enviou

tropas militares para o Haiti logo após o golpe que depôs o então presidente Jean-Bertrand Aristide, com altos gastos militares – bem maiores que os relativos às causas sociais e humanitárias. O resultado não foi bom, nem para o Haiti e nem para o Brasil. No Haiti, a missão criada pela ONU – denominada Minustah – quando teve sob comando brasileiro, mais especificamente do general Augusto Heleno, invadiu a favela de Cité Soleil, a maior da cidade de Porto Príncipe, e disparou em torno de 22 mil tiros, com elevadíssimo número de mortos (SILVA, 2020). No caso brasileiro, os militares que retornaram da missão se encorajaram a assumir funções na área da segurança pública e, por essa via, (re)ingressaram na vida política do país, com efeitos desastrosos, os quais, na maior parte das vezes, quem mais sofreu com suas ações foi justamente a população negra do país. Mas isso é pano para outra manga.

BIBLIOGRAFIA

- BARCIA, Manuel. **West African Warfare in Bahia and Cuba: soldiers slaves in the Atlantic World, 1807-1844.** Oxford: Oxford UP, 2014.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História da América: reflexões sobre problemas de identidades.** Revista Eletrônica da Anphlac, p. 5-15, 2005.
- BLACKBURN, Robin. **A queda do escravismo colonial, 1776-1848.** Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BUCK-MORSS, Susan. **Hegel, Haití y la Historia Universal.** D.F (México): Fondo de Cultura Económica, 2008.
- CESAIRÉ, Aimé. **Toussaint Louverture. La Revolución Francesa y el problema colonial.** Habana: Instituto del Libro, 1967.
- FERREIRA, Maria Thereza Pereira. **A representação da Revolução Haitiana e seus desdobramentos em livros didáticos.** Monografia (Graduação em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir.** Petrópolis: Vozes, 2014.
- GOMES, Flávio. "Haitianismo no Brasil". In: **Dicionário da República.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- LOVEJOY, P. **Jihad in West Africa during the Age of Revolution.** Athens: Ohio, 2017
- MOREL, Marco. **A Revolução do Haiti e o Brasil escravista. O que não deve ser dito.** Jundiá: Paco Editorial, 2017.
- MOTT, Luiz. **Escravidão, homossexualidade e demonologia.** São Paulo: Icone, 1988.
- PARÉS, Luis Nicolau. **A formação do candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia.** Campinas: Ed. Unicamp, 2006.
- REIS, João José. **Rebelião Escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835.** São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. "Matriz Haitiana". In: **Dicionário da República.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019 a, 220-228.
- _____. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019 b.
- SILVA, Carlos Leonardo Bahiense. "Mascaramento insincero: a política externa do governo Bolsonaro **ou** Um passeio pelos bosques do cinismo", **Espaço e Economia** [Online], 20, 2020.
- TROUILLOT, Michel Rolph. **Silenciando o passado: poder e a produção da História.** Curitiba: Huya, 2016.
- VILLALTA, Luiz Carlos. **Usos do livro no mundo luso-brasileiro.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

A Revolução do Porto na província do Maranhão: reflexões a partir da leitura de folhetos políticos¹

La Revolución de Porto en la provincia de Maranhão: reflexiones a partir de
la lectura de folletos políticos

The Porto Revolution in the province of Maranhão: reflections from reading
political leaflets

Lucas Gomes Carvalho Pinto²

 <https://orcid.org/0000-0002-1356-5890>

Resumo: Em 1820 eclodiu em Portugal um movimento conhecido como Revolução do Porto. Apesar deste acontecimento não significar um antecedente da independência, interpretação outrora consolidada sobre o assunto, este evento ao abolir, ainda que provisoriamente, o absolutismo no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves pavimentou um novo momento histórico para Brasil e Portugal. Diante disso, objetiva-se no presente artigo explorar leituras constitucionais distintas, oriundas de expectativas geradas pela adesão do Maranhão à Revolução do Porto. Para tanto se refletirá sobre a situação econômica e política em que a capitania se encontrava quando aderiu ao movimento do Porto com especial ênfase para as alterações provocadas pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, a Abertura dos Portos e as liberdades constitucionais que a nova conjuntura pós-adesão proporcionou. Uma das premissas que sustentam o presente trabalho é de que a Revolução do Porto não está vinculada a Independência brasileira, mas o novo ambiente por ela proporcionado no Maranhão gerou um novo contexto sócio-político, consequência direta de suas ideias e que apenas no futuro será confrontada com a ideia de Independência.

Palavras-chave: Revolução do Porto; Maranhão; adesão.

Resumen: En 1820, estalló en Portugal un movimiento conocido como la Revolución de Oporto. Si bien este acontecimiento no significa un antecedente de la independencia, una interpretación una vez consolidada sobre el tema, este acontecimiento, al abolir, aunque sea provisionalmente, el absolutismo en el Reino Unido de Portugal, Brasil y Algarves allanó un nuevo momento histórico para Brasil y Portugal. Ante esto, el objetivo de este artículo es explorar diferentes lecturas constitucionales, surgidas de las expectativas generadas por la adhesión de Maranhão a la Revolución de Porto. Para ello, reflexionaremos sobre la situación económica y política en la que se encontraba la capitania cuando se sumó al movimiento de Oporto, con especial énfasis en los cambios provocados por la Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará y Maranhão, la Apertura de Los puertos y las libertades constitucionales que proporcionaba la nueva situación posterior a la adhesión. Una de las premisas que sustenta este trabajo es que la Revolución de Porto no está vinculada a la Independencia brasileña, pero el nuevo ambiente que proporcionó en Maranhão generó un nuevo contexto sociopolítico, consecuencia directa de sus ideas y que sólo en el futuro lo será. enfrentarse a la idea

1 Este artigo reproduz e reelabora partes de minha dissertação de mestrado intitulada *A Revolução liberal do Porto no Maranhão: historiografia e livro didático de História* defendida no ano de 2020 no Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

2 Doutorando em História. Universidade Estadual do Maranhão, Brasil.
E-mail: soulucasgomes@vahoo.com.br.

de la Independencia.

Palabras clave: Revolução de Oporto; Maranhão; membresía.

Abstract: In 1820, a movement known as the Porto Revolution broke out in Portugal. Although this event does not mean an antecedent of independence, a once consolidated interpretation on the subject, this event, by abolishing, albeit provisionally, absolutism in the United Kingdom of Portugal, Brazil and Algarves paved a new historical moment for Brazil and Portugal. In view of this, the aim of this article is to explore different constitutional readings, arising from expectations generated by Maranhão's adherence to the Porto Revolution. To this end, we will reflect on the economic and political situation in which the captaincy found itself when it joined the Porto movement, with special emphasis on the changes brought about by the Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará and Maranhão, the Opening of Ports and the constitutional freedoms that the new post-accession situation provided. One of the premises that support this work is that the Porto Revolution is not linked to Brazilian Independence, but the new environment it provided in Maranhão generated a new socio-political context, a direct consequence of its ideas and that only in the future will it be confronted with the idea of Independence.

Keywords: Porto Revolution; Maranhão; membership.

Em 24 de agosto de 1820 eclodiu na cidade do Porto uma revolta que passou para a História como o nome de Revolução do Porto. Este movimento iniciou uma nova ordem no então Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves derrubando ainda que provisoriamente o Antigo Regime e instaurando uma monarquia constitucionalista. Com essa nova situação política, vários temas vinculados ao iluminismo ou a sua versão ibérica – o reformismo ilustrado³ – passaram a estar na ordem do dia. Desta forma assuntos caros a este tema como constituição, nação, liberdade de expressão, direitos, cidadania e etc. passaram a ser discutidos publicamente.

Diante disso, objetiva-se no presente artigo avaliar os efeitos do vintismo, termo que expressa o conjunto de ideias associadas à Revolução do Porto, na capitania/província⁴ do Maranhão. Para tanto se avaliará a situação econômica em que a capitania se encontrava quando aderiu ao Movimento do Porto com especial ênfase para as alterações provocadas pela Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, a Abertura dos Portos e o aumento da influência britânica na capitania com o intuito de entender alguns aspectos de leituras realizadas sobre a nova conjuntura do período pós-adesão. Uma das balizas teóricas que sustentam o presente trabalho é de que a Revolução do Porto não está vinculada a

3 Para mais informações sobre a utilização do termo “reformismo ilustrado” para o contexto luso-brasileiro consultar a obra *A utopia do poderoso império* (1994) de Maria de Lourdes Vianna Lyra.

4 A utilização das duas terminologias para a mesma região no mesmo período de tempo ocorre pois de acordo com Maria de Fátima Silva Gouvêa (2002, p. 597 e 598): “Entre 1808 e 1821, as palavras *capitania* e *província* foram usadas de forma alternada na legislação, utilizada para designar as unidades territoriais do império luso-brasileiro e sua administração regional. Nesse sentido, as *províncias* do Brasil oitocentista deram continuidade às unidades que prevaleceram na administração colonial: as capitanias hereditárias, abolidas por Pombal em 1759, depois de gradualmente transformadas em capitanias régias” (grifo da autora).

Independência brasileira⁵, mas o novo ambiente por ela proporcionado no Maranhão gerou um novo contexto sócio-político, consequência direta de suas ideias e que apenas no futuro será confrontada com a ideia de Independência.

1 AS TRANSFORMAÇÕES NO MARANHÃO

Os ideais propalados pela Revolução do Porto ecoaram no Maranhão de uma determinada forma muito por causa da situação econômica que a capitania se encontrava naquele momento. Esta se caracterizava, particularmente, pelas exportações de matérias primas como o algodão e arroz, potencializadas pela liberdade comercial promovida pela Abertura dos Portos e os Tratados de Comércio e Navegação. Entretanto, qualquer explicação que se atenha unicamente às transformações socioeconômicas suscitadas pelos efeitos da transmigração da corte joanina para a América Portuguesa e sua repercussão em terras maranhenses ficaria incompleta se não retornássemos a um período um pouco mais afastado temporalmente. Trata-se da segunda metade do século XVIII, momento da criação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, por ordem do Marquês de Pombal, em 1756, uma vez que essa empresa engendrou as bases econômicas que assentaram o desenvolvimento econômico aqui abordado.

A relevância dessa Companhia para a economia da capitania decorre do fato de que, a partir de suas ações, o Maranhão deslocou-se de uma condição marcada pela produção de subsistência e certa precariedade⁶ para uma economia voltada ao mercado externo. Tal transformação fez com que diversos historiadores e pesquisadores desse tema interpretassem a instalação da Companhia como marco da história maranhense, a exemplo de Jerônimo de Viveiros (1954, p. 68-69), Bandeira Tribuzi (2011, p. 33)⁷ e Roberto Simonsen (2005, p. 400). De um modo geral, estes três autores entenderam que a instalação da em-

5 Durante muito tempo consolidou-se na historiografia brasileira a noção de que um dos principais fatores explicativos para a emancipação política da nação foi a tentativa recolonizadora perpetrada pelas Cortes de Lisboa engendrando a interpretação de que este movimento seria um mero apêndice explicativo da Independência brasileira. Tal interpretação foi reformulada a partir da década de 1990 com os estudos pioneiros de Márcia Regina Berbel (1999) e de Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (2003). Em suma, estes trabalhos desvincularam os dois movimentos revelando um certo anacronismo em tentar articulá-los.

6 É de se ressaltar que a questão da *pobreza* do Maranhão nos anos precedentes à instalação da Companhia ainda é assunto em discussão na historiografia maranhense. De acordo com a historiadora Regina Faria (2003), a pobreza vivenciada pela capitania nesse período é inquestionável em comparação à posterior instalação da Companhia. Porém, não foi algo tão absoluto e homogêneo, pois as relações comerciais do Maranhão com as capitanias vizinhas e até mesmo com a metrópole eram maiores do que muitos pesquisadores supunham, tendo em vista que vários colonos burlavam a proibição do uso de mão-de-obra indígena e uma grande quantidade de maranhenses integraram, na sequência, o grupo de acionistas da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

7 A 1ª edição é de 1981.

presa representou o início de um período econômico “esplendoroso”⁸ no Maranhão, em que a capitania passou a se destacar no contexto da América Portuguesa adentrando em uma fase, em que a principal característica foi que as exportações de matéria prima se tornaram a principal fonte de renda dos lavradores da capitania.

O aumento da venda de algumas matérias primas, em especial o algodão para o mercado externo, induziu os autores a concluir que as atividades da Companhia foram responsáveis por elevar o grau de acumulação de capital da economia da capitania e proporcionar a integração desta ao mercado internacional (PEREIRA FILHO, 2016, p. 49-50), além de criar condições para o desenvolvimento no Maranhão de uma economia baseada na *plantation* escravista, com a produção voltada para o mercado europeu (ASSUNÇÃO, 2010, p. 147). Em contrapartida, é necessário mensurarmos o papel desta empresa para o Maranhão, pois, como destaca Rolim Filho (2016, p. 21), esse progresso econômico trata-se de uma “falsa euforia”, afirmação sustentada na ideia de que o algodão se tornara: “o único fator determinante de qualquer atividade econômica de vulto, sempre se ignorando as potencialidades regionais e a criação de um mercado interno local”.

Ainda assim, com a extinção dessa empresa em 1778, o comércio maranhense passou a se distinguir especialmente pela possibilidade de a capitania comercializar diretamente com a metrópole, e também pela presença dos comissários na praça comercial de São Luís. Esta nova situação representava um “entrave” para o desenvolvimento da economia maranhense, pois os comissários se limitavam a receber as mercadorias europeias enviadas pelos comitentes e a enviar a metrópole os gêneros que lhes demandavam sem, portanto, efetuar a negociação de nenhum outro tipo de mercadoria, a não ser as que lhe pediam (VIVEIROS, 1954, p. 99).

A situação econômica da capitania foi mais uma vez alterada com a Abertura dos Portos e os Tratados de 1810, que possibilitaram o comércio direto entre o Maranhão e o principal comprador de seus produtos, a Grã-Bretanha, o que acarretou um crescimento econômico bem maior do que o vivenciado no final do século XVIII, tendo em conta que o comércio maranhense deixou de ser intermediado pela metrópole ou, como antes, por uma companhia privada de comércio. Esse cenário foi captado de forma mais apurada por Antonio Bernardino Pereira do Lago, que em 1822 registrou a disparidade entre os dados da década de 1810, momento em que o Maranhão se viu incorporado à economia atlântica, com os números dos anos anteriores, quando o mercado maranhense permanecia restrito ao comércio com a metrópole.

8 Esta perspectiva sobre a ação da Companhia se encontra sintetizada na obra *História do Maranhão* (1960) de Mário Meireles, que avaliava a atuação da empresa como “o primeiro surto de progresso da região” (MEIRELES, 2001, p. 197-198). Pela relevância dessa obra de Meireles, hoje considerada um clássico, depreende-se o quanto essa perspectiva se arraigou na historiografia maranhense.

Para avaliarmos com mais precisão essas transformações, lembramos que o valor total das exportações maranhenses entre 1812 e 1821 foi de 23:294:496\$596⁹ (LAGO, 2001, p. 112-113), bem maior do que os dados relativos ao período anterior à Abertura dos Portos e aos Tratados de 1810, como demonstra César Marques (1870, p. 143) ao reiterar a cifra de 4:803:103\$971 réis para o período entre 1792 e 1796. O mesmo fenômeno pode ser vislumbrado quando se trata das importações, havendo um crescimento de 1:273:119\$35, em 1812, para 1:532:612\$730, em 1820 (LAGO, 2001, p. 116-118), valores muito altos se comparado com a época em que o comércio se restringia a metrópole: 839:835\$840 réis entre os anos de 1792 e 1795 (MARQUES, 1870, p. 143).

A historiadora Regina Faria (2005, p. 232), ao analisar a economia maranhense na passagem do século XVIII para o XIX, destaca que a elevação das exportações do algodão maranhense deve-se tanto a demanda britânica por esse produto, para subsidiar seu parque fabril de produção têxtil, como à desestabilização da produção estadunidense, provocada pela segunda Guerra de Independência dos Estados Unidos (1812-1815). Os dados superavitários que continuaram a ser apresentados pela capitania mesmo após o término desse conflito podem estar vinculados ao aumento da demanda europeia ocorrida após o fim das guerras napoleônicas (1803-1815) (PEREIRA FILHO, 2016, p. 53).

Com o aumento das exportações maranhenses, o estado português fez-se mais presente na capitania, com a instalação de órgãos como uma dependência da *Real Junta de Comércio, Agricultura, Fabricas e Navegação deste Estado do Brasil e de seus Domínios Ultramarinos* em 1809; o Tribunal de Relação, instalado em 1811¹⁰, e o Conselho de Justiça, inaugurado em 1818. Estas entidades, na percepção de Mário Meireles (1972, p. 13), podem ser consideradas como reflexo das alterações originadas na capitania a partir da transferência da Corte portuguesa.

Também sintomático desse momento de euforia das exportações maranhenses no início do século XIX e do alargamento da presença estatal na capitania é a questão envolvendo os impostos. Antonio Lago (2001, p. 38-39)¹¹, ao descrever o quadro de receitas da capitania, enumera quais impostos eram cobrados no Maranhão nesse período, e os divide em dois grupos: os contratados e os administrados. Entre os primeiros, encontram-se os *dízimos, o subsídio literário, o subsídio real, dízimo de algodão e a dízima de alfândega*; no outro grupo, o *valor do correio, a sisa, a meia sisa, a dízima da chancelaria, as gabelas e as propinas da casa da pólvora*. A questão da cobrança dos impostos é importante para a presente aná-

9 Número adquirido após a soma do número total de exportações para os anos de 1812, 1813, 1814, 1815, 1816, 1817, 1818, 1819, 1820 e 1821.

10 Raimundo Gaioso destaca outra data para a instalação do Tribunal da Relação: 13 de maio de 1812 e reitera que a partir de seu estabelecimento a Junta de Justiça, criada em 1777, tornou-se obsoleta (1818, p. 125-126).

11 A primeira edição é de 1822.

lise, pois como será abordado adiante, em grande parte, esses valores eram remetidos para o Rio de Janeiro, sede da monarquia portuguesa. Nesse sentido, Lago (2001, p. 40) chama atenção para os tributos destinados à Junta de Comércio do Rio de Janeiro e também para a iluminação e polícia dessa cidade.

Em paralelo ao avanço comercial ocorreu também o aumento populacional, como pode ser apreendido a partir dos relatos dos viajantes Johann Baptist Von Spix¹² e Carl Friedrich Philipp Martius¹³ que, ao passarem por São Luís em 1819, estimaram a população da cidade em cerca de 30.000 habitantes (SPIX; MARTIUS, s/d, p. 288); mesmo número apresentado por Gaioso, em 1818 (p. 115)¹⁴, muito superior à estimativa de Henry Koster, que em 1812 supôs a existência de 12.000 habitantes (KOSTER, 2002, p. 297-299).

O grande desenvolvimento comercial maranhense ocorrido no início do século XIX, provocado em grande parte pelo comércio de matérias-primas como algodão e arroz, provocou diversas alterações na capitania. Uma das mais importantes consiste na ampliação dos investimentos britânicos na praça comercial de São Luís, tendo em vista que a Grã-Bretanha era a principal compradora da produção cotonicultora maranhense. Esse movimento foi percebido por autores como Matthias Assunção (2010, p. 149), que destaca a presença dos interesses desse país através da instalação de vários comerciantes, casas de comércio e firmas em São Luís. Ainda de acordo com o mesmo autor (2010, p. 149-150), em pouco tempo, esses estabelecimentos dominaram o comércio de importação e exportação da cidade, a ponto de, em 1812, 56% das exportações maranhenses direcionarem-se a Grã-Bretanha e 45% das importações serem provenientes desse país. Estes números fundamentaram a ideia de Assunção (2010, p. 149-150) de que o Maranhão do referido período era uma “província atípica”, tanto no contexto do Brasil quanto da América Latina, pois “os negociantes ingleses compravam mais do que vendiam”¹⁵.

12 Johann Baptist Von Spix (1781-1826) foi um naturalista bávaro que se deslocou para o Brasil junto a missão científica austríaca que acompanhou a arquiduquesa Leopoldina. Realizou junto a Thomas Ender e Carl Martius uma expedição ao interior do Brasil ao longo de 1400 milhas passando por Minas, Bahia, Goiás, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Belém e parte da Amazônia o que resultou no livro *Viagem pelo Brasil* (1817-1820) (VAINFAS, 2008a, p. 256).

13 Carl Friedrich Philipp Martius (1794-1868), assim como Von Spix foi um naturalista bávaro que se deslocou para o Brasil junto a missão científica austríaca que acompanhou a arquiduquesa Leopoldina. Realizou junto a Von Spix a já mencionada expedição que resultou no livro *Viagem pelo Brasil* (1817-1820). Ao regressar a Munique em 1820 foi nomeado membro ordinário da Academia das Ciências e diretor do Jardim Botânico daquela cidade, além de catedrático de botânica na universidade, cargo que ocupou de 1826 a 1854 (VAINFAS, 2008b, p. 459-461).

14 O livro de Gaioso foi escrito em 1813 e publicado, postumamente, em 1818.

15 A presença britânica no comércio maranhense da época também foi percebida por dois grandes nomes da historiografia do Estado: Mário Meireles na obra *História do Maranhão* (2001, p. 257) e Jerônimo de Viveiros na obra *História do Comércio do Maranhão (1612-1895)* (1954, p. 122).

A influência da Grã-Bretanha no Maranhão foi consolidada com a instalação de um consulado britânico em São Luís, em 1812, que contava com uma jurisdição que se estendia também ao Grão-Pará. O primeiro cônsul britânico a exercer essa função foi Robert Hesketh (VIVEIROS, 1954, p. 122). Alysson Andrade (2014, p. 62), em análise da atuação de Hesketh no Maranhão, interpreta a presença de um cônsul britânico como indício da importância que a capitania tomava no âmbito do comércio internacional daquele período. Nesse sentido, entende a instalação desse consulado como expressão das peculiaridades que o comércio maranhense tomava em relação às outras localidades da América portuguesa, e do interesse do governo britânico em fazer valer sua política em território português.

A forte presença britânica na economia maranhense teve consequências para o comércio da capitania, pois, conforme ressalta Marcelo Galves (2019, p. 6), a atuação britânica nas importações de manufaturas e nos créditos de lavoura facilitou seu controle sobre o preço a ser pago pela saca de algodão, produto de que eram os principais compradores. Este controle britânico é algo importante, pois o decréscimo do valor dos preços pagos pelo algodão, ao longo da década de 1810, provocou o endividamento dos produtores maranhenses, fato que, como será apreciado, guarda relações diretas com as expectativas geradas no Maranhão pela Revolução Liberal de 1820.

2 O MARANHÃO E A REVOLUÇÃO LIBERAL DO PORTO

Com a eclosão da Revolução de Liberal do Porto em agosto de 1820, teve início um processo de adesão ao movimento em várias capitanias do Norte da América portuguesa. Esse processo de juramento às Cortes de Lisboa, de um modo geral, recebeu interpretações variáveis, sobre a forma como as capitanias do Sul se articulavam ao Rio de Janeiro e as demais capitanias, a Lisboa¹⁶.

Segundo Márcia Regina Berbel (1999, p. 57-64), a primeira capitania brasileira a aderir a convocação das Cortes foi o Grão-Pará, em 1º de janeiro de 1821, quando o governador Conde de Vila Flor foi derrubado e instalou-se a primeira junta provisional de governo no Brasil; seguida da Bahia, em 10 de fevereiro de 1821, em um momento em que “a subordinação ao governo de Lisboa expressava desobediência aos desígnios do monarca” (1999, p. 58). Após a adesão da Bahia, prossegue Berbel, outras províncias do Norte seguiram seu exemplo, com processos de adesão ocorrendo com “reações diferenciadas dos governadores locais, todos ligados à Corte joanina” (1999, p. 64) como em Pernambuco, Maranhão, Rio Grande do Norte, Piauí, Rio Negro e Sergipe.

16 Como exemplo dessas articulações, pensadas a partir de Pernambuco, ver Maria do Socorro Ferraz Barbosa (2008).

De acordo com Marcelo Galves (2015, p. 93), a chegada das notícias das adesões ocorridas nas outras capitanias possibilitou que um novo ambiente político fosse vislumbrado no Maranhão, tendo em vista que geraram disputas em torno da permanência ou não do governador da capitania à época, Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, que construíra sua trajetória política, evidentemente, nos tempos posteriormente reconhecidos como os do “Antigo Regime”.

A partir desse momento, transparecem dois agrupamentos políticos, conflitantes sobre a manutenção de Pinto da Fonseca à frente do governo da capitania, mas favoráveis à adesão do Maranhão ao movimento constitucional (GALVES, 2015, p. 94). Esses grupos passaram a se manifestar publicamente, corroborando a tese de Galves de formação de espaços públicos de representação política no Maranhão desse período. Outra autora a tratar desse assunto foi Edyene Lima (2009, p. 69), que também compreende esse momento de perturbação política vivenciado no governo Pinto da Fonseca como decorrente da conjuntura luso-brasileira pós-Revolução Liberal de 1820, “uma vez que a repercussão desta na colônia abriu novas possibilidades em termos políticos para os grupos que compunham as elites locais”.

Esse cenário de embates políticos pode ser mais bem visualizado a partir de alguns documentos publicados à época, e que apresentam panorama mais detalhado do quadro político de então. Entre estes documentos encontram-se os folhetos *Singela e verdadeira narração do começo, progresso e conclusão da Regeneração Política do Maranhão, no glorioso dia 6 de abril de 1821* e *Manifesto de todos os acontecimentos e causa da Revolução da Província do Maranhão, concluída em 6 de abril de 1821*, destacados por retratarem o horizonte político da capitania do Maranhão a partir de perspectivas diferenciadas e sintetizarem os principais pontos de atrito.

O primeiro folheto é de autoria do já referido Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca e foi publicado, quase na íntegra, no primeiro número do periódico *O Conciliador do Maranhão*, em edição manuscrita de 15 de abril de 1821, impressa posteriormente¹⁷; já o segundo, foi produzido pelo major José Loureiro de Mesquita e publicado em Lisboa, pela Impressão de Alcobia, depois de abril de 1821, época em que, segundo Galves (2015, p. 102-103), Mesquita fora deportado do Maranhão, por ordem de Pinto da Fonseca, regressando a província apenas no final daquele ano.

17 *O Conciliador do Maranhão*, posteriormente denominado *O Conciliador*, foi o primeiro jornal a ser publicado no Maranhão. Impresso a partir da Tipografia Nacional do Maranhão, a primeira tipografia da capitania/província criada por ordens do governador à época Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca em um contexto de distúrbios políticos gerados no Maranhão justamente por causa do movimento de adesão à Revolução do Porto. Nessas circunstâncias o governador apoiou a circulação de *O Conciliador* como uma espécie de “canal público de legitimidade” de seu governo. *O Conciliador do Maranhão* circulou de abril de 1821 a julho de 1823 e era editado por José Antonio da Cruz Ferreira Tezo, o padre “Tezinho” e por Antonio Marques da Costa Soares (Cf. GALVES, 2015, p. 93-119).

No impresso *Singela e verdadeira narração...*, Pinto da Fonseca inicia seu relato com a narrativa da chegada das notícias da adesão de diversas capitanias a Revolução Liberal de 1820 (FONSECA, s/d, p. 1). De modo diferente, Mesquita introduz seu documento saudando os portugueses por sua regeneração política (MESQUITA, 1821, p. 3). É de se ressaltar essa sutil diferença transparece as intenções de seus autores: no primeiro caso, a justificativa de adesão como parte de um “movimento geral”; no segundo, a ênfase no fato de seu autor ser adepto, “desde sempre”, dos ideais constitucionais. A aquiescência dos ideais liberais é fato que possui relevância, porque, como se verá, será utilizado como argumento de justificativa da posição tomada pelos protagonistas políticos nesse momento de disputas exaltadas.

Na sequência, o folheto *Singela e verdadeira narração...* afirma que no Maranhão os ideais constitucionais foram declarados de forma oficial primeiro pelo Major da Cavalaria Rodrigo Pinto Pizarro¹⁸, ajudante de ordens de Pinto da Fonseca, ao “levantar sua voz a favor do rei, da pátria, da Constituição e da religião”, atitude esta que Fonseca entende que ele só tomou por se dar conta de que o governador era de opinião “toda constitucional” (FONSECA, s/d, p. 2). Fonseca também informa que a atitude de Pizarro foi seguida por “vinte mil habitantes do Maranhão”.

Dando continuidade à sua narrativa, Fonseca alega que após essas atividades, as tropas que se encontravam no Largo do Palácio junto ao Batalhão de Milícias de Pedestres, o Regimento de Milícias e a Cavalaria Franca e “quase todos grandes proprietários, ou negociantes” da cidade aclamaram o “rei, a religião, a pátria e a Constituição” (FONSECA, s/d, p. 7). Após ser informado de que esses oficiais esperavam que ele aprovasse “a lealdade da sua conduta para com El Rei e a Pátria”, Pinto da Fonseca convoca a Câmara, todas as autoridades civis e militares e os cidadãos para deliberar sobre as medidas que deveriam adotar nessa situação (FONSECA, s/d, p. 8).

Em contraposição a essa narrativa, o major José Loureiro de Mesquita enxerga a ação de Fonseca como algo pautado na hipocrisia e em interesses distintos. Do seu ponto de vista, o então governador sempre fora um “déspota” vinculado ao Antigo Regime e que só mudou de posição de forma aparente de acordo com o “sucesso das cousas” que iam se procedendo até aquele presente momento e do “número imenso de Cidadãos da primeira consideração” (MESQUITA, 1821, p. 6). Prosseguindo, Mesquita expõe que após a chegada da notícia da adesão da Bahia, Pinto da Fonseca percebe que, em breve, o Maranhão seguiria pelo mesmo caminho, o que o teria feito decidir pela adesão, antecipando-se aos fatos (MESQUITA, 1821, p. 6).

18 Rodrigo Pinto Pizarro de Almeida Carvalhais (1788-1841) foi um militar e político português. Como militar, participou das campanhas peninsulares e do Rio da Prata; como político, foi Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Guerra e presidente do Conselho de Ministros, de abril a 26 de novembro de 1839, além de ter sido senador e membro do Conservatório Real de Lisboa (SILVA, 1862, p. 179).

Dessa forma, percebe-se duas descrições bastante conflitantes sobre o mesmo assunto. De um lado, o tom oficial, produzido pelo próprio governador, que se apresenta como impotente diante do turbilhão político que o Maranhão se viu tomado nesse momento e que, por ser “constitucional” desde o início, se viu na posição de somente anuir com as novas ideias; noutra perspectiva, Fonseca é descrito como alguém que se manteve firme em seus ideais anticonstitucionais até os últimos momentos, manobrando para permanecer no cargo de governador.

Na continuação de *Singela e verdadeira narrativa...*, Pinto da Fonseca assevera que na reunião ocorrida na Câmara junto às autoridades da cidade, houve uma discussão sobre o modo de governo a se seguir no Maranhão, pois a “parte sã da província” e as tropas queriam a continuação de um governo provisório na pessoa do próprio Pinto da Fonseca, enquanto alguns “dissidentes” tencionavam a formação de uma junta de governo provisória. Apesar dessa divergência, Pinto da Fonseca argumenta que somente após ser persuadido de que assim fazia um “serviço ao Rei e a Pátria”, aceitou ser aclamado governador através do que chamou de “aclamação universal” de “Autoridades, Funcionários Públicos, Clero, Nobreza, e Povo” (FONSECA, s/d, p. 9).

Mesquita, mais uma vez, apresenta outra visão sobre o relato do governador. No que diz respeito a esse tema, Mesquita afirma que logo após Pinto da Fonseca ter aclamado a constituição, o major Rodrigo Pinto Pizarro elaborou uma carta “anticonstitucional na essência, mas liberal na superfície”, atribuindo sua autoria a oficialidade de linha da cidade, cujo conteúdo, embora oficialmente anunciasse uma mudança de governo, na prática intentava a manutenção de Fonseca em seu cargo “com a variedade de formas que faziam a ilusão dos povos, e chamava a credulidade da tropa” (MESQUITA, 1821, p. 7).

O major Mesquita informa também que, após fazer severas críticas ao teor dessa carta, se dirigiu à Casa da Câmara onde encontrou um ajuntamento de pessoas que pedem que ele tome a posição de fala por eles e se posicione contra um eventual governo absoluto de Pinto da Fonseca (MESQUITA, 1821, p. 7-8). Quando o governador soube disso, lançou um edital “pelo qual com admiração, e escândalo público” determinou para o dia seguinte a data de seu juramento da Constituição, mas, percebendo o malogro de sua tentativa de esvaziar o poder de fala em que Mesquita foi agraciado, convoca para as 4 horas da tarde o seu juramento (MESQUITA, 1821, p. 8-9).

Ainda no folheto *Singela e verdadeira narração...*, Pinto da Fonseca anexa algumas proclamações que dão um caráter oficial a suas atitudes e nelas explica a sua manutenção no governo como vontade expressa pelos cidadãos maranhenses. Assim, em uma dessas proclamações, reitera que aceitou o cargo de governador provisório da província “em consequência da universal aclamação” com que fora escolhido, porém, declara não poder aceitar

a presidência da Junta Provisória da forma com que esta lhe fora oferecida. Prosseguindo, o aclamado governador deixa claro que devido ao fato de os habitantes do Maranhão terem “reassumido” seus direitos¹⁹, poderiam escolher a forma de governo que melhor lhe apossassem e estes, por sua própria vontade, decidiram que ele continuasse a exercer sua função por meio de um governo provisório (FONSECA, s/d, p. 14-15).

Pinto da Fonseca também anexa um auto da Câmara da cidade em apoio à decisão do governador de não aceitar o cargo de presidente da Junta, acordado por todos os votos, à exceção de dez, que se conservasse o atual governo provisório, tendo à frente Pinto da Fonseca, por ser este o único meio de se evitar a “anarquia, em que alguns facciosos e perturbadores do sossego público têm querido submergir essa cidade” (FONSECA, s/d, p. 19).

Sobre esse assunto, o major Mesquita apresenta outro motivo para a não aceitação do cargo de presidente da junta de governo provisório por Pinto da Fonseca: a diminuição de sua autoridade (MESQUITA, 1821, p. 11-12). Em seguida, Mesquita aponta que a manutenção de Fonseca em seu cargo ocorreu porque as tropas e as “plebes revoltosas” arregimentadas pelo governador invadiram a Câmara, entoando “vivas” a Fonseca; para evitar um motim, Mesquita aconselhou a formação de uma eleição para resolver esse assunto. Contudo, devido a ameaça dos apoiadores de Pinto da Fonseca, este se manteve à frente do governo de forma absoluta, o que posteriormente foi falseado na ata da Câmara para lhe conferir um caráter de legalidade (MESQUITA, 1821, p. 12-13).

Como se percebe, os enfrentamentos políticos no Maranhão levaram em consideração novas ideias, como constitucionalismo, formação de um governo representativo, eleições e liberdade de expressão – ainda que algumas dessas questões se revestissem de retórica constitucional como forma de reforçar a lealdade ao rei; também expressaram o medo que esses grupos políticos tinham da “plebe”, eventualmente convocada a participar da política, por meio das armas ou do “voto”.

De tal modo, depreende-se que, apesar da manutenção de Pinto da Fonseca à frente do governo, o Maranhão passou a incorporar o grupo de capitânias fiéis ao regime constitucional representado pelas Cortes de Lisboa. Contudo, como o breve exame da alteração pública ocorrida entre o governador Pinto da Fonseca e o major Mesquita demonstram, compreende-se que os novos ideais liberais representados pelo movimento do Porto foram reinterpretados no Maranhão a partir de particularidades alicerçadas nas circunstâncias em que a capitania se encontrava. Entre essas especificidades, destacam-se, para além de seus usos como novo recurso no âmbito das dissensões políticas, sua

19 Cabe observar a rápida incorporação/adequação de um vocabulário constitucional, que remete a noções como contrato e representação política, de matriz ibérica.

utilização como forma de manifestação de repúdio a ingerência britânica na economia da capitania, ponto explorado a seguir.

3 LIBERDADE DE EXPRESSÃO E EXPECTATIVAS CONSTITUCIONAIS

Os folhetos de Pinto da Fonseca e do Major Mesquita nos proporcionam um olhar de grande amplitude da adesão política do Maranhão à Revolução do Porto e à nova ordem instituída. Já a forma com que assuntos caros a essa nova conjuntura, como por exemplo a liberdade de expressão e as expectativas constitucionais, foram lidas na capitania/província pode ser feita através de outros meios como folhetos impressos no próprio Maranhão. Como exemplo, destaca-se os folhetos *Advertencias interessantes á provincia do Maranhão*, de autoria de Isidoro Rodrigues Pereira²⁰; e *Os últimos adeoses do Epaminondas Americano ao despotismo*, de autoria de Manoel Paixão dos Santos Zacheo²¹, ambos publicados em 1822. Estes folhetos foram selecionados por sintetizarem parte das demandas, anseios e ideias de cidadãos maranhenses que agora, além de possuírem a oportunidade de se expressarem publicamente, também se encontravam na posição de cobrar atitudes dos representantes do Maranhão, eleitos para as Cortes portuguesas.

Nesse sentido, se encontra no folheto *Advertencias interessantes á provincia do Maranhão* não apenas as demandas de um comerciante da província, mas também uma espécie de interpretação do momento econômico e político vivenciado pelo Maranhão após o turbulento processo de adesão da capitania aos ditames da Revolução Liberal de 1820. Nesse documento, endereçado aos deputados maranhenses eleitos para as Cortes, Isidoro Rodrigues Pereira sugere aos legisladores que principiarem seus trabalhos pela economia, já que esta fora prejudicada tanto pelas fracas colheitas dos últimos anos como, especialmente por alguns dos efeitos da transmigração da corte portuguesa para o Brasil (PEREIRA, 1822, p. 3).

Por esse raciocínio, a partir do momento em que os Bragança passaram a residir no Rio de Janeiro, o príncipe regente “promulgou boas leis em benefício dos seus súditos, e impôs os tributos que julgou necessários para suprir as despesas do Estado”, contudo, os

20 Nasceu em Maiorga, distrito de Alcobaça, Portugal, em 1758 ou 1759. Aos vinte anos de idade obteve autorização para se deslocar para o Maranhão, ao lado de seu padrinho João Paulo Deniz. Conseguiu construir um largo patrimônio e uma ascendente carreira militar, chegando ao posto máximo de coronel do Regimento de São Luís em meados de 1820, e da ocupação de diversos cargos públicos, como: vereador da Câmara e juiz de fora (1815), comissário de receitas (1816), almotacé (1820 e 1821), primeiro vereador da Câmara (1820) e membro de diversas comissões criadas pela Junta de Governo entre 1822 e 1823 (GALVES, 2011, p. 3).

21 Nascido na cidade da Guarda, Portugal, em 1773. Entre 1795 e 1799 cursou Direito na Universidade de Coimbra. Chegou ao Maranhão em 1810 para viver junto de seu irmão José Antonio, ficando assim raízes na província. Casou-se em 1816 com Maria Amália dos Reis e acumulou patrimônio, tornando-se além de advogado, proprietário de terras. Conseguiu se eleger para diversos cargos públicos, como deputado à segunda legislatura das Cortes de Lisboa, em 1823; o Conselho Geral, em 1826; e o Conselho Presidencial, em 1829. Cf. Yuri Costa e Marcelo Galves (2011, p. 26-36).

executores destes impostos excederam sua autoridade e oprimiram o povo (PEREIRA, 1822, p. 3). Dessa forma, Pereira acredita que com o retorno da família real para a Europa, fato que pode ser creditado as ações dos regeneradores vintistas, “cessarão todas as causas que deram motivo a tantos tributos no Brasil, que sendo um Reino recente, é de evidente necessidade aliviá-lo” (PEREIRA, 1822, p. 4).

Como pode ser percebido, um importante negociante da província se mostra agradecido pelo estabelecimento de um governo liberal a reger o Reino Unido, não somente por uma eventual convergência de ideias com o regime recém-instaurado, mas também, e talvez mais relevante, pela possibilidade desse novo governo de viés liberal proporcionar alívio econômico imediato aos seus negócios.

Na condição de negociante, Pereira também questiona a taxaço dos produtos estrangeiros. Dessa forma, comenta a inobservância no Maranhão do Alvará de 28 de janeiro de 1809, que versa sobre o tema e que a sua desobediência consiste em procedimento prejudicial para a Mesa do Consulado, por causa da “falta de fé” que se passa a dar aos despachos desse órgão. Como forma de reaver a combalida economia da capitania, sugere que se decretasse que todos os gêneros produzidos no Brasil fossem exportados para Portugal sem ser taxado com nenhum tipo de tributação e que os produtos exportados por Portugal para os outros países se “paguem os Direitos de saída antigamente estabelecidos” (PEREIRA, 1822, p. 7).

Não por acaso, Pereira também se interessa pelas questões que envolviam a produção e o comércio do algodão, gênero que à época era o carro-chefe das exportações maranhenses. Sobre esse assunto, recomenda que os deputados maranhenses se esforcem em fazer com que, durante a vigência do Tratado de Comércio de 1810, o algodão maranhense exportado para o exterior seja tributado em 1\$400 réis por arroba e, após o encerramento do prazo estabelecido por esse acordo, sejam tributados em 1\$000 réis nos produtos enviados em navios lusitanos e em 1\$400 réis nas embarcações de outras nacionalidades (PEREIRA, 1822, p. 7).

A questão dos impostos também chamou a atenção do advogado português radicado no Maranhão, Manoel Paixão dos Santos Zacheo. No folheto *Os últimos adeoses do Epaminondas Americano*²² dedica uma seção inteira para tratar exclusivamente desse tema. Em sua percepção, os tributos consistem em um elemento de extrema relevância pois “ne-

22 *Epaminondas Americano* era o heterônimo utilizado por Manuel Paixão dos Santos Zacheo desde de as publicações de seus primeiros folhetos escritos na província do Grão-Pará e Rio Negro e 1821 e publicados em Lisboa em 1822 onde assumira ser o **Epaminondas Americano**. Trata-se de uma “possível referência ao general tebano que liderou a vitória contra as tropas espartanas na batalha de Leuctras (371 a. C.). Vencedor de lutas sangrentas – que lhe custaram a vida –, Epaminondas também ficara conhecido como homem de larga cultura e pelo princípio de jamais mentir” (COSTA, GALVES, 2011, p. 27).

nhuma nação vive sem eles” (ZACHEO, 1822, p. 32), e por isso chega a apontar a melhor forma de cobrá-los, e de retê-los:

Eles devem cobrar-se sem intervenção alguma de encontros para serem efetivos, e prontos para fornecer sem demora aquelas despesas necessárias, e guardarem-se por isso em um cofre inacessível a toda e qualquer pretensão, ou precisão dos particulares sejam eles quem forem para todo o tempo e qualquer hora se contar com eles (ZACHEO, 1822, p. 32-33).

Assim como Isidoro Pereira, Zacheo alerta para a irresponsabilidade no trato da questão dos impostos, mas enquanto Pereira critica os abusos cometidos pelas autoridades que as arrecadavam, Zacheo adverte para a má utilização dos recursos arrecadados pela Junta Provisória de Governo do Maranhão, sob o comando de Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca. Para Zacheo, Fonseca aplicava os dividendos oriundos da tributação para comprar objetos que define como “supérfluos”, a exemplo de um farol que, segundo Zacheo, Pinto da Fonseca mandara trazer de Londres (ZACHEO, 1822, p. 33).

Um ponto curioso da argumentação de Zacheo sobre a tributação é que ele se mostra favorável a uma das últimas decisões emanadas das Cortes sobre esse tema, que consiste em substituir alguns impostos, notadamente os do selo das heranças e das décimas de casas, por outros que, presume, serem mais “leves”. Segundo sua acepção, o principal objetivo das Cortes ao empreender essa ação foi “aliviar os povos do figurado jugo clemente e paternal, sem que se falte ao suplemento das despesas públicas” (ZACHEO, 1822, p. 33).

O posicionamento de Zacheo diante da ação das Cortes em relação a essa medida torna-se ainda mais instigante ao justificar essa atitude, momento em que apresenta uma inovação argumentativa impensável em tempos de Antigo Regime: para se cumprir essa decisão das Cortes, as Câmaras Municipais deveriam cobrar das Juntas da Fazenda Nacional um mapa das despesas civis e militares, que não lhes poderia ser negado, já que “o principal Direito político de um Cidadão” é exigir o exame da forma como “as rendas da Província” são gastas (ZACHEO, 1822, p. 34).

Os impostos não foram a única questão a chamar a atenção do autor de *Os últimos adeoses do Epaminondas Americano*. Zacheo também se debruça sobre outros assuntos relevantes para o momento, tais como eleições e a escravidão negra e indígena. Em relação às eleições, apresenta a opinião de que elas devem ser amplas uma vez que assim evitam o “grande mal” do suborno, já que “é muito mais dificultoso subornar 3000 homens do que 16 eleitores de paróquia” (ZACHEO, 1822, p. 30). Não obstante, essa ampliação não significava englobar toda a sociedade, já que para Zacheo deveria haver algumas condições necessárias para alguém ser eleito deputado. Entre estas condições encontram-se a posse de 200 escravos situados em terras próprias, o diploma de formatura em alguma faculdade da Uni-

versidade de Coimbra e jurisdição civil ou criminal na província (ZACHEO, 1822, p. 31), o que restringia em muito o número de gente habilitada para esse cargo no Maranhão.

Já no que concerne à questão da escravidão negra e indígena, Zacheo evidencia a complexidade do pensamento liberal em relação à questão da igualdade dos homens e também de como estas ideias foram interpretadas na província. Assim, argumenta que, o “estado natural” dos negros e dos indígenas é o cativo, pois não “há outro modo de policiar o indígena, e fazê-lo útil ainda a si mesmo”. Como forma de justificar sua posição, recorre a dados “históricos”, afirmando que no tempo do “descobrimento” não havia “um indígena puro e sem mistura”, que “possuísse uma junta de bois”, opondo-se, por essa razão, às leis de 6 de junho de 1755 e ao *Diretório dos Índios do Pará e do Maranhão*²³.

Dessa forma percebemos que *Advertencias interesantes á provincia do Maranhão* e *Os últimos adeoses do Epaminondas Americano ao despotismo*, são dois exemplos claros de como ocorreu no Maranhão uma ressignificação dos assuntos que ganharam a luz do dia com a conjuntura pós 24 de agosto de 1820. Em ambos os casos a liberdade de expressão e as expectativas constitucionais foram utilizadas como justificativas para demandas internas a capitania/província como por exemplo a economia.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se percebe, o processo de adesão do Maranhão à nova ordem constitucional representada pela Revolução do Porto significou o início de um novo momento histórico para a capitania, momento esse que não se vinculava a Independência política da nação brasileira, fato que só ocorreria posteriormente. Este novo momento teve como uma de suas principais características um tipo de leitura(s) peculiar(es) por parte das elites maranhenses decorrente, sobretudo, da situação econômica e política da capitania. De tal maneira percebeu-se que as transformações ensejadas pelas ações da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão inseriram o Maranhão no comércio atlântico e propiciaram a prosperidade econômica de alguns grupos agrícolas e comerciais. Esta prosperidade ganhou proporção ainda maior graças a Abertura dos Portos e os Tratados de 1810. Os grupos econômicos favorecidos com esta situação desejaram, uma década depois, o fim da preponderância britânica no comércio maranhense e o retorno da sede da monarquia para a Europa.

23 Trata-se do *Diretório, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão*, aprovado por D. José I em 1755 e que só fora executado dois anos depois. Consistia em uma nova legislação que tornava os índios livres e vassallos do rei, retirando-os da tutela das ordens religiosas e tornando-os regulados pelos chamados “diretores” que cada povoação passaria a ter, pois, segundo a lei, os indígenas eram rústicos e incapazes de se governar sozinhos. A partir dessa legislação, a língua portuguesa tornava-se obrigatória, os ritos e crenças indígenas tornaram-se práticas condenáveis, a bigamia foi perseguida e os casamentos mistos, incentivados (RAMINELLI, 2000, p. 186-187).

Desse modo, havia no Maranhão do início do século XIX uma conjuntura específica, política, econômica e social, que ajuda a compreender de forma pouco mais apurada a maneira como os ideais liberais foram absorvidos por algumas camadas sociais da capitania. A análise dessa conjuntura aponta para as motivações na defesa de uma nova ordem política, pautada em ideais como liberdade e igualdade, apreendidos a partir de interesses específicos.

Nos registros da época, nota-se a conformação de raciocínios próprios do ideário liberal, mas também marcados por aspectos econômicos recém-incorporados à dinâmica local, como a presença britânica na praça comercial de São Luís e a alta incidência de tributos sobre a capitania. Assim, a “regeneração” foi lida também por esses vieses, e compreendeu propostas que comungaram desoneração, escravidão, medidas protecionistas e liberdade comercial, tomadas aqui sem o propósito de formulação de um “todo coerente”, unificando expectativas diversas.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTOS - FOLHETOS

FONSECA, Bernardo da Silveira Pinto da. **Singela e verdadeira narração do começo, progresso e conclusão da Regeneração Política do Maranhão, no glorioso dia 6 de abril de 1821.** Sem data e local de impressão. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Obras Raras, Coleção Benedito Ottoni.

MESQUITA, José de Loureiro. **Manifesto de todos os acontecimentos e causa da Revolução da Província do Maranhão concluída em 6 de abril de 1821. Para servir de justificação aquelles que foram injustamente presos e perseguidos pelo despótico Governador daquela Província Bernardo da Silveira Pinto.** Lisboa: Imprensa de Alcobia, 1821. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Obras Raras.

PEREIRA, Izidoro Rodrigues. **Advertências interessantes à Província do Maranhão pelo Coronel Izidoro Rodrigues Pereira.** Maranhão: Imprensa Nacional, 1822. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Seção de Obras Raras.

ZACHEO, Manoel Paixão dos Santos. **Os últimos adeoses do Epaminondas Americano ao despotismo.** Maranhão: Imprensa Nacional, 1822. Biblioteca Nacional de Portugal.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Alysson dos Reis. **A atuação do gigante albion na América Lusa: A atividade consular britânica no Maranhão entre 1813 e 1823.** 2014. 90 f. Monografia. (Graduação). Curso de História Licenciatura. Universidade Estadual do Maranhão, 2014.

ASSUNÇÃO, Mathias Röhrig. Exportação, mercado interno e crise de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão (1800-1860). In: CARVALHO, Claunísio Amorim; CARVALHO, Germano Costa Queiróz (orgs.). **Pergaminho maranhense: estudos históricos (vol. 1).** São Luís: Café & Lápis, 2010, p. 143-184.

BARBOSA, Maria do Socorro Ferraz. Liberais constitucionais entre dois centros de poder: Rio de Janeiro e Lisboa. **Tempo**, v. 12, n. 24, p. 98-125, janeiro de 2008.

BERBEL, Márcia Regina. **A nação como artefato: deputados do Brasil nas cortes portuguesas (1821-1822).** São Paulo: Hucitec: Fapesp, 1999.

COSTA, Yuri; GALVES, Marcelo Cheche. **O Epaminondas Americano: trajetórias de um advogado português na Província do Maranhão.** São Luís: Café & Lápis, Editora UEMA, 2011.

FARIA, Regina Helena Martins de. Descortinando o Maranhão Oitocentista. In: COELHO, Mauro Cezar et al. (orgs.). **Meandros da História: trabalho e poder no Pará e Maranhão, séculos XVIII e XIX.** Belém: UNAMAZ, 2005. p. 231-247.

_____. Repensando a pobreza do Maranhão (1616-1755): uma discussão preliminar. **Ciências Humanas em Revista.** São Luís, V. 1, n. 1, p. 7-20, abril 2003.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão.** Paris: Oficina de P.N. Rougeron, 1818.

GALVES, Marcelo Cheche. **“Ao público sincero e imparcial”: Imprensa e Independência no Maranhão (1821-1826).** São Luís: Café & Lápis; Editora UEMA, 2015.

_____. Demandas provinciais nas Cortes constitucionais portuguesas: Izidoro Rodrigues Pereira, Maranhão, 1822. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.** São Paulo, julho 2011, p. 1-11.

_____. Entre a transferência da Corte e a Revolução do Porto: a capitania do Maranhão em tempos de transformações no Império português. In: FALCON, Francisco José Calazans; CARVALHO, Marieta Pinheiro de;

- SARMIENTO, Érica. (Org.). **Relações de poder no mundo ibero-americano: séculos XVIII-XIX**. 1ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2019, v. 1, p. 259-283.
- GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Províncias. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- KOSTER, Henry. (1816) **Viagens ao nordeste do Brasil**. 11 ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco / Editora Massangana, 2002.
- LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. (1822) **Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão**. 2 ed. São Paulo: Siciliano, 2001.
- LIMA, Edyene Moraes dos Santos. **Honradas famílias: poder e política no maranhão do século XIX (1821-1823)**. 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.
- LYRA, Maria de Lourdes Vianna. **A utopia do poderoso império. Portugal e Brasil: bastidores da política (1798-1822)**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- MEIRELES, Mário. **História da Independência no Maranhão**. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1972.
- MEIRELES, Mário. (1960) **História do Maranhão**. São Paulo: Siciliano, 2001.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. **Corcundas e constitucionais: cultura e política (1820-1823)**. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.
- PEREIRA FILHO, Jomar Fernandes. **Economia maranhense de 1890 a 2010: superexploração e estado oligárquico como entraves ao desenvolvimento**. 2016. 246 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016.
- PINTO, Lucas Gomes Carvalho. **A Revolução liberal do Porto no Maranhão: historiografia e livro didático de História**. São Luís, 2020. 127 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2020.
- RAMINELLI, Ronald. Diretório. In: VAINFAS, Ronaldo (org.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)**. Rio de Janeiro: Objetivo, 2001. p. 186-188.
- ROLIM FILHO, Claudiomar Matias. **Formação econômica do Maranhão: de província próspera a estado mais pobre da federação. O que deu tão errado?** 2016. 112 f. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, 2016.
- SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario bibliográfico portuguez**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1862. T. 7.
- SIMONSEN, Roberto C. **História econômica do Brasil: 1500-1820**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.
- SPIX, Johann Baptist von; MARTIUS, Carl Friedrich Philipp. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. 2 ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d. T. II.
- TRIBUZI, Bandeira. **Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. São Luís: Conselho Regional de Economia do Maranhão, 2011.
- VAINFAS, Ronaldo. Johann Baptist Von Spix. In: VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (orgs.). **Dicionário do Brasil Joanino: (1808-1821)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008a, p. 256.
- _____. Karl von Martius. In: _____; _____ (orgs.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008b, p. 459-461.
- VIVEIROS, Jerônimo de. **História do Comércio do Maranhão (1612-1895)**. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1954, 2v.

Entre “liberais” e “déspotas”: as revoluções liberais europeias nos periódicos do Brasil de 1821

Entre “liberales” y “déspotas”: las revoluciones liberales europeas en los periódicos de Brasil de 1821

“Liberals” and “Despots”: The European Liberal Revolutions in the Periodicals of Brazil in 1821

Arthur Reis¹

 <https://orcid.org/0000-0003-3531-3747>

Resumo: A passagem do século XVIII para o XIX foi marcada por modificações políticas e sociais nos países americanos e europeus, conectando realidades distantes e permitindo o compartilhamento de experiências. O artigo analisa como os movimentos liberais europeus foram abordados pelos periódicos do Brasil entre 1821 e a chegada da notícia do Fico nas províncias brasileiras, o que ocorreu em 1822. Nosso objetivo é entender os discursos políticos que permearam o debate político dentro desse recorte. Para isso, a pesquisa utiliza dados quantitativos de referências e extratos de jornais estrangeiros, além de análise qualitativa dos textos para mostrar como os editores usavam essas notícias em prol de causas políticas. Os periodistas criaram uma identidade liberal para mobilizar o público em defesa de seus interesses, com base no compartilhamento de experiências entre os dois lados do Atlântico. Essa identidade foi marcada pela polarização entre “liberais” e “déspotas”, estimulada em 1821 em defesa do movimento político constitucionalista em Portugal.

Palavras-chave: Independência; Imprensa; Era das Revoluções.

Resumo: El paso del siglo XVIII al XIX estuvo marcado por modificaciones políticas y sociales en los países americanos y europeos, conectando realidades distantes y permitiendo el intercambio de experiencias. El artículo analiza cómo los movimientos liberales europeos fueron abordados por los periódicos de Brasil entre 1821 y la llegada de la noticia del Fico en las provincias brasileñas, lo cual ocurrió en 1822. Nuestro objetivo es entender los discursos políticos que impregnaron el debate político dentro de este recorte. Para ello, la investigación utiliza datos cuantitativos de referencias y extractos de periódicos extranjeros, además de análisis cualitativo de los textos para mostrar cómo los editores usaban estas noticias en pro de causas políticas. Los periodistas crearon una identidad liberal para movilizar al público en defensa de sus intereses, basada en el intercambio de experiencias entre ambos lados del Atlántico. Esta identidad estuvo marcada por la polarización entre “liberales” y “déspotas”, estimulada en 1821 en defensa del movimiento político constitucionalista en Portugal.

Palavras-chave: Independencia; Prensa; Era de las Revoluciones.

Abstract: The transition from the 18th to the 19th century was marked by political and social changes in American and European countries, connecting distant realities and enabling the sharing of experiences. The article analyzes how European liberal movements were approached by the Brazilian newspapers between 1821 and the arrival of the news of “Fico” in the provinces where they were published, what’s happen in 1822. Our objective is comprehend the political discourses. The research uses quantitative data from references and excerpts of foreign newspapers, and qualitatively

1 Doutorado em História pela Universidade Federal do Espírito Santo.
E-mai: arthurfr23@gmail.com.

analyzes the texts to show how editors exposed and used the news of these movements to further political causes. During the exploration of sources, we noticed that journalists created a liberal identity to mobilize the public in defense of their own interests. This identity, based on the sharing of experiences from both sides of the Atlantic, was characterized by polarization and otherness between those they referred to as “liberals” and “despots,” identities that, in 1821, were stimulated and mobilized in defense of joining the constitutionalist political movement initiated in Portugal.

Keywords: Independence; Press; Age of Revolutions.

O início do século XIX foi marcado por modificações sociopolíticas no Mundo Atlântico. A independência dos Estados Unidos, a Revolução Francesa, as invasões napoleônicas e a difusão de ideias liberais colaboraram para o surgimento de movimentos constitucionalistas em diversos países europeus e americanos. Fruto de um momento de agitação e mudança social, o constitucionalismo ibérico desembocou em processos de autonomização das colônias americanas, chamando a atenção dos historiadores para possíveis conexões entre esses acontecimentos.

Este artigo tem como proposta compreender relações entre as revoluções atlânticas, analisando o conteúdo dos periódicos do Brasil criados a partir do movimento constitucionalista português de 1820 e que circularam até a chegada da notícia do “Fico” nas províncias brasileiras. O interesse no tema se deve à tentativa de compreender melhor as ligações e encadeamentos políticos entre diferentes contextos e realidades discutidos nesses impressos. O recorte temporal abrange a Revolução Liberal de 1820, ocorrida no Porto, em Portugal, e a proclamação do “Fico” em 1821, dois fatos fundamentais que transformaram as discussões e as condições de circulação da imprensa.

A escolha desses recortes se deu porque eles foram um momento marcante de mudança em discursos e debates nas fontes analisadas. O movimento vintista resultou no aumento do número de jornais na América portuguesa e na exposição mais contundente da linguagem liberal. Já o “Fico” representou uma mudança na posição política de algumas folhas, bem como uma alteração nos temas debatidos na imprensa.

Este artigo examinou os papéis *Semanário Cívico* (BA), *Conciliador do Maranhão* (MA), *Aurora Pernambucana* (PE), *Relator Verdadeiro* (PE), *Segarrega* (PE), *Espelho* (RJ), *Malagueta* (RJ), *Conciliador do Reino Unido* (RJ), *O Bem da Ordem* (RJ), *Sabatina Familiar* (RJ) e *Reverbero Constitucional Fluminense* (RJ). Também foi incluído o *Idade d’Ouro* (BA), que, embora já estivesse em circulação antes de 1821, desempenhou um papel importante no debate político da Bahia.

A análise abrangeu as edições que circularam até a chegada das notícias do “Fico” nos doze jornais de 1821, dividindo o estudo em etapas quantitativas e qualitativas. Por um lado, foram quantificadas as referências e citações aos impressos estrangeiros nessas folhas.

Por outro lado, foram analisadas essas referências do ponto de vista qualitativo, buscando compreender seus conteúdos.

1 A ERA DAS REVOLUÇÕES

A compreensão dos pontos de contato entre as revoluções que ocorreram no mundo Atlântico entre meados do século XVIII e a primeira metade do XIX tem se popularizado na historiografia. Alguns estudos têm se dedicado a entender esses movimentos de forma conectada, como os trabalhos de Jacques Godechot (1976) e Robert Palmer (2014). Esses autores, em seus estudos clássicos e inaugurais de meados do século XX, argumentaram que houve uma intensa insatisfação por parte de elementos das sociedades atlânticas com a condição sociopolítica dos países, resultando em uma onda revolucionária que atingiu vários espaços do mundo ocidental. Essas convulsões, consideradas por Palmer como “movimentos democráticos”, buscavam conquistar maior igualdade social (PALMER, 2014, p. 6). Essa interpretação histórica baseada na Era das Revoluções considerou que os movimentos constitucionalistas europeus e os processos de autonomização das Américas faziam parte de uma “mesma revolução liberal ou burguesa” (GODECHOT, 1976).

No caso brasileiro, Nelson Werneck Sodré (1965) destacou a inserção desse processo no contexto Atlântico, argumentando que a transformação das antigas colônias ibéricas americanas em “nações autônomas” foi decorrente da “revolução burguesa”, liderada pela Inglaterra (SODRÉ, 1965, p. 11). Pesquisadores como Fernando Antônio Novais (1982), Emília Viotti da Costa (1969) e Carlos Guilherme Mota (1972) também refletiram sobre a independência do Brasil no mundo revolucionário, discutindo a crise do Antigo Sistema Colonial como um elemento central. De acordo com esses estudiosos, a ruptura do Império português foi um desdobramento dos movimentos revolucionários na Europa e uma resposta à crise do Antigo Regime português.

Além disso, outros historiadores como István Jancsó (1997), analisaram os movimentos de contestação do final do século XVIII como sintomas da decadência colonialismo, observando uma busca por soluções políticas e sociais diante do esgotamento da sociedade tradicional portuguesa. O autor percebeu que essa busca ocorreu em várias partes do mundo, através de manifestações, impressos e revoltas (JANCSÓ, 1997).

Essas interpretações históricas têm sido renovadas e enriquecidas por novas pesquisas. No contexto internacional, intelectuais como Alison Games (2019), Linda Colley (2022), David Armitage e Sanjay Subrahmanyam (2009) resgataram e reelaboraram a conceitualização da Era das Revoluções.

No que se refere ao Brasil, historiadores como Kirsten Schultz (2006) e Anthony MacFarlane (2006) têm buscado compreendê-la em relação às revoluções atlânticas. Schultz

argumenta que esse momento apresentou diversas alternativas aos sujeitos históricos, incluindo a continuidade da monarquia bragantina. MacFarlane destaca que a independência não pode ser estudada apenas do ponto de vista nacional, pois existiam várias ligações entre os movimentos americanos e os acontecimentos europeus. Portanto, é fundamental interpretar e compreender a influência de novos conceitos a partir da “revolução atlântica”, uma vez que exerceram forte influência por meio de sua repercussão e publicidade em impressos.

Além disso, pesquisadores brasileiros têm se preocupado em entender a dinâmica de circulação de ideias e o compartilhamento de experiências. Lúcia Granja e Tânia Regina de Luca (2018) organizaram um livro que aborda o papel dos intelectuais na mediação e fluxo de impressos e pessoas no Atlântico. Nele, são destacados o desenvolvimento tecnológico e o aumento do número de leitores como possíveis catalisadores do comércio de livros, bem como o papel dos comerciantes no fluxo desses materiais e a existência de redes de comércio especializadas nesse mercado. Esses atores desempenharam um papel central na circulação projetos e conceitos provenientes do outro lado do oceano (NEVES; FERREIRA, 2018).

Recentemente, João Paulo Pimenta (2017) lançou uma obra que relaciona essas reflexões. Ele destaca a inserção do Brasil no contexto revolucionário geral, por meio de eventos, processos e relações históricas, bem como da troca de ideias e pessoas. Pimenta destaca a progressiva dilatação de uma linguagem de fundamentos revolucionários, que deu exemplos de comportamento da conjuntura de crise aos homens da época.

Essa rápida revisão da historiografia demonstra o quanto a literatura tem se preocupado em explorar os vínculos entre os movimentos liberais no mundo Atlântico. Apesar de utilizarem métodos, teorias e chegar a conclusões diferentes, essas interpretações concordam com a necessidade de entender as revoluções de forma, no mínimo, relacionadas. Essa literatura e a leitura dos jornais nos levaram a perceber as constantes referências, extratos e citações de papéis estrangeiros.

2 AS REVOLUÇÕES LIBERAIS NO MUNDO ATLÂNTICO

Com a adesão das províncias e da Corte ao movimento constitucionalista iniciado em Portugal, os papéis demonstraram entusiasmo com as mudanças políticas que ocorriam no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Além das manifestações da tropa e do povo incentivadas por grupos regionais, os periódicos transmitiam a ideia de um novo período político em andamento. Para reforçar essa percepção, os redatores publicavam notícias de revoluções na Europa, estabelecendo conexões entre as mudanças políticas no Brasil e acontecimentos semelhantes do outro lado do Atlântico.

Considerando o caso americano, Javier Fernández Sebastián (2011) observa que houve uma demanda por novidades que contribuiu para aprofundar a distância entre experiências e expectativas. À medida que as pessoas se informavam sobre os acontecimentos em outros países, aumentava a busca por novidades, o que gerava conscientização sobre o que estava ocorrendo em outros lugares e influenciava o apoio ou a oposição aos eventos.

Um exemplo factível dessa realidade é a pesquisa de Edú Trota Levati (2015), que quantificou 268 folhas citadas 2489 vezes nos jornais da América portuguesa entre 1808 e 1822. Ao perceber essa intensa rede de circulação, o autor concluiu que os impressos da América portuguesa, ao citarem e referenciar outros periódicos, estavam “integrando e sendo integrados” ao espaço da fonte citada, estabelecendo “contornos de uma unidade geográfica que eles próprios ajudavam a criar” (LEVATI, 2015, p. 84).

Nos papéis analisados, havia a percepção de que o movimento do qual faziam parte não se restringia aos limites políticos do Reino Unido, mas encontrava eco e extensão em todo o mundo atlântico. Através das notícias, estabelecia-se uma ligação e união entre portugueses da América e da Europa, espanhóis, napolitanos, piemonteses, gregos e outros liberais que lutavam contra os déspotas da Santa Aliança, conectando histórias geograficamente distantes e temporalmente diferentes.

No entanto, essa visão era discursiva e retórica. Ou seja, os movimentos ocorridos nesses lugares não eram semelhantes, seus atores não tinham os mesmos projetos e não existia um plano liberal internacional coeso. Tratava-se, na realidade, de um discurso utilizado para convencer o público de que a Revolução do Porto estava vinculada a outros ao redor do mundo, o que aumentava sua legitimidade.

Por isso, concordamos com Javier Fernández Sebastián (2012) quando ele destaca a existência de diversas experiências liberais. Essas vivências foram variadas e experienciadas de maneiras distintas por seus atores históricos, que tinham planos e projetos diferentes. Isso não inviabiliza, no entanto, uma interpretação conectada, já que, como Fernández Sebastián nos mostra, o liberalismo foi construído em uma perspectiva atlântica. Portanto, é possível observar nessas fontes - sempre com o cuidado necessário para não aceitar acriticamente o discurso dos redatores - como as mudanças políticas resultantes das revoluções eram apontadas como elementos do novo período que se iniciava.

3 AS REVOLUÇÕES LIBERAIS NOS JORNAIS DO BRASIL: UM OLHAR QUANTITATIVO

Tentando entender as principais referências e pares de debate nos jornais do Brasil, destacamos as citações e menções que eles faziam a outros papéis. Na base de dados criada para o período analisado neste artigo, conseguimos reunir um total de 143 referências. Des-

sas, 84, mais da metade (58,74%), são de europeus, 53 do Reino do Brasil (37,06%) e apenas 4 de americanos (2,80%).

Dentre os países europeus, Portugal tem 42 indicações (29,37%), Inglaterra 25 (17,48%), França 10 (6,99%), Espanha 4 (2,8%) e as regiões que hoje formam a Alemanha, a Áustria e a Itália, 1 cada. O *Argos*, único jornal americano citado nesse período, provém do que atualmente conhecemos como Argentina. Dos impressos europeus, o mais lembrado foi o português *Astro da Lusitânia* (11), seguido pelo *Diário das Cortes* (9) e pelo inglês *Morning Chronicle* (7). Diante dessas estatísticas, podemos perceber que a geografia dos jornais durante o ano de 1821 se direcionou para a Europa.

Se as informações quantitativas nos trazem alguns pontos de reflexão, quando olhamos qualitativamente para essas referências e analisamos seus conteúdos, podemos encontrar algumas explicações para esses dados. No caso do *Argos de Buenos Aires*, as notícias eram sobre a América. Extraídas pelo *Conciliador do Maranhão* e pelo *Semanário Cívico*, elas falavam sobre os processos de independência e sobre a situação política dos países americanos. Através delas, ambos afirmavam que o panorama geral da região era de “anarquia” iniciada com a “dissolução do Governo Central”. Desde então, A América se dividiu em várias repúblicas que caíram “umas e outras na mais horrorosa guerra civil”.

A utilização dessas notícias e a ênfase dada ao suposto estado de anarquia das repúblicas americanas exerceram um papel importante no discurso político desses jornais. Como ambos eram assumidamente contrários à posição autônoma que o Rio de Janeiro progressivamente tomava em relação às ordens das Cortes de Lisboa, para chamar atenção para uma possível radicalização desse posicionamento, o *Conciliador* e o *Semanário* destacaram os problemas da independência da América como uma experiência a ser evitada pelos habitantes do Brasil.

Se extratos de papeis americanos serviam a esse propósito nos dois periódicos supracitados e não foram, pelo menos nesse recorte temporal, replicados em Pernambuco e no Rio de Janeiro, as folhas europeias encontraram ampla circulação nos jornais das quatro províncias analisadas. Dentre os países daquele continente, o que mais se destacou foi Portugal. Isso porque eram comuns que informações das Cortes e discussões sobre a situação do Reino Unido, transformando os impressos portugueses em fontes frequentes e usuais de notícias e parceiros nos debates políticos.

Além de Portugal, também foram extraídos relatos sobre a Espanha e Inglaterra. No caso espanhol, elas variavam de questões relativas à política a rumores de agitação. Já dos jornais ingleses, os extratos eram de acusações de que o Império Britânico buscava desestabilizar o Reino do Brasil, Portugal e Algarves, e estatísticas populacionais.

Outros assuntos também foram frequentemente expostos. Noticiava-se relatos de uma possível guerra entre o Império Turco-Otomano e o Império Russo, por exemplo. Já a França estaria sendo ameaçada, segundo extrato do jornal português *Patriota* impresso pelo *Segarrega*, por uma revolta absolutista.

Essa última notícia, aliás, é importante por demonstrar que nem sempre existia uma relação direta entre o país noticiado e a origem do periódico de referência. Por exemplo, o jornal francês *Le Moniteur Universel* informava sobre a América, o inglês *London Packet* sobre a Espanha, e a *Gazeta de Lisboa* sobre a Inglaterra. Quer dizer, não existia uma lógica relacional entre o local da notícia e o local do jornal de referência.

4 AS REVOLUÇÕES LIBERAIS NOS JORNAIS DO BRASIL: UM OLHAR QUALITATIVO

Quando examinamos atentamente as citações e referências que os jornais brasileiros faziam uns aos outros, percebemos uma extensa lista de notícias. Através desses extratos retirados de impressos estrangeiros, foram abordados diversos personagens e eventos, incluindo casos bastante específicos, como o desterro dos ex-deputados de Nápoles.

Entre esses informes, o que mais chama a atenção são as conexões estabelecidas entre as mudanças políticas que ocorriam no Brasil e aquelas que ocorriam na Europa. Isso inclui relatos e elogios aos constitucionalistas de Nápoles, Espanha, Portugal, bem como referências à guerra de independência da Grécia contra o Império Turco.

Em torno dessas novidades, os periódicos estabeleceram uma relação de semelhança entre os movimentos liberais. Através das notícias e excertos, os jornalistas buscavam transmitir a ideia de que algo em comum estava sendo vivenciado e compartilhado por diferentes pessoas em diferentes espaços. Por meio desse discurso e retórica, eles tentavam convencer o público de que havia entusiasmo com o liberalismo, bem como compartilhamento de uma experiência geograficamente ampla.

É possível notar que os jornalistas dos jornais brasileiros defendiam a tese de que o mundo estava passando por um período em que novos governos estavam sendo formados. Com base em um discurso proferido na Câmara dos Comuns da Inglaterra pelo Lord Castlereagh, o *Espelho* concluiu que havia um espírito favorável entre os ingleses em relação às “legítimas alterações, que têm sofrido os Governos do Sul da Europa, e que talvez bem depressa grassem até o Norte”.

Segundo o *Semanário*, o estado de fermentação e mudança política que se espalhava pelo mundo era um ciclo normal da história humana, já que “em todos os tempos, e em todas as Nações, os estados nascem, caem e se sucedem em uma ordem regular”. Sendo assim, e alegando passar por um momento inédito, o redator do periódico, Joaquim José da

Silva Maia, afirmava que estava “reservado para os nossos dias, neste século de luzes, ousar traçar o plano de uma regeneração pronta e universal”.

A geopolítica exposta por esses periódicos era dividida em dois lados. Por meio das notícias das revoluções que vinham da Europa, os redatores opunham os liberais espanhóis, portugueses, italianos e gregos aos turcos e aos anticonstitucionalistas franceses, espanhóis e austríacos, que tinham sua representação na Santa Aliança.

Essa percepção não era exclusiva dos jornalistas do Brasil. Ao estudar as revoluções hispânicas, Fernández Sebastián (2012) observou a construção de um antagonismo entre o “liberalismo” e o “absolutismo” como forma de fortalecer o discurso por eles exposto. Dentro dessa lógica, enquanto o liberalismo era visto como um sistema político direcionado ao futuro, o absolutismo era apontado como um regime retrógrado e atrasado.

Nos jornais da América portuguesa, as notícias sobre os movimentos europeus tinham como objetivo reforçar a união em torno do liberalismo. Alguns relatos, como o exposto pela *Aurora Pernambucana*, enfatizavam sua suposta bravura, como os do “heroico Povo Napolitano”, que “para conservar a sua liberdade, terá imolado muitas vidas”, mas “preferiam a morte à escravidão”. Da mesma forma, citando o *Campeão Português*, o *Reverbero Constitucional Fluminense* instigava os portugueses a se lembrarem de “Piemonte e Nápoles”, onde estavam “correndo rios de sangue graças à reação dos usurpadores da liberdade”.

Por meio notícias de supostos atos de bravura e de coragem, os jornalistas criaram uma perspectiva histórica na qual indivíduos de Portugal, Espanha, Grécia e Nápoles lideravam a luta pela liberdade em um mundo sem despotismo. Além das revoluções já iniciadas, havia rumores de agitação e descontentamento na Irlanda, o que teria levado o governo a recolher toda a pólvora da região para os armazéns reais e causado o assassinato de muitas pessoas.

Dessa forma, os redatores dividiam retoricamente o mundo e o polarizavam em dois lados opostos. Nesse contexto, as notícias sobre a guerra de independência da Grécia não eram apenas informativas e passaram a servir a um objetivo político: representar uma possível guerra entre as forças militares absolutistas, representadas pelos turcos, e os liberais, representados pelos gregos.

Como buscavam mostrar fazer parte de um movimento político “liberal”, alguns jornais chegaram a defender alianças com revoluções semelhantes. Para o *Aurora Pernambucana*, era necessário que os portugueses se unissem ao “heroico Povo Napolitano”, que para conservar sua liberdade já havia “imolado muitas vidas”. Portanto, era importante e até natural que “Portugal e Espanha não olhassem indiferentes para a crítica situação de Nápoles, cuja sorte deve ser unida e nossa”.

O *Semanário Cívico*, por sua vez, ressaltou o que estava acontecendo em Nápoles para afirmar que a Bahia, com sua geografia e os reforços que estavam sendo enviados, jamais seria dominada por nações estrangeiras ou por absolutistas como a Santa Aliança, tranquilizando e incentivando a população a defender a causa liberal. Já o *Reverbero Constitucional Fluminense*, por meio de um extrato do *Campeão Portuguez*, pediu aos liberais que ajudassem e prestassem atenção às situações de “Piemonte e de Nápoles”, onde “corriam rios de sangue graças à reação dos usurpadores da liberdade”.

Os discursos veiculados pelos redatores, ao que parece, foram bem recebidos pelos correspondentes desses periódicos. Embora não seja possível afirmar que as cartas tenham sido realmente enviadas por leitores e não pelos próprios redatores, é interessante observar que, das 119 correspondências publicadas nesses papeis, 16 foram assinadas por indivíduos com pseudônimos que indicam alguma identificação com determinados elementos do liberalismo, como a constituição.

No *Conciliador do Maranhão*, foram assinadas correspondências pelo *Curioso Constitucional*, que abordava questões sobre as notícias veiculadas pelo periódico, bem como críticas à Câmara de São Luís. No mesmo periódico, também apareceram correspondências do *Hum Amante da bem entendida Constituição*, que fazia perguntas e pedia respostas para suas dúvidas sobre a constituição que estava sendo elaborada em Portugal, bem como do *O Constitucional Paraense*, que destacou a importância da instrução para o novo regime político que estava sendo estabelecido.

No Rio de Janeiro, o *Hum Constitucional de Facto e de Direito* enviou uma correspondência ao *Reverbero Constitucional Fluminense* criticando André Raposo. Em Pernambuco, o *Hum Pernambucano Constitucional* publicou no *Relator Verdadeiro* considerações sobre um comandante da artilharia que se opôs ao constitucionalismo na província.

No entanto, foi na Bahia que essas identificações foram mais comuns. Nessa província, havia personagens como o *Constitucional Bahiense* e o *Hum seu Amigo Constitucional*, que questionavam autoridades, instituições e discutiam leis. Talvez as mais interessantes sejam as correspondências do *Constitucional Bahiense*, que faziam uma ampla defesa do movimento liberal e buscavam dissipar qualquer temor de reação absolutista, além de incentivar os leitores a defenderem o que ele chamava de “Regeneração Braziliense e Portuguesa”.

Enquanto discutiam e debatiam temas caros ao que entendiam como “liberalismo”, esses correspondentes e redatores também expunham os supostos inimigos dos “liberais”. Identificados normalmente como “déspotas” no discurso desses periódicos, os principais representantes desses “inimigos” eram a Santa Aliança e o Império Turco-Otomano. Além dos opositores externos, também havia os internos. No *Segarrega*, o correspondente *Inimigo dos*

corcundas afirmou que a população de Pernambuco sentia tanta aversão pelos déspotas que se uniu para pedir a saída de um vereador que não havia aderido ao constitucionalismo.

Assim, por meio de um discurso político heterogêneo, mas semelhante, os jornais do Brasil buscavam criar, retoricamente, a existência de uma experiência compartilhada entre liberais americanos e europeus. Com isso, eles buscavam convencer o público de que o constitucionalismo vintista e o liberalismo ao qual, teoricamente, ela representava, deviam ser perseguidos, alcançados e defendidos, chegando até mesmo a pegar em armas e fazer alianças com pessoas semelhantes de outros países, se fosse necessário.

5 LIBERALISMO E CONSTITUCIONALISMO NOS JORNAIS DE 1821

O discurso retórico dos jornalistas analisados buscava criar uma narrativa na qual a Revolução do Porto se inseria em um contexto revolucionário atlântico. Os redatores e os correspondentes esforçavam-se em criar e difundir um relato segundo o qual as revoluções tidas como “liberais” ou “constitucionais” espalhavam-se pelo mundo, modificando o cenário político do Ocidente.

Em um extrato de discursos de deputados americanos exposto no *Reverbero*, afirmou-se que quanto mais “liberal” um plano de governo fosse, “melhor constituído, mais econômico e mais análogo às ideias do nosso século” ele seria. A ascensão do liberalismo, nas palavras do *Semanário Cívico*, colocaria fim às “conquistas do despotismo que pretendia devorar todas as nações cultas”.

Mas o que seria um governo liberal para esses jornais? Essa definição variava de periódico para periódico e não encontrava um significado único. No entanto, é possível notar algumas características comuns nas publicações analisadas.

Segundo o *Espelho*, esse governo era aquele que “deixa aos cidadãos o maior número possível dos seus direitos e que simplesmente lhes retira aqueles que podem prejudicar o bem comum”. Segundo o *Conciliador*, esse sistema foi escolhido e proclamado nas adesões ao movimento vintista de 1820. Entre suas bases estaria o axioma de que as leis seriam formadas para a “felicidade dos povos e não os povos para serem sacrificados às instituições”. Em torno da “liberal constituição”, os “portugueses de ambos os hemisférios se considerariam uma só e mesma família”, cabendo ao rei governar por meio de uma “sábua e liberal constituição” que promoveria o “primeiro raio de felicidade das nações”.

As constituições, segundo um extrato do jornal *O Portuguez* transcrito no *Semanário*, consolidariam as “liberdades civis”, a “igualdade dos direitos de todo cidadão” e a “imparcialidade perante a lei”. Por meio de uma proclamação intitulada “Aos HABITANTES DO MARANHÃO”, o *Conciliador* expôs a felicidade do correspondente em pertencer “a uma

nação onde a expressão de ideias liberais e a ostentação de ardente patriotismo não são mais crimes”.

Mas quem seriam os liberais? O *Semanário* trouxe uma definição ilustrativa. Eles seriam os “amigos da vossa pátria e inimigos do despotismo”. Assim, enquanto o liberal era aquele que amava a liberdade, a pátria e estava em consonância com as ideias do século, os déspotas eram o oposto. Eles lançavam “ferros” e introduziam “venenos” na nação.

O amor à pátria e a busca pela felicidade se pautavam na defesa da constituição e das instituições tidas como características do liberalismo. Ser liberal, mais do que uma identidade política, era uma obrigação dos bons cidadãos, enquanto ser déspota ou defensor do Antigo Regime era um equívoco. Por isso, ao identificarem na Revolução do Porto o advento do governo liberal no Império português, e relacionarem o liberalismo com a constituição, com a garantia dos direitos civis e políticos assegurados pela Constituição e a superação do Antigo Regime, os jornais de 1821 fizeram com que o movimento vintista e o constitucionalismo que dela adviria se tornassem uma meta obrigatória para os “bons portugueses”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao representarem o Mundo Atlântico como um todo interligado, onde o oceano era um caminho para a circulação de ideias e experiências liberais, os periódicos contribuíram para a inserção do Brasil na experiência revolucionária atlântica. A construção dessa imagem fez parte de um discurso político heterogêneo e não sistematizado pelos jornalistas, mas, ao olharmos em conjunto, podemos notar semelhanças e importantes pontos de conexão em suas narrativas.

Primeiro, percebemos a criação de uma identidade política em que havia lutas em comum e entusiasmo com o liberalismo europeu, conforme retratado pelos redatores. O resultado desses discursos e relatos foi a formação de uma identidade política que transcendia fronteiras nacionais e governos, baseada em uma mesma luta e conjunto de ideias que circulava pelo oceano.

Em segundo lugar, observamos que as notícias e identidades criadas pelos periódicos de 1821 e a euforia com o liberalismo não eram desprovidas de interesse político. Ao polarizarem a política com conceitos antitéticos, como liberais/déspotas e constitucionalistas/absolutistas, os jornalistas buscavam reforçar um projeto político. Ao utilizá-los, não apenas reafirmaram uma identidade positiva ligada ao liberalismo e alimentaram o entusiasmo com essas ideias, como também rotularam seus adversários com conceitos negativos que deviam ser automaticamente rejeitados. Essa polarização conferiu força ao discurso político (KOSELLECK, 2006).

Essas identidades coletivas, segundo Elías José Palti, permitiam que os sujeitos históricos se identificassem como membros de um mesmo grupo com interesses e valores em comum (PALTÍ, 2009). Dessa forma, a idealização das comunidades políticas tinha como objetivo não apenas o reforço de projetos políticos, mas também o compartilhamento de valores, proporcionando aos indivíduos a percepção de que suas causas eram justas, legítimas e internacionais.

Assim, por meio da identidade liberal que unia e compartilhava experiências em ambos os lados do Atlântico, não ser liberal era ser um inimigo da liberdade e da constituição, algo inaceitável para aquele momento. Portanto, mais do que apenas notícias informativas, o que os periódicos publicavam da Europa teve um papel mobilizador em prol de uma causa política e na formação da opinião pública.

Em terceiro lugar, observamos, a partir dos dados quantitativos, que a Europa foi o principal foco de interesse dos jornais da América portuguesa em 1821. Por meio de navios, as folhas estrangeiras compartilhavam espaços com pessoas, objetos e ideias, chegando a diferentes regiões do Brasil. Eles eram recebidos, lidos e interpretados de diversas formas, mas eram referências constantes.

Por meio dessas novidades e discursos, os papéis permitiam que seus leitores viajassem por realidades e países distantes que dificilmente poderiam ser alcançados pessoalmente. Eles não apenas informavam e traziam notícias de outras localidades, mas também criavam uma sensação de proximidade com indivíduos desconhecidos e idealizados, aproximando experiências remotas e conectando realidades distantes por meio dos impressos.

Por fim, acreditamos que a conexão dessas realidades e o compartilhamento de vivências por meio desses periódicos foram causas e consequências da experiência revolucionária. A retórica revolucionária difundida nesses jornais deve ser compreendida como um discurso político, mas não pode ser desconsiderada como um elemento que retrata as conexões existentes entre os movimentos liberais da Era das Revoluções.

Essa narrativa, aliás, não era uma singularidade dos redatores do Brasil. Fernández Sebastián (2014) alertou que o liberalismo foi, nesse momento, um conceito macro que surgiu em muitos locais e buscava legitimar as novas instituições políticas criadas no século XIX. Graças às revoluções dos anos de 1820, e até mesmo antes, como no caso da Espanha, esse termo foi inserido no contexto ibérico e tratado como um sistema de valores morais, políticos e sociais, ligado progressivamente à constituição e à divisão dos poderes.

Por isso, ao publicarem extratos e notícias estrangeiras, principalmente as europeias, percebemos como os redatores da América portuguesa buscavam construir e legitimar uma identidade liberal, ainda que heterogênea e indefinida. Não se tratava apenas de noticiar e informar, mas de mobilizar a população em torno de uma causa política.

No entanto, a partir de 1822, podemos observar uma mudança nesse cenário. A identificação compartilhada entre os portugueses da América e da Europa começou a perder espaço. Devido ao progressivo distanciamento entre os projetos defendidos pela elite do Centro-Sul do Brasil e as Cortes de Lisboa, outras identidades passaram a ganhar destaque nos jornais, principalmente os publicados no Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

- ARMITAGE, David; SUBRAHMANYAM, Sanjay. **The Age of Revolutions in Global Context, c.1760-1840**. Londres: Palgrave MacMillan, 2009.
- COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao Estado da Emancipação Política do Brasil. In: NOVAIS, Fernando. (Ed.) **O Brasil nos Quadros do Antigo Sistema Colonial**. São Paulo: DIFEL, 1969.
- COLLEY, Linda. A letra da lei: guerras, constituições e a formação do mundo moderno. São Paulo: Zahar, 2022.
- GAMES, Alison. Atlantic History: definitions, challenges, and opportunities. **The New World History**. Oxford: Oxford University Press, v. 111, n. 3, 2006. Disponível em: <https://academic.oup.com/ahr/article/111/3/741/13790>. Acesso em 12/09/2021. Doi: <https://doi.org/10.1086/ahr.111.3.741>.
- GODECHOT, Jacques. A independência do Brasil e a Revolução do Ocidente. In: MOTA, Carlos Guilherme. **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- GODECHOT, Jacques. **As revoluções (1770-1799)**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- GRANJA, Lúcia; LUCA Tânia Regina de. **Suportes e Mediadores: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2018.
- JANCSÓ, István. A Sedução da Liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e. (Ed.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- JANCSÓ, István.; PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico: ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. **Revista de História das Ideias**, v. 21, p. 389–440, 2000. Disponível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/41754/1/Pecas_de_um_mosaico.pdf. Acesso em 12/09/2021. Doi: https://doi.org/10.14195/2183-8925_21_11.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-RIO, 2006.
- LEVATI, Edú Trota. **Os periódicos da Independência e suas geografias políticas: o estudo do surgimento do Brasil independente e de sua inserção no contexto mundial (1808-1822)**. Dissertação de mestrado em História. Universidade de São Paulo, 2015.
- MaCFARLANE, Anthony. Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações. In: MALERBA, Jurandir. (Ed.). **A independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.
- MOTA, Carlos Guilherme. **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- NEVES, Lúcia Bastos Pereira das; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da Cruz. Livreiros, impressores e autores: organização de redes mercantis e circulação de ideias entre a Europa e a América (1799-1831). In: GRANJA, Lúcia; LUCA, Tânia Regina de. (Eds.) **Suporte e mediadores: a circulação transatlântica dos impressos (1789-1914)**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2018.
- NOVAIS, Fernando Antônio. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme (Ed.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: DIFEL, 1982.
- PALMER, Robert Roswell. **The Age of the Democratic Revolution**. Princeton: Princeton Univesity Press, 2014.
- PALTI, Elías José. **El momento romântico: nación, historia y lenguajes políticos em la Argentina del siglo XX**. Buenos Aires: EUBA, 2009.
- PIMENTA, João Paulo Garrido. **Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (1780-1830)**. São Paulo: INTERMEIOS, 2017.

REIS, Arthur Ferreira. Emoção e patriotismo nos jornais da independência (1821-1823). Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022

RINKE, Stefan.; SCHULZE, Frederik. Los orígenes de las revoluciones de independencia de América Latina en perspectiva atlántica. *Estudios Ibero-Americanos*2, v. 36, n. 2, p. 153–178, 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5967954>. Acesso em 12/09/2021.

SCHULTZ, Kirsten. A Era das Revoluções e a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-1821). In: MALERBA, Jurandir. (Ed.). **Independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. (Ed.) **Diccionario político y social del mundo iberoamericano: La era de las revoluciones, 1750-1850**. Madrid: Fundación Carolina; Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales; Centro de Estudios Políticos y Constitucionales., 2009.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. Cabalgando el corcel del diablo. Conceptos políticos y aceleración histórica en las revoluciones hispánicas. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández; CAPELLÁN DE MIGUEL, Gonzalo (eds.). **Conceptos políticos, tiempo e historia**. Santander: Universidad de Cantabria McGraw-Hill Interamericana de España, 2013.

SEBASTIÁN, Javier Fernández (Ed.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano, conceptos políticos fundamentales (1770-1870)**. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2014.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. **Historia conceptual en el Atlántico Ibérico: lenguajes, tiempos, revoluciones**. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 2021.

SEBASTIÁN, Javier Fernández. *La aurora de la libertad: los primeros liberalismos en el mundo iberoamericano*. Madrid: Marcial Pons, 2012.

SODRÉ, Nelson Werneck. **As razões da independência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

FONTES

Aurora Pernambucana, Recife, 1821.

Conciliador do Maranhão, São Luís, 1821.

Conciliador do Reino Unido, Rio de Janeiro, 1821.

Idade d'Ouro, Salvador, 1821.

Malagueta, Rio de Janeiro, 1821.

O Bem da Ordem, Rio de Janeiro, 1821.

O Espelho, Rio de Janeiro, 1821.

Relator Verdadeiro, Recife, 1821.

Reverbero Constitucional Fluminense, Rio de Janeiro, 1821.

Sabatina Familiar dos Amigos do Bem-Commum, Rio de Janeiro, 1821.

Segarrega, Recife, 1821.

Semanário Cívico, Salvador, 1821.

Nacionalização da Independência: notas sobre o caso de Pernambuco (1817-1831)

Nacionalización de la Independencia: notas sobre el caso de Pernambuco (1817-1831)

Nationalization of Independence: notes on the case of Pernambuco (1817-1831)

Ivan Soares dos Santos Júnior¹

 <https://orcid.org/0000-0002-9037-5863>

Resumo: o presente artigo discorre sobre o contexto de Pernambuco na Independência do Brasil, entendendo-a, à luz da concepção braudeliana de temporalidade plural, como um processo de média duração. Nesse sentido, a Independência não é vista como um evento, mas como uma conjuntura que teve início em 1817 e se consolidou em 1831. A prosa não se submete rigorosamente à cronologia dos acontecimentos, sendo marcada, portanto, por idas e vindas. Trata sobre disputas políticas, contadas na imprensa, personagens da cena política envolvidos no tráfico de escravos e motins de *povo* e *tropa*.

Palavras-chave: nacionalização da Independência; Período Regencial; elites políticas.

Resumo: Este artículo discute el contexto de Pernambuco en la Independencia de Brasil, comprendiéndola a ella, a la luz de la concepción braudeliana de temporalidad plural, como un proceso de duración media. En este sentido, la Independencia no se considera como un evento, sino como una coyuntura que comenzó en 1817 y se consolidó en 1831. La prosa está marcada por avances y retrocesos, ya que no se somete estrictamente a la cronología de los acontecimientos. Trata sobre disputas políticas, controversias en la prensa, y personajes de la escena política involucrados en el tráfico de esclavos, así como motines tanto en el pueblo como en la tropa.

Palavras-chave: nacionalización de la Independencia; Período Regencial; élites políticas.

Abstract: this article is concerned the context of Pernambuco during the Brazilian Independence, understanding it, in Fernand Braudel's conception of the plural temporality, as a medium-term process. In this sense, the Independence of Brazil is not seen as an event, but as a conjuncture that began in 1817 and was consolidated in 1831. The text does not strictly adhere to the chronology of events, and is characterized by a series of advances and setbacks. It delves into political struggles, controversies in the press, the involvement of certain political figures in the slave trade, and popular uprisings that encompassed both civilian populations and military troops.

Keywords: nationalization of Independence; Regency Period; political elites.

1 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco.
E-mail: ivan.santosjunior@ufpe.br.

Em uma sucinta passagem de *Um estadista do império*, Joaquim Nabuco descreve o Período Regencial com a seguinte marca: “Os homens dessa quadra revelam um grau de virilidade e energia superior, sentindo-se somente incapazes de organizar o caos” (1897, p. 33). O parecer do autor sobre o momento histórico em questão reverbera até hoje em diversas obras da historiografia brasileira. Seu complemento viria após Oliveira Viana proclamar que a desintegração geral do país após a Independência não se consumou unicamente devido a um “acidente feliz — o acidente da presença, no Rio, de um rei” (2005, p. 315). Outras palavras, era a presença — ou, nesse caso, a ausência — do monarca que constituía a força motriz primordial para que o Período Regencial fosse interpretado como uma etapa de desordem e desestruturação do cenário político brasileiro no século XIX. Na concepção do referido autor, o fator unificador do império tinha representação na figura do monarca. Destituído da imagem régia, restava ao incipiente império uma intrincada política provincial que inexoravelmente o levaria à fragmentação. Mas há muito o que questionar em tal perspectiva. Ao invés do monarca, não teria sido a escravidão a verdadeira força coesiva do império brasileiro?

Um perspicaz observador daqueles acontecimentos, Robert Walsh (1830), registrou a consolidação de uma profunda crise política no império já em 1828, precipitada pelo iminente vencimento do prazo estabelecido pelo tratado com a Inglaterra para o fim do tráfico atlântico de escravos, pactuado em 1826. O relato sugere que a manutenção da escravidão como instituição e a continuação do tráfico eram os principais fatores que preservavam a unidade territorial e a estabilidade dinástica. A escravidão, tão profundamente enraizada na estrutura do Estado imperial, representava uma força política capaz de desafiar até mesmo a potência mais influente da época, a Inglaterra, como evidenciado pela violação do tratado que deveria ter encerrado o tráfico em 1830. No entanto, apesar de estudos recentes que proporcionam uma visão mais vívida e matizada desse período, a interpretação *monarquista* sobre as Regências perdura até os dias atuais.

No ínterim de nove anos, praticamente todas as províncias do império foram palco de contendas políticas, manifestações de rua, motins de *povo e tropa* e proposições políticas diversas. Não é surpreendente, portanto, que as narrativas referentes às Regências tenham sido tão divergentes entre os segmentos conservadores e liberais. Os primeiros não hesitaram em tecer críticas à suposta instabilidade, desordem e insubordinação que, segundo alegavam, permearam esse período. Por outro lado, os liberais ostentavam com orgulho um traço distintivo da época: a Abdicação de Pedro I proporcionara uma liberdade nunca antes experimentada. Não foram poucos os que enxergaram na assim-chamada *Revolução do 7 de Abril* a autêntica consumação da Independência². A queda do imperador simbolizava

2 HDBN. Diário de Pernambuco nº 212 de 6 de outubro de 1831.

uma renovação das esperanças traídas na Independência, que haviam corroído o carisma do acontecimento (FAORO, 2021, p. 301).

Isto posto, o texto adiante dedica-se a comentar as disputas políticas em Pernambuco, de 1817 a 1831, com o intuito de situar no contexto da Independência do Brasil — concebida neste caso como um processo de média duração — o Período Regencial como sua consumação, ou, como alguns contemporâneos o chamaram, a *nacionalização da Independência*.

1 SOBRE A INDEPENDÊNCIA EM PERNAMBUCO.

Logo na aurora da década de 1820, muito se aludia à existência de *partidos* do norte e do sul. Foi a chamada Revolução do Porto, em 1821, que tornou evidente a dualidade de centros de poder no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Um deles era o Rio de Janeiro. Morada da Corte joanina, procurava-se replicar Lisboa. Afinal, em 1808, repentinamente, ascendera à condição de capital portuguesa, tornando-se a cabeça do império. Era a efígie do *absolutismo*, o Rio. Sob prisma weberiano, Alberto da Costa e Silva (2011) argumentou que o Estado viera ao Brasil por intermédio dos navios, trazendo a reboque o Antigo Regime a este lado do Atlântico. O outro centro de poder residia no Porto, onde as Cortes Constitucionais pleiteavam um conjunto de leis superior a qualquer indivíduo, incluindo o próprio rei. Eram, portanto, contrárias aos *absolutismos*. Há muito arraigada no Brasil, aquela velha prática portuguesa, onde o monarca nomeava os governadores de cada capitania, passou a ser vista como inapropriada. A Revolução do Porto, evocando as palavras de Marcus Carvalho, “desatou os laços entre as partes constituintes do reino” (1998a, sp). Tanto em Portugal quanto no Brasil eclodiam conflitos para formar juntas governativas.

Em Pernambuco, a primeira junta de governo foi eleita pelas Câmaras em 1821, sustentando autoridade até meados de 1822. Não foi uma eleição tranquila, no entanto. O veterano general Luís do Rego Barreto regia a punho de ferro a capitania de Pernambuco desde os idos da chamada Revolução de 1817. Sua biografia reluz como o testemunho de uma imponente carreira militar e política: destacara-se em batalha contra as hostes de Napoleão. Após desembarcar em terras brasileiras em 1816, galgou os degraus da repressão ao movimento de 1817 em Pernambuco e assumiu as rédeas do governo local. Por sua rija governança na esteira desse evento, ganhou fama de *absolutista* (GONÇALVES, 2018). Como assinalou Marcus Carvalho (1998a, sp), Luís do Rego era um homem talhado para o ofício, capaz de manter sob o manto da ordem monárquica uma capitania que havia sido sacudida por uma insurreição republicana. Contudo, em meados de julho de 1821, até mesmo o general via-se às voltas com a pressão popular que clamava pelo juramento à constituição portuguesa — algo que o Rio de Janeiro já havia feito desde 21 de abril do mesmo ano.

Luís do Rego Barreto ascendera a uma posição de alta estima entre a elite de Pernambuco, cuja fidelidade à Coroa fora irrevogavelmente confirmada na repressão ao movimento. Eram os proeminentes representantes da aristocracia açucareira, senhores de extensas propriedades rurais e negociantes de escravos, cuja cisma das ideias emancipacionistas abraçadas por determinados protagonistas do *Dezessete* reverberava, alimentando temores de que tal doutrina pudesse ruir os pilares do sistema escravista, e, quiçá, engendrar um processo análogo ao que se vislumbrara no Haiti. Foi ao lado de um abastado português chamado Luiz Gomes Ferreira, a quem a urbe recifense conhecia como *Lord Esporas*, que o general Luís do Rego, em 21 de julho de 1821, sofreu um atentado à sua vida³. Foi alvejado, não obstante a investida não lograr o resultado fatal.

Era notória a amizade entre Luís do Rego Barreto e Luiz Gomes Ferreira. Entre os rincões mais diletos ao governador, destacava-se o sítio Mondego, propriedade do Luiz Gomes Ferreira⁴. Na noite de 21 de julho de 1821, ao se dirigirem ao Mondego, Luís do Rego Barreto e *Lord Esporas* foram emboscados na ponte da Boa Vista. Os tiros atingiram o governador na região do abdômen. Socorrido às pressas, Luís do Rego foi prontamente assistido em uma casa na Rua Nova. Contudo, as lesões não assumiam gravidade extrema. O agressor, em desabalada fuga, lançou-se nas águas do Capibaribe. Transcorridos três dias, seria seu corpo inerte encontrado às margens do rio, morto por afogamento. Era medonha a feição do defunto, não sendo possível o reconhecer (CABRAL, 2006).

Diversas testemunhas do atentado foram detidas sob suspeita. Desvendada a trama que urdiu a emboscada, instituiu-se um conselho que deliberou pela detenção de cerca de 200 indivíduos. O tenente-coronel José Joaquim Simões, alçado interinamente ao leme do governo de Pernambuco, expediu uma ordem de exílio, remetendo 42 indivíduos à Lisboa. A maioria destes tinha conexão com o movimento de 1817. Entre os exilados, figura rara e conhecida dos habitantes de Pernambuco, destacava-se Francisco Pais Barreto, acusado como mentor do atentado (GONÇALVES, 2018).

Latifundiário e detentor do título de marquês do Recife, Francisco Pais Barreto emergiu como uma das figuras preeminentes do movimento de 1817. Na época da fugaz revolução, ocupava a posição de capitão-mor da Vila do Cabo. Foi detido pelas forças repressoras oriundas da Bahia. Sua detenção perdurou até a anistia de 1821, à qual sucedeu seu retorno à metrópole recifense. Contudo, mal havia retomado o assento em seu berço natal, foi novamente relegado, dessa feita ao exílio em Lisboa (PEREIRA DA COSTA, 1982). Dada

3 Cf. "Árvore genealógica de Luiz Gomes Ferreira [2º]". Acessado em 28 de julho de 2021, Disponível em: <https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=12051&ori=pal&ver=por>.

4 Uma das mais famosas litografias de Luis Schlappriz, intitulada "Chora Menino", retrata o descampado do sítio Mondego e, ao fundo, o Palácio Mondego. Imagem disponível em: <https://www.brasilianaiconografica.art.br/obras/18557/chora-menino>.

a precariedade da saúde de Luís do Rego, sua capacidade de governar a capitania com a mesma tenacidade de outrora se mostrava impraticável. Após o general ser destituído do cargo, Pais Barreto regressou a Pernambuco, onde emergiu novamente como uma figura importante na junta provisória de governo em 1823. Todavia, nesse período, posicionou-se contrário aos liberais, chegando a integrar a denominada *junta dos matutos* e a combater a Confederação do Equador. Além de Pais Barreto, outros detidos de destaque incluíam os irmãos Francisco do Rego Barros e Sebastião do Rego Barros (ANDRADE, 1971).

Após o atentado, o general Luís do Rego Barreto adotou uma postura mais comedida, dando prosseguimento às eleições para as juntas governativas em Pernambuco, para a qual formou sua própria junta. Nesse clima impregnado de tensões, não faltou oposição liberal à administração de Rego Barreto. A chamada junta de Goiana, composta pelos anistiadados de 1817, chegou até a empreender um ataque ao Recife, exigindo a renúncia do governador (CARVALHO, 1998a). Cômico da delicadeza do momento, o governador ensaiou uma abordagem diplomática, temendo que os rebeldes de Goiana pudessem, clandestinamente, incitar negros, prometendo-lhes uma insurreição em busca da liberdade⁵. Este receio não era infundado. Consta que nos arredores de Goiana, as matas cerradas serviam de refúgio a quilombolas, conforme descrição do viajante Henry Koster (1942). No entanto, apesar do temor latente naquela sociedade escravista, de uma revolta à haitiana, os cativos não eram alheios aos desdobramentos políticos que os circundavam; ninguém se aventuraria a empunhar armas sem uma motivação palpável. Ao final das contas, permanece incerto se a junta de Goiana de fato mobilizou negros e pardos para tais desígnios.

A resolução do impasse ocorreu por meio de um acordo entre as partes. Na assembleia que oficializou o armistício, conhecida como convenção de Beberibe, sobressaiu-se a atuação de Gervásio Pires Ferreira como interventor. Indivíduo de posses e senhor de engenho, Gervásio fora partícipe da revolta de 1817, financiando a aquisição de armas nos Estados Unidos por meio de uma generosa doação, além de ceder uma de suas embarcações mercantes para conduzi-los na missão incumbida ao Cruz Cabugá (BLAKE, 1900). Visando um arranjo de pacificação, Gervásio chegou a estabelecer condições para uma retirada do governador régio do território pernambucano. Conforme era de se esperar, tal proposta carregava algumas demandas por parte do governo: “o presidente [...] não pode separar-se daqui enquanto forças armadas estiverem sobre ela”⁶. A convenção culminou no seguinte entendimento: a junta do Recife detinha autoridade sobre a capital, ao passo que a junta de Goiana

5 Cf. “Correspondência da Junta Constitucional Govertina da Província em sessão aos 29 de setembro de 1821”. In: *Apensos à Biographia de Gervasio Pires Ferreira*. Recife: Typ. De Manoel Figueiroa de Faria & Filhos, 1895. p. 10. Disponível: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7387>.

6 Cf. “Correspondência da Junta Constitucional Govertina da Província em sessão aos 29 de setembro de 1821”. In: *Apensos à Biographia...* Op cit., 1895. p. 8-10. Disponível: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7387>.

exerceria jurisdição sobre todo o interior da capitania, até a realização de uma eleição que culminaria na constituição de uma nova junta, com competência estendida a todo o território de Pernambuco.

A nova junta fora finalmente eleita. Faziam parte dela importantes aliados do movimento de 1817: Gervásio Pires Ferreira, Felipe Nery Ferreira, Manuel Inácio de Carvalho, Joaquim José de Miranda, Antônio José Vitoriano, Laurentino Antônio Moreira de Carvalho e Bento José da Costa. Em função da sua atuação na convenção de Beberibe, Gervásio foi escolhido como presidente.

O envolvimento de Bento José da Costa no movimento de 1817 se configura como um caso de particular interesse. Natural de Bustelo, Portugal, onde nasceu em 1758, Bento ostentava uma das maiores fortunas do Recife, sendo um dos mais proeminentes negociantes de escravos em Pernambuco⁷. Possivelmente, fora o único traficante a demonstrar apoio ao movimento de 1817. Sua esposa, Ana Maria Teodora Affonso Ferreira, era irmã de Felipe Nery Ferreira e prima de Gervásio Pires Ferreira, ambos integrantes do governo eleito⁸. Sua filha, Maria Teodora da Costa, contraiu matrimônio com Domingos José Martins, líder do movimento, notório republicano com inclinações emancipacionistas, que, segundo Tollenaar, exalava o odor dos *sans-culottes* “a uma légua de distância” (1905, p. 235) e que foi executado em Salvador após o insucesso da revolta⁹.

Chegava-se, finalmente, à tão ansiada autonomia, apagada com rubra tinta em 1817. A despeito da há muito desejada separação de Portugal, nem todos viam com benevolência a emancipação orquestrada em torno do príncipe regente. Naquele breve interlúdio de autonomia política consumada em Pernambuco, Pedro, em breve o I, era considerado uma alternativa pouco apazível. Pernambuco parecia contemplar esses eventos com uma perspectiva única. Afinal, em 1817, a capitania experimentara o doce sabor da independência, ainda que efêmero. Diversas outras províncias testavam pela primeira vez a autonomia — que, convém ressaltar, superava em magnitude até mesmo a que posteriormente obteriam ao longo de todo o período imperial.

Nesse contexto, torna-se compreensível como os liberais de Pernambuco, outrora radicais em 1817, convergiram para a aceitação do que foi proposto pelas assembleias constituintes do Porto, isto é, estabelecer uma monarquia constitucional sediada em Lisboa, visto que a Revolução do Porto demandara o retorno de João VI a Portugal e sua adesão a

7 Entre 1811 e 1820, trouxe a Pernambuco, pelo menos, 3315 escravos. Fonte: *Trans-Atlantic Slave Trade Database: Voyages* (slavevoyages.org/voyage/database).

8 Cf. “Árvore genealógica de Bento José da Costa”. Acessado em 28 de abril de 2022, disponível em: <https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=9645&ori=>.

9 Cf. “Árvore genealógica de Maria Teodora da Costa”. Acessado em 28 de abril de 2022, disponível em: https://www.parentesco.com.br/index.php?apq=arvore&idp=9988&ver=por&ori=&c_palavra=.

uma Constituição, deixando seu filho Pedro no Rio de Janeiro como príncipe regente. Pouco tempo depois, as Cortes portuguesas também requereriam o regresso de Pedro a Portugal, visando restringir os poderes do príncipe regente¹⁰. O intuito residia em reformar a organização administrativa do Brasil, a qual não coadunava com a de Portugal. Ao promover tais mudanças, os limites das atribuições do príncipe seriam delineados. É nesse contexto que se efetivou a nomeação das juntas governativas em cada província do Brasil.

O grupo político alçado ao poder assumia “autoridade e jurisdição na parte civil, econômica, administrativa e de polícia”¹¹. Os membros do novo governo em Pernambuco, temerosos de perder a recém-adquirida ascendência política, olhavam com desconfiança para o planejado movimento de independência liderado pela Corte do Rio de Janeiro. Além disso, um dos principais defensores do projeto centralizador no Rio era Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ex-governador da outrora capitania de Pernambuco, deposto pelos rebeldes de 1817. Seu apoio seria posteriormente reconhecido pelo futuro imperador, que o nomearia primeiro ministro da justiça do império, após a Independência. Nessa perspectiva, ser uma província de uma monarquia constitucional estabelecida em Lisboa parecia muito mais *democrático* do que embarcar em uma aventura sob os auspícios da Corte carioca. Lisboa, naquele momento, representava o epicentro da constitucionalidade que habilitava as províncias a elegerem seus governos locais. Embora possa parecer paradoxal, o *absolutismo*, nesse contexto, residia no Rio de Janeiro, não em Portugal. A historiografia já esclareceu, entretanto, que, paulatinamente, as Cortes em Portugal forjaram projetos que relegariam o Brasil, se emergisse como a América Portuguesa, de volta à condição colonial, despojando-o do estatuto de Reino Unido.

Mas ninguém era desvairado a ponto de repelir de forma frontal as demandas do príncipe regente. Pedro, embora ainda não reinasse, governava o Brasil. A despeito das declarações de apoio às Cortes portuguesas e do estabelecimento de um governo local, as correspondências entre as autoridades locais e a coroa eram marcadas pela cordialidade. Conforme destacou Marcus Carvalho, o governo liderado por Gervásio, nesse contexto, estava “ganhando tempo” (1998a, sp). Era prudente aguardar o desdobramento dos acontecimentos, manter caminhos abertos com os dois centros de poder. Aquele que assegurasse a preservação da autonomia conquistada por meio do constitucionalismo luso-brasileiro e mantivesse o grupo no poder, teria o seu apoio.

10 Cf. “Decreto 125, de 29 de setembro de 1821”, em “Criação de juntas provisórias de governo nas províncias e ordem para o regresso do príncipe D. Pedro para Portugal — Decretos das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da nação portuguesa (29 de setembro de 1821)”. In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. Textos Políticos da História do Brasil. Vol. I. 3ª ed. Brasília: Senado Federal, 2002, p. 514.

11 Cf. “Criação de juntas provisórias de governo nas províncias e ordem para o regresso do príncipe D. Pedro para Portugal — Decretos das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da nação portuguesa (29 de setembro de 1821)”. In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. Textos Políticos... Op cit.. 2002. p. 512.

Não obstante, seria um equívoco supor que a contenda se resumia a um confronto simplório entre um Pernambuco de orientação liberal e um Rio de Janeiro tendente ao *absolutismo*. Até mesmo na Corte, uma considerável *facção* liberal radical encontrava-se estabelecida, assim como em Pernambuco havia grupos sustentadores do projeto centralista imperial advogado por Pedro — a chamada *causa do Rio de Janeiro*. Dentro de Pernambuco, emergiu um contingente que se alinhou à causa imperial, tendo destaque os filhos do finado coronel Suassuna — Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque e Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque —, os primos Miguel do Sacramento Lopes Gama e Bernardo José da Gama, além do morgado do Cabo, Francisco Pais Barreto¹².

Convenhamos, o posicionamento dos adesistas de Pernambuco ao projeto centralista imperial não deveria surpreender o historiador. Um fator preponderante para os defensores da *causa do Rio de Janeiro* era a questão da escravidão. Mesmo em 1817, quando Domingos José Martins gradualmente começou a revelar tendências emancipacionistas e adotou medidas para ao menos atenuar a hierarquia baseada na cor da tez, o que se observou foi uma distância cada vez maior entre o governo revolucionário e a classe senhorial. O descontentamento entre a elite rural foi tão acentuado que o governo se viu compelido a promulgar uma proclamação à população, enfatizando que a “base de toda a sociedade regular é a inviolabilidade de qualquer espécie de propriedade”¹³.

A cisma ficou ainda maior quando um dos mais proeminentes traficantes da época, José de Oliveira Ramos, figura de notável riqueza e influência em Pernambuco, foi detido pelos insurgentes, por seu posicionamento contrário à revolta. De fato, os indícios apontam que os grandes negociantes de escravos da época que permaneceram ao lado do trono prosperaram consideravelmente, registrando um vertiginoso crescimento em suas atividades de tráfico. Entre os cinco maiores traficantes de escravos de Pernambuco naquele contexto, o posto de principal traficante cabia a José Joaquim Jorge Gonçalves, responsável por desembarcar em Pernambuco, até então, 2818 cativos, seguido por Bento José da Costa (2749 cativos), José de Oliveira Ramos (2730 cativos), Fernando de Souza Machado (1973 cativos) e Elias Coelho Cintra (até então, *apenas* 1059 cativos)¹⁴. Dessas figuras, somente Ben-

12 Cumpre notar que Bernardo José da Gama foi um dos enviados de José Bonifácio encarregados de forjar a aliança de Pernambuco ao Rio de Janeiro. Segundo apontamentos de Ariel Feldman, Bernardo ensaiou ascender ao poder e pleitear cargos representativos na junta política a ser formada, a *junta dos matutos*, mas foi preterido — circunstância que o implicou na tentativa de destituir os matutos do poder em fevereiro de 1823, na revolta liderada por Pedro da Silva Pedroso. Ver: FELDEMAN, Ariel. O império das carapuças: espaço público e periodismo político no tempo das regências (1832-18442). Dissertação (mestrado). Curitiba: UFPR, 2006.

13 Cf. “Proclamação do governo provisório aos patriotas pernambucanos (1817)”. In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. Textos Políticos... Op cit., 2002, p. 481.

14 Fonte: *Trans-Atlantic Slave Trade Database: Vovaaes* (slavevovaaes.ora/vovaae/database). OBS: pesquisar

to José da Costa apoiou o movimento de 1817. De acordo com a observação de Tollenare (1905), após a insurreição, os mercadores de Pernambuco contribuíram com um montante para financiar a restauração das cidades afetadas, cujo valor estava diretamente relacionado com sua fidelidade à coroa; assim, Bento José da Costa destinou um conto de réis, enquanto José de Oliveira Ramos contribuiu com apenas cem mil réis.

Após seu envolvimento com os insurgentes de 1817, Bento experimentou uma notável queda nos empreendimentos do tráfico: entre 1817 e 1820, transportou somente 677 cativos¹⁵. Por outro lado, Elias Coelho Cintra, renomado reinol — que em 1829 seria acusado de pertencer à sociedade secreta *pedrista* Coluna do Trono e do Altar¹⁶ —, ao abandonar Pernambuco quando estourou a insurreição e jurar lealdade à coroa, foi agraciado com o monopólio do tráfico em Angola durante o fugaz governo republicano. Detalham Aline Albuquerque e Marcus Carvalho que “o governador de Angola impediu a saída dos navios negreiros com despachas para Pernambuco, exceto os de Elias” (2016, p. 55). A medida objetivava minar a economia agro-exportadora de Pernambuco, que dependia da constante afluência de novos cativos. Elias ascenderia como o principal traficante de Pernambuco, desembarcando, após 1817, 10888 escravizados, totalizando em sua carreira a cifra de 12448 cativos¹⁷. Sua marca pessoal era sobejamente conhecida na urbe recifense: a inicial “E”, que os escravizados ostentavam sobre o peito esquerdo, impressa a ferro candente¹⁸. Não é destituído de razão supor que Elias, outrora mencionado somente como um “europeu generoso”, isto é, possuidor de certa opulência, tenha se transformado em um dos indivíduos mais abastados da província¹⁹.

Em missiva aos “amigos paulistanos”, o príncipe regente afirmava ter pleno conhecimento do “sistema maquiavélico, desorganizador e faccioso das Cortes de Lisboa”, proclamando que “a divisa do Brasil deve ser independência ou morte!”²⁰. À luz do exposto até aqui, a primeira junta de governo de Pernambuco, detentora de ampla autonomia, não reconheceu a autoridade do príncipe, tampouco a sua manobra política centralizadora, a qual ficou conhecida como Independência.

pelo nome dos proprietários das embarcações e adicionar “is between: 1801-1817” na aba “datas/lista de viagens”.

15 Fonte: *Trans-Atlantic Slave Trade Database: Voyages* (slavevoyages.org/voyage/database).

16 HDBN, Diário de Pernambuco nº 256 de 26 de novembro de 1829.

17 Fonte: *Trans-Atlantic Slave Trade Database: Voyages* (slavevoyages.org/voyage/database).

18 HDBN, Diário de Pernambuco nº 65 de 23 de março de 1829.

19 Cf. “Relação das possibilidades e circunstâncias das pessoas indicadas na relação nº. 1”. In: Documentos Históricos: Revolução de 1817. Vol. CV. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1954, pp. 239, 246. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/094536/per094536_1954_00105.pdf.

20 Cf. “Proclamação sobre a divisa do Brasil, ‘independência ou morte’ — Carta do príncipe D. Pedro aos paulistanos (8 de setembro de 1822)”. In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. Textos Políticos... Op cit., 2002, p. 659-660.

Contudo, enquanto no norte da província os liberais solidificavam sua base política, a mata sul de Pernambuco acolhia os mais fervorosos partidários do doravante Pedro I (SILVA, 2006). Nessa região, grandes latifundiários conspiraram e executaram um golpe que depôs o governo de Gervásio Pires Ferreira em 23 de setembro de 1822. A trama contou com a colaboração de Moraes Mayer, Vasconcelos Drummond e Bernardo José da Gama, enviados a Pernambuco para coordenar a adesão dessa província ao projeto do Rio de Janeiro. A junta que emergiu após o golpe, composta por proeminentes proprietários rurais, recebeu a emblemática alcunha de junta dos matutos. Era presidida por Afonso de Albuquerque Maranhão e incluía, entre seus membros, Francisco Pais Barreto, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Manoel Inácio Bezerra de Melo e José Marinho Falcão Padilha. Após assumir o poder, os matutos lideraram, em Pernambuco, todo o processo de adesão à centralista Independência²¹. No entanto, o recém-coroadado imperador ainda enfrentaria resistência em diversos estratos da sociedade pernambucana. Desenrolou-se, então, uma trama de acirradas contendas políticas em Pernambuco, sob a égide de um governo autoritário de Pedro I.

Prosseguindo por uma linha de pensamento *etapista* para interpretar o curso da história, a efetivação da Independência, quando observada no contexto de Pernambuco, pode ser interpretada como um retrocesso, ao menos no que concerne à autonomia do governo local conquistada após a Revolução do Porto. A situação tornou-se ainda mais desfavorável após a substituição das Juntas de Governo pelos Conselhos de Governo Provinciais, estes sempre nomeados pela coroa²². Regressava-se, assim, ao estado anterior: a coroa, de forma autocrática, impondo os governos de cada uma das províncias a partir do Rio de Janeiro.

O ano de 1823 marcou o estabelecimento da autoridade do imperador. A Assembleia Constituinte, incumbida da elaboração da primeira Constituição do império, revelou-se dividida em duas distintas facções. Uma delas congregava os próceres alinhados ao imperador, que não só advogavam pelos interesses da coroa, mas também dos grupos que ascenderam ao poder em concomitância com o monarca. Entre esses, figuravam destacadas linhagens de mercadores e latifundiários, cujo zelo estendia-se, pelos interesses de sua classe, às oligarquias não apenas da Corte e da baixada fluminense, mas também de distantes províncias. A outra facção, ainda que também composta por oligarquias, acabou por não obter sua devida parcela na partilha do poder, sendo preterida nas nomeações e concessões do Estado imperial. Constituíam, em certa medida, uma elite *periférica*, tanto por serem oriundos de províncias distantes do epicentro político, o que implicava em interesses mais

21 Cf. "Ofício da Junta do Governo Provisório de Pernambuco ao imperador dom Pedro I (Recife, 23 de novembro de 1822)". In: *As Juntas Governativas e a Independência*. (vol. 2). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura/Arquivo Nacional, 1973, p. 694-695.

22 *Colleção das Leis do Imperio do Brazil (1823)*. Parte 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p. 10-11. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao2.html.

centrifugais, quanto por se encontrarem à margem da burocracia imperial, ou seja, fora da engrenagem administrativa do Estado. Essa facção logrou atrair a base da oposição liberal, desafiando a autoridade do imperador.

Naquela assembleia, um cenário de possibilidades se desenhava: o Brasil poderia ter emergido como uma monarquia sob um rei de mera figuração, que reinasse sem a incumbência de governar, conforme almejavam os liberais inspirados em Adolphe Thiers. Ou, quem sabe, o curso dos acontecimentos poderia ter conduzido a uma monarquia menos centralizada, assumindo uma feição federativa, ou, quiçá, desembocando até mesmo em um modelo republicano. Contudo, Pedro I, que desde os primórdios de sua regência demonstrara inabalável posicionamento quanto às prerrogativas e incumbências que reservava para si, deu um golpe de Estado que culminou no encerramento abrupto das atividades da Assembleia Constituinte e na outorga unilateral da primeira Constituição imperial. Prevaleceu uma orientação conservadora, ecoando as premissas de François Guizot: o rei reina, governa e administra. O desfecho inaugurou o capítulo da trajetória autoritária de Pedro I.

2 CAPÍTULOS DA TIRANIA: REFLEXÕES SOBRE O AUTORITARISMO DE PEDRO I

A comunicação do golpe perpetrado por Pedro I reverberou intensamente na província de Pernambuco. Coincidentemente, na mesma época, desembarcaram nessa província destacamentos militares que haviam participado ativamente na luta pela independência da Bahia. Os setores liberais de Pernambuco vislumbraram nesse momento a possibilidade de conquistar essas tropas como aliadas. Diante da iminência de um conflito civil, os *matutos* renunciaram e retiraram-se para o sul da província²³. Amparados pela força militar, os liberais do Recife promoveram a eleição de um governo de inclinações federalistas. A gestão dos *matutos*, já em declínio desde que o comandante das armas, Pedro Pedroso, liderou, em fevereiro de 1823, hostes de rebeldes para tomar a cidade do Recife, viu-se selada por seu desfecho malogrado. A junta provisória que sucedeu ao governo estava composta pelo comerciante Manoel de Carvalho Paes de Andrade, padre Joaquim do Amor Divino Rabelo *Caneca* e pelo advogado mestiço José da Natividade Saldanha. Nos meses subsequentes, a junta provisória empenhou-se em persuadir o imperador a ratificar sua investidura. Contudo, Pedro I determinou a entrega do governo a Francisco Pais Barreto²⁴. Apesar da falta de unanimidade no seio do conselho, a junta provisória recusou a ordem imperial e procla-

23 Cf. "Ata da sessão extraordinária do Grande Conselho de 13 de dezembro de 1823". In: PERNAMBUCO, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Atas do Conselho do Governo de Pernambuco (1821-1834). Vol. II. Transcrição paleográfica de Acácio José Lopes Catarino e Hercy Laís de Oliveira. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco/CEPE, 1997, pp. 213-214.

24 Cf. "Ata da sessão extraordinária do Grande Conselho de 3 de fevereiro de 1824". In: PERNAMBUCO, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Atas do Conselho... Op cit.. 1997. p. 229.

mou a independência das províncias do *norte*, fundando a Confederação do Equador, em 1824, notabilizada pela natureza republicana (CARVALHO, 2006). Ferveram os ânimos do imperador, que reagiu com truculência. A Confederação não tinha forças para resistir. Era incontestável a iminência da derrota. A coroa reprimia com firmeza implacável aqueles que desafiavam sua soberania. Vários líderes do movimento tiveram infelizes destinos. O sonho republicano fora lavado em sangue por Pedro I.

Wilma Peres Costa (2005) demonstra, ainda, como a figura de Pedro I era corroída pela malograda incursão na Cisplatina. Os desígnios expansionistas de Pedro I fracassaram diante de intrincadas questões políticas, tanto internas quanto externas ao seio do império. Em síntese, a aventura expansionista impôs custos vultosos aos erários públicos, desencadeando uma crise financeira tão profunda que compeliria o imperador à cunhagem de moedas, provocando a aguda crise dos *chanchãs*, agravada na década de 1830 (CÂMARA, 2012). As frustradas investidas na ampliação do domínio sobre novos territórios, aliadas a empecilhos relacionados à questão dinástica em Portugal, figuraram como determinantes fatores externos que culminaram na Abdicação, em 1831. Além do mais, vale assinalar que Pedro I instrumentalizou a Guerra da Cisplatina como recurso punitivo contra seus opositores, notadamente aqueles de maior opulência e capital político regional. Coincidentemente, os liberais de Pernambuco envolvidos na Confederação do Equador foram sujeitados a uma conscrição militar em larga escala. Por último, mas não menos importante, em setembro de 1828, Pedro I nomeou como presidente da província de Pernambuco justamente o magistrado encarregado dos processos contra os insurgentes de 1824, o desembargador Tomás Xavier Garcia de Almeida, *persona non grata* entre os liberais da província²⁵.

As elites agrárias de Pernambuco viam-se dominadas por um sentimento de indignação ao testemunharem a transferência do timão do comando político da nação para as províncias do eixo *sul* do país (CARVALHO, 1998b). Após o golpe urdido por Pedro I na Constituinte e a conformação dos ministérios, tornou-se patente a ascendência ao poder de membros da aristocracia fluminense. Convém ressaltar que, por mais que Pedro I houvesse recompensado de maneira generosa as oligarquias das províncias do *norte* que colaboraram na repressão à Confederação do Equador, agraciando-as com comendas e títulos de nobreza, estas se mantiveram à margem do arranjo de cargos administrativos do Estado imperial. Para compreender como as elites agrárias de Pernambuco podiam coexistir no âmbito da ordem imperial e, ainda assim, externar insatisfação quanto à condução política do império, é suficiente atentar-se ao exemplo de Antônio Francisco de Paula Holanda Cavalcanti de Albuquerque e seu irmão Luís Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, que desempe-

25 Cf. "Genealogia e cronologia de Thomas Xavier Garcia de Almeida". Disponível em: <https://www.geni.com/people/Tom%C3%A1s-Xavier-Garcia-de-Almeida/6000000043493886802>.

nharam papéis destacados na Câmara dos Deputados durante o Primeiro Reinado. Ambos defendiam abertamente os interesses políticos de suas bases locais, além de manifestarem oposição declarada ao Poder Moderador²⁶. Por outro lado, em Pernambuco, mantiveram-se invariavelmente ao lado da ordem imperial, desde os tumultos da Revolução do Porto até os eventos da Praieira. Assim, se revelavam federalistas no cenário da Corte, ao passo que adotavam uma postura centralista em Pernambuco (CARVALHO, 1998a). Além disso, Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque ocupava o cargo de presidente da província de Pernambuco até ser substituído, por decreto imperial de 1827, por José Carlos Mayrink da Silva Ferrão²⁷.

Os Cavalcanti estavam cada vez mais distantes do monarca. Contudo, independentemente da ordem política vigente, mantinham-se no poder. Tal prerrogativa era assegurada pelo acurado *tato* político que possuíam, estabelecendo vínculos tanto com o partido liberal, por meio de Holanda, quanto com o partido conservador, através de Francisco de Paula, Pedro Francisco e o caçula Manuel Francisco de Paula Cavalcanti (ROSAS; CADENA, 2020). O seu domínio político é eloquentemente evidenciado pela profusão de títulos de nobreza que lhes foram conferidos ao longo do período monárquico, totalizando quinze títulos, um número que superava o de qualquer outra família no Brasil (MOSHER, 1996). Joaquim Nabuco notou com perspicácia que a família Cavalcanti não era, estritamente falando, *uma família*, mas sim “diversos círculos, formados pelas antigas famílias” (1897, p. 37), que detinham amplo controle sobre a propriedade territorial da província. Contudo, nem todos da elite pernambucana partilhavam do mesmo apuro para as questões políticas, ficando excluídos da partilha do poder.

No ano de 1831, uma correspondência veiculada no *Diário de Pernambuco* antecipava a seleção de Manoel de Carvalho Paes de Andrade como integrante da Regência, ressaltando-o como líder de um grande “partido do norte”²⁸. Aos defensores da causa federalista em Pernambuco, a autonomia destas províncias representava o ocaso dos “figurões do Rio de Janeiro”. Alegavam, ainda, que seus adversários integravam o “partido do sul”, que se posicionava contra as províncias do *norte*²⁹. Não obstante, não foram apenas os membros

26 Cf. “Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889, acompanhadas dos respectivos votos de graça da Câmara Temporária e de diferentes informações e esclarecimentos sobre todas as sessões extraordinárias, adiamentos, dissoluções, sessões secretas e fusões, com um quadro das épocas e motivos que deram lugar à reunião das duas Câmaras e competente histórico / coligidas na Secretaria da Câmara dos Deputados”. In: Edições do Senado Federal, vol. 269. Prefácio de João Bosco Bezerra Bonfim e Pedro Calmon. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019, p. 138. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/562127>.

27 Cf. “Árvore genealógica de José Carlos Mayrink da Silva Ferrão”. Disponível em: <https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=11524>.

28 HDBN, *Diário de Pernambuco* nº 131 de 21 de junho de 1831.

29 HDBN. O Carabuceiro nº 42 de 2 de março de 1833.

do partido do *norte* que se mostraram aliviados com a Abdicação do imperador. Mesmo os antigos apoiadores de Pedro I em Pernambuco, embora temessem o ressurgimento dos liberais radicais na província, demonstraram certo alívio.

No que diz respeito à apreensão acerca da ascensão dos liberais em Pernambuco após a Abdicação, as primeiras mudanças institucionais no governo das Regências indicaram que esse receio não era infundado: o corpo das ordenanças, de milícias e guardas municipais, foi abolido e substituído pelas guardas nacionais³⁰. Verdade seja dita, mesmo durante o Primeiro Reinado já havia sido instituído um contrapeso às ordenanças: a justiça de paz. Estipulava a lei de 15 de outubro de 1827 que os juízes de paz deveriam ser eleitos pelo mesmo processo de eleição dos vereadores e que poderiam ser juízes de paz aqueles que dispusessem o direito de ser eleitores³¹. A função, desprovida da necessidade de formação jurídica, englobava atribuições judiciais e de policiamento. Tratava-se de uma legislação de caráter notadamente liberal, visto que descentralizava a esfera judicial, além de restringir os poderes das aristocracias agraciadas com condecorações e títulos nobiliárquicos pelo imperador, notadamente os oficiais do corpo das ordenanças. A complementação dessa medida ocorreu em 1832, com a promulgação do Código do Processo Criminal, aludido por Raymundo Faoro como “a mais avançada obra liberal”, consolidando, de uma vez por todas, o juiz de paz como “a terceira autoridade depois da regência e dos ministros” (2021, pp. 310-312). A independência do poder judiciário implicou na derrocada do sistema jurídico implementado durante o domínio colonial. Na prática, testemunhou-se o fortalecimento das forças liberais nos âmbitos municipais, rompendo com a histórica aliança ao governo central no Rio de Janeiro, vigente desde o término da Confederação do Equador e a subsequente supremacia política dos chamados *centralistas*. Não fora sem razão que o chamado movimento Regressista emergiu com o propósito de consolidar a centralização política, mediante a supressão das reformas liberais implementadas no início das Regências (ROSAS, 2016).

Ser incumbido do posto de oficial nas ordenanças equivalia a possuir autoridade local conferida diretamente pela instância régia. Os capitães-mores das ordenanças, a partir de 1827, passaram a compartilhar a esfera de influência com os juízes de paz. Entretanto, a instauração da justiça de paz não representou um revés para as elites agraciadas pelo monarca quando comparada à criação da guarda nacional, em 1831. Em tempos passados, em 1827, se “reinasse incólume um potentado qualquer”, seria facilmente eleito como juiz de paz (CARVALHO, 2009, p. 146). Contudo, nas situações em que havia competição com outros estratos detentores de poder, a contenda se acentuava e, dada a inclinação da época para

30 Colleção das Leis do Imperio do Brazil de 1831. Primeira parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875, p. 49.

31 Colleção das Leis do Imperio do Brazil de 1827. Primeira parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878, p. 67.

solucionar as questões de modo pessoal, as discordâncias se desenrolavam em meio a exaltações e até mesmo enfrentamentos físicos. No entanto, caso um capitão-mor não obtivesse a eleição como juiz de paz, ainda preservaria seu posto de capitão-mor. Todavia, após 1831, essa prerrogativa também foi-lhes suprimida. Não é mero acaso que a historiografia corrobora os primeiros anos do Período Regencial como a fase do *avanço liberal*, ou ainda mais, da *experiência republicana* (CASTRO, 1978). O desmantelamento do corpo das ordenanças e o processo eleitoral para juiz de paz figuraram entre os motivos da Abrilada, um levante restaurador que eclodiu no Recife em 1832 e cujos desdobramentos resultaram em nada menos que a violenta Cabanada. Mas essa é outra história, pano para outra manga.

3 “SE A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL FOI UM TÍTULO VÃO, [...] ELA SE TORNOU UMA REALIDADE DESDE O DIA 7 DE ABRIL DO CORRENTE ANO DE 1831”³²

Muitos almejavam, em 1808, que uma vez transposta a sede do trono de *el-rei* para o Brasil, isso pudesse redundar em maior autonomia provincial e ampliação das liberdades para os cidadãos. Entretanto, para diversos observadores, o Rio de Janeiro simplesmente substituíra Lisboa. O Estado *importado* revelou-se dispendioso e implicou tal distanciamento de sua população que se tornou solo fértil para a disseminação de ideias liberais e até mesmo republicanas, como em 1817. A estrutura colonial permanecia inalterada, mudando-se apenas a metrópole. Curiosamente, em Portugal, a percepção era quase idêntica, um sentimento de que o país se tornara mera colônia do Brasil. Sem o monopólio comercial e a imposição de restrições às transações comerciais do Brasil, a burguesia do Porto testemunhou o declínio de sua economia. De certa forma, a gestação do processo de desvinculação do reino luso-brasileiro teve sua gênese em Portugal. O manifesto do então príncipe regente do Brasil às nações estrangeiras deixa evidente que a cisão em relação ao Reino Unido emanava das Cortes de Portugal, e não do próprio³³. Contudo, no pleno exercício da política nas províncias, a Independência liderada por Pedro I distava muito de representar uma superação da dinâmica colonial preexistente. Se em 1808 houve decepção, ela foi ainda maior em 1822.

Em 1830, quentes notícias vindas da França reverberaram intensamente no cenário político do Brasil. O monarca Carlos X, ao tentar dissolver o Parlamento e restringir a liberdade de imprensa, inadvertidamente catalisou um movimento revolucionário em resistência ao autoritarismo e em denúncia à flagrante desigualdade social que assolava o solo francês.

32 HDBN, Diário de Pernambuco nº 212 de 6 de outubro de 1831.

33 Cf. “Manifesto de 6 de agosto de 1822, sobre as relações políticas e comerciais com os governos e nações amigas”. In: Colleção das Leis do Imperio do Brazil — decretos, cartas e alvarás de 1822. Parte segunda. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1887, pp. 132-142. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/cobv_of_colecao2.html.

O levante, conhecido como *Les Trois Glorieuses*, desdobrou-se em julho de 1830 e culminou na deposição de Carlos X, conferindo a coroa a Luís Felipe. Foi matizado em cores épicas por um romântico Eugène Delacroix no prestigiado *La Liberté guidant le peuple*. À luz destes eventos, boatos sobre uma possível nova intentona golpista por parte de Pedro I ecoaram por todo território brasileiro. Enquanto o imperador se encontrava acuado pela sombra de seu próprio passado autocrático, os rumores ganharam vulto. Pedro I abdicou do trono em 7 de abril de 1831, legando-o ao seu filho, de apenas cinco primaveras. Inúmeros coevos vislumbraram neste episódio, o 7 de Abril, a autêntica independência do Brasil.

Presidia a província de Pernambuco Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos quando, em 4 de maio de 1831, em reunião extraordinária do Conselho do Governo, anunciou novas oriundas do Rio de Janeiro³⁴: Pedro I cedera o cetro, ensejando a nomeação de uma regência provisória pela Assembleia Geral Legislativa³⁵. Em sua derradeira correspondência endereçada ao primogênito, Pedro I reconheceu não haver sacrifício mais árduo que “deixar filhos, pátria e amigos”³⁶. Não escapou à perspicácia de Pedro I que a Independência do Brasil, selada sob a égide de um monarca lusitano, causara ranços em diversos estratos da sociedade coeva³⁷. O antilusitanismo, sentimento há muito incubado, fervilhava no seio social. Para ilustrar, na Novembrada, motim ocorrido em novembro de 1831, os insurgentes reivindicaram a destituição de oficiais de origem lusitana e a expulsão de portugueses solteiros da província de Pernambuco³⁸. Poucas semanas antes, a Setembrizada, motim militar de proporções consideráveis, foi assinalada por um alarde de tumultos, saques e bebedeira. Ao menos 70 estabelecimentos foram arrombados³⁹. Como bem ilustrou Bruno Câmara (2012), os rebeldes tinham alvo certo: os portugueses estabelecidos no comércio. A urbe recifense era deveras cosmopolita, mas foram os luso os maiores agraciados com os saques. Não se limitando à pilhagem dos estabelecimentos, os amotinados perpetraram agravos aos lusitanos, subtraindo-lhes os registros contábeis e escriturações, tornando-lhes impraticável a cobrança de devedores⁴⁰. O antilusitanismo, na verdade, ainda alcançaria extremos

34 APEJE, *Ofícios do Governo*, vol. 34 (1831), 04/05/1831, fl. 14v.

35 Cf. “Ata da sessão extraordinária do Conselho do Governo de 4 de maio de 1831”. In: PERNAMBUCO, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. *Atas do Conselho...* Op cit., 1997, pp. 124-5.

36 Cf. “Carta de despedida de D. Pedro I ao seu filho Pedro de Alcântara (12 de abril de 1831)”. In: BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos Políticos...* Op cit., 2002, p. 889.

37 Um grande ressentimento tomou conta dos brasileiros também pelo fato do imperador estar rodeado de conselheiros portugueses. Já em meados da década de 1840, os brasileiros ainda reclamavam do predomínio português na política. Ver: HDBN, *A Voz do Brasil* nº 3 de 10 de novembro de 1847.

38 Cf. “Ata Secretário do governo Vicente Thomás Pires de Figueiredo Camargo, em 17 de novembro de 1831”, disponível no Acervo Digital da Biblioteca Nacional: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=26542.

39 APEJE, *Correspondências para a Corte*, vol. 33 (1831-1833), 20/09/1831.

40 HDBN. *Diário de Pernambuco* nº 220 de 15 de outubro de 1831.

de exacerbada virulência, notadamente nos episódios dos *mata-marinheiros* na década de 1840. “Meu filho tem uma vantagem sobre mim: é brasileiro”, escreveu Pedro I a um diplomata encarregado de negócios na França⁴¹. John Armitage expressou com veemência que a genuína razão da impopularidade de Pedro I não se fundamentava na má gestão, mas sim no fato de “nunca ter sabido ser o *homem do seu povo*, nunca ter-se constituído inteira e verdadeiramente brasileiro” (1836, p. 104).

A notícia da Abdicação propagou-se com velocidade. Fanfarras percorriam as ruas, atraindo número significativo de pessoas⁴². Contudo, a nova trazia consigo uma aura de incertezas. Estava carregada de múltiplas expectativas, de potenciais transformações e de oportunidades políticas para uma variedade de *facções*, mas também de inegáveis dúvidas. Isto se dava principalmente porque, associada às notícias da Abdicação, chegava uma ordem régia que anistiava todos os insurgentes envolvidos na Confederação do Equador⁴³. Pedro I penalizara muitos participantes da Confederação com o recrutamento forçado, enviando-os à Guerra da Cisplatina. Marcado por extrema violência, o recrutamento, como era de se esperar, demonstrava a injusta realidade social baseada na hierarquia da cor da pele: era comum que a elite envolvida na Confederação evitasse o recrutamento providenciando escravizados para ocupar seus lugares nas fileiras dos batalhões (KRAAY, 1998; McBETH, 1977). Após a ordem régia, muitos dos exilados retornariam livres à província de Pernambuco. Se buscariam vingança ou não, permanecia incerto. Não é absurdo supor que o ambiente oscilava entre o entusiasmo e a apreensão.

Por volta desse período, emergiu uma opulenta sociedade política em Pernambuco, alinhada com os liberais moderados, intitulada Sociedade Patriótica Harmonizadora⁴⁴. Muitos dos seus membros, ao contrário da convencional trajetória política da elite imperial, meticulosamente delineada por José Murilo de Carvalho (2007)⁴⁵, trilharam uma ascensão política notável após passar pelos refinados colóquios desta sociedade, que, por sinal, não estava sozinha em sua proeminência. Competiam com ela a Sociedade Federal de Pernambuco, vinculada aos liberais radicais da província, e a Coluna do Trono e do Altar, uma sociedade secreta associada aos *pedristas*. Os vínculos forjados nessas sociedades perduravam,

41 Cf. “Carta de Pedro I a Eduardo Pontois, um diplomata encarregado de negócios na França”. Documento originalmente citado por Otávio Tarquínio de Sousa (1988, pp. 102-103).

42 Cf. “Ata da sessão extraordinária do Conselho do Governo de 6 de maio de 1831”. In: PERNAMBUCO, Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano. Atas do Conselho... Op cit., 1997, p. 125-128.

43 APEJE, Ordens Régias, vol. 43 (1829-1835), 22/04/1831, fl. sem número.

44 HDBN, Olindense nº 64 de 13 de dezembro de 1831 e nº 65 de 16 de dezembro de 1831.

45 Havia uma trajetória comum em grande parte das elites políticas, que passavam por Coimbra, formavam-se em direito, ocupavam cargos políticos, circulavam em diversos postos pelo império, e que, nessa trajetória, adquiriam um coeso e homogêneo modo de operação na política imperial. Mas nem todos seguiam esses passos.

não se desvaneciam facilmente. Possuíam uma relevância inestimável. Eram laços que transcendiam a superfície do cotidiano, imprimindo uma sólida e significativa marca na tessitura das relações sociais e políticas. Além de incutir um senso de pertencimento entre seus membros e facilitar a concepção de ideais e aspirações compartilhadas, essas sociedades conferiam um prestígio político e social que transbordava para além dos próprios círculos das agremiações. Suas ramificações alcançavam esferas mais abrangentes da comunidade, disseminando sua influência na trama das relações sociais.

Entendido aqui como capital político, o prestígio adquirido nestas agremiações é evidenciado ao analisarmos alguns registros. Relações nominais de diversos membros foram divulgadas em diferentes periódicos da imprensa local⁴⁶, permitindo-nos identificar figuras proeminentes, que remetem a outras fontes documentais, como os registros de sessões da Câmara Municipal do Recife. Consultando as atas das legislaturas desta Casa, no período de 1829 a 1844, revela-se que tais sociedades elegeram um total de 38 vereadores, sendo 8 da Coluna do Trono e do Altar, 14 da Patriótica Harmonizadora e 16 da Sociedade Federal⁴⁷. Além disso, alguns membros foram eleitos como deputados do Império, exemplificando-se o padre João Barbosa Cordeiro, da Sociedade Federal, em 1834 (BLAKE, 1900, p. 357), e Antônio Joaquim de Melo, da Harmonizadora, também em 1834 (PEREIRA DA COSTA, 1982, p. 109). Também houve aqueles designados como deputados da Assembleia Legislativa Provincial, a exemplo de Simplício Antônio Mavignier, da Harmonizadora, em 1835 (*Ibid.*, p. 779). Além disso, alguns chegaram a ocupar o cargo de presidente de província, incluindo o próprio Antônio Joaquim de Melo, que presidiu a Paraíba de 1832 a 1834⁴⁸. Digno de nota é o fato de que notáveis personalidades integraram essas sociedades, o que me leva a crer que ali se estabeleceu uma recíproca de prestígios: tanto as sociedades conferiram crédito e capital político a indivíduos que galgaram os caminhos na esfera política, quanto alguns já ingressaram nessas organizações possuindo uma sólida influência na política provincial, atribuindo, assim, legitimidade às associações. Cabe recordar que formas semelhantes de associativismo foram proibidas por decreto imperial durante o Primeiro Reinado, sujeitas a punições que incluíam prisão, exílio e até mesmo a pena de morte⁴⁹. Em 1829, ninguém menos que Tomás Xavier Garcia de Almeida, o então presidente da província, presidia a Coluna

46 HDBN, Diário de Pernambuco nº 256 de 26 de novembro de 1829 e nº 222 de 18 de outubro de 1831; Olin-dense nº 64 de 13 de dezembro de 1831 e nº 65 de 16 de dezembro de 1831; O Federalista nº 37 de 29 de agosto de 1833.

47 IAHGP. Livro de Vereações da Câmara Municipal do Recife, n. 7 (1829-1833); Livro das Atas da Câmara Municipal do Recife, n. 8 (1833-1838); Livro das sessões da Câmara Municipal do Recife, n. 9 (1838-1849).

48 HDBN, O Harmonizador nº 14 de 20 de setembro de 1832.

49 Colção das Leis do Imperio do Brazil (1823). Parte 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, pp. 5-7. Disponível no acervo digital da Câmara Federal: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copv_of_colecao2.html.

do Trono e do Altar em Pernambuco. Gervásio Pires Ferreira, de proeminente trajetória liberal, integrou a Harmonizadora, enquanto já era deputado, tendo ocupado cargos políticos de relevância em sua província natal⁵⁰.

Participar de sociedades políticas constituía igualmente uma estratégia para almejar comendas e títulos de nobreza. Esta circunstância explica em parte o engajamento fervoroso de *figurões* das elites em atividades de cunho beneficente e filantrópico⁵¹. Divulgar-se sob uma imagem *virtuosa* exercia influência palpável na obtenção de títulos de nobreza. Não é mero acaso que numerosos membros destas agremiações participaram ativamente dos esforços destinados a restaurar a ordem pública diante das convulsões sociais que marcaram as Regências. Segundo os preceitos da Constituição de 1824, incumbia ao imperador conferir títulos e recompensas em virtude de serviços prestados ao Estado imperial⁵². Um exemplo emblemático a corroborar tal afirmação é a figura do notório traficante de escravos Francisco Antônio de Oliveira, afiliado à Sociedade Patriótica Harmonizadora. Para além de alçar-se ao título de Barão do Beberibe, Oliveira desempenhou os cargos de vereador e presidente da Câmara Municipal do Recife.

À luz dos vestígios coligidos na documentação selecionada para o presente escrito, sustento que tais agremiações materializaram-se em um relevante fator político para seus aderentes. Fundamento o argumento sobre dois pilares: o primeiro, assenta na consolidação de certas identidades políticas, atuando como um *modus operandi* na emergente esfera pública moderna. Isto se deu quer por meio do estabelecimento de vínculos com a política institucional, entrelaçando-se com políticos das Câmaras, Ministérios e Conselhos, quer no âmbito da política cotidiana do cidadão comum, ou ainda na tessitura das ideias políticas difundidas pela crescente imprensa partidária. Assim, essas associações ergueram-se como espaços onde identidades políticas se conciliaram, conferindo aos seus participantes um locus de distinção e influência no cenário político do império. Entendo-as, em sua essência, como um ensaio dos partidos políticos que se consolidariam na posteridade. O segundo alicerce repousa no papel que tais associações desempenharam como uma *senda* na trajetória política, um patamar propulsor, ou, para alguns, mesmo o ponto de partida. Mesmo após sua extinção, datada de 1834, em virtude, muito provavelmente, das reformas decorrentes do Ato Adicional, diversos dos seus filiados ascenderam em suas trajetórias políticas. Tal realidade torna-se patente ao considerarmos a composição da Câmara Municipal do Recife. As

50 Cf. "Árvore genealógica de Gervásio Pires Ferreira". Acessado em 28 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.parentesco.com.br/index.php?apg=arvore&idp=11844>.

51 HDBN, Olindense nº 64 de 13 de dezembro de 1831 e nº 65 de 16 de dezembro de 1831.

52 Cf. "Título 5º: do Imperador. Capítulo II: do Poder Executivo. Art. 102, § XI". In: BRASIL. Constituição (1824). Lex: Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm.

fileiras da política local foram preenchidas por indivíduos que, outrora, mantiveram vínculos com tais sociedades, evidenciando a magnitude destas como trampolins para o progresso de suas carreiras políticas.

Longos anos haviam transcorrido quando, em 1858, em um período pós-Conciliação, narra-se que Pedro II tecera uma ácida observação a respeito de Pernambuco: proclamava-a como a província mais “melindrosa” de todo o império⁵³.

4 CONSIDERAÇÕES

O artigo dedicou-se a uma análise das contendas políticas em Pernambuco, desde o *Dezessete* até o Período Regencial, concebendo esse intervalo como o próprio processo de Independência na região. Proponho, portanto, o Período Regencial como o *executor* de uma tarefa adiada por nove anos, a de difundir pelas províncias do império a Independência, configurando um exercício político fundamental para a construção e consolidação do Estado imperial, além de ser momento catalizador de incontáveis carreiras políticas e da propagação das doutrinas e pensamentos políticos. Trata-se de um argumento em conflito com uma interpretação antiga, mas ainda arraigada em parte da historiografia, que aponta o Período Regencial como uma fase carente de estruturação política e marcada por uma situação social disruptiva, quando comparada ao pretensamente ordeiro Primeiro Reinado. Essa perspectiva, fortemente influenciada por Joaquim Nabuco, Oliveira Viana e outros nomes que, com justa razão, alcançaram prestígio em nossa historiografia, representa, em certo sentido, uma visão *monarquista*, ao atribuir imagens de ordem política e *Luzes* — nos pressupostos da instrução portuguesa, ícone da diversidade e clareza de ideias, as *Luzes* da cultura, da civilização e da *salvação do Brasil*, que, como sabiamente afirmou o brilhante Machado de Assis, conferiam o “último apuro” à formosura dos contemporâneos da primeira metade do Oitocentos (2018, p. 78) — tal somente à presença de um monarca no trono e as convulsões políticas apenas à sua ausência.

53 IAHG, Arquivo do Visconde de Camaragibe, “Carta a Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, 20 de junho de 1858”.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Manuel Correia de. **Movimentos Nativistas em Pernambuco**: Setembrizada e Novembrada. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 1971.
- ARMITAGE, John. **The History of Brazil**: from the period of the arrival of the Braganza family in 1808 to the abdication of Don Pedro the First in 1831. Vol. II. London: Smith, Elder and Co., Cornhill, 1836.
- ASSIS, Machado de (1839-1908). **Memórias póstumas de Brás Cubas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2018.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, v. III, 1900.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.
- CABRAL, Flávio Gomes. **Os efeitos da notícia da revolução liberal do Porto na província de Pernambuco e a crise do sistema colonial no nordeste do Brasil (1820-1821)**. In: *Fronteras de la Historia*, núm. 11, 2006, pp. 389-413. Instituto Colombiano de Antropología e Historia Bogotá, Colombia.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**: a elite política imperial – **Teatro das sombras**: a política imperial. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. **Cavalcantis e cavalgados**: a formação das alianças políticas em Pernambuco, 1817-1824. *Rev. bras. Hist.*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998a.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. **Movimentos sociais**: Pernambuco (1831-1848). In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil imperial*, v. 2 (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 2.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. **O encontro da “soldadesca desenfreada” com os “cidadãos de cor mais levianos” no Recife em 1831**. In: *Clio – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco*, v. 01, nº 18, p. 109-137. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1998b.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. **O Outro Lado da Independência**: Quilombolas, Negros e Pardos em Pernambuco (Brazil), 1817-1823. In: *Luso-brazilian Review*, v. 43, n. 1, pp. 1-30, 2006.
- CARVALHO, Marcus J. M. de; ALBUQUERQUE, Aline Emanuelle De Biase. **Os desembarques de cativos africanos e as rotinas médicas no Porto do Recife antes de 1831**. In: *Almanack*, v. 1, n. 12, pp. 44-64, 2016.
- CASTRO, Paulo Pereira de. **A “experiência republicana”, 1831-1840**. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, 2º volume: Dispersão e Unidade. São Paulo: DIFEL, 1978, pp. 9-67.
- COSTA E SILVA, Alberio da Costa e. **As marcas do período** (capítulo). In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Dir.); COSTA E SILVA, Alberto da (Org.). *História do Brasil nação* (volume I): crise colonial e Independência, 1808-1830. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, pp. 23-35.
- COSTA, Wilma Peres. **O Império do Brasil**: dimensões de um enigma. In: *Almanack Brasiliense*, 2005, n. 1, pp. 27-43.
- CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. **O “retalho” do comércio**: a política partidária, a comunidade portuguesa e a nacionalização do comércio a retalho, Pernambuco 1831-1870. Tese de doutorado. Recife: UFPE, 2012.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. **As “várias independências”**: a contrarrevolução em Portugal e em Pernambuco e os conflitos antilusitanos no período do constitucionalismo (1821-1824). In: *CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO* (Recife), ISSN: 2525-5649, n. 36, p. 4-27, Jan-Jun, 2018.
- KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil**. “Travels in Brazil”. Tradução e notas de Luiz da Câmara Cascudo. Companhia Editora Nacional, 1942.

KRAAY, Hendrik. **Reconsidering Recruitment in Imperial Brazil**. In: *The Americas*, vol. 55, nº 1, 1998, pp. 1-33.

McBETH, Michael C. **The Brazilian Recruit during the First Empire: Slave or Soldier?**. In: ALDEN, Duril; DEAN, Warren (org.). *Essays Concerning the Socioeconomic History of Brazil and Portuguese India*. Gainesville: University Presses of Florida, 1977, pp. 71-86.

MOSHER, Jeffrey C. **Pernambuco and the Construction of the Brazilian Nation-State, 1831-1850**. Gainesville, Tese de Ph.D., University of Florida, 1996.

NABUCO, Joaquim. **Um estadista do Império: Nabuco de Araujo, sua vida, suas opiniões, sua época, por seu filho Joaquim Nabuco**. Tomo I (1813-1857). Rio de Janeiro: H. Garnier, 1897.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

ROSAS, Suzana Cavani. **"A ponte de ouro": praieiros, guabirus e a conciliação imperial (1849-1857)**. Recife: Ed. UFPE, 2016.

ROSAS, Suzana Cavani; CADENA, Paulo Henrique Fontes. **"O donatário da província de Pernambuco": a elite imperial a partir da trajetória de vida e liderança partidária de Pedro Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque (1840-1875)**. In: *Almanack, Guarulhos*, n. 25, 2020, pp. 1-32.

SILVA, Luiz Geraldo Santos da. **O avesso da Independência: Pernambuco (1817-1824)**. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

TOLLENARE, Louis-François. **Notas dominicaes tomadas durante uma residência em Portugal e no Brasil nos anos de 1816, 1817 e 1818**. Parte relativa a Pernambuco. Traduzida do manuscrito francez inédito por Alfredo de Carvalho com um prefácio de M. de Oliveira Lima. Recife: *Jornal do Recife*, 1905.

VIANA, Oliveira. **Populações Meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

WALSH, Robert (1772-1852). **Notices of Brazil in 1828 and 1829, by the Rev. R. Walsh, LL. D. M. R. I. A., author of "a journey from Constantinople"**. Vol. II. London: Frederick Westley and A. H. Davis, 1830.

“A liberdade dos naturais desta Província”: aspectos sobre a mobilidade espacial e o trabalho indígena na fronteira platina de princípios do século XIX

“La libertad de los naturales de esta provincia”: aspectos de la movilidad espacial y el trabajo indígena en la frontera platina a principios del siglo XIX

“The freedom of the naturals of this province”: aspects of spatial mobility and indigenous work on the platinum frontier at the beginning of the 19th century

Karina Moreira Ribeiro da Silva e Melo¹

Resumo: Durante os primeiros anos do século XIX, projetos de defesa e expansão de fronteiras foram elaborados por agentes do governo e particulares nos limites entre o vice-reino do Brasil e províncias platinas. Distintas autoridades afiançaram e discordaram de planos nos quais uma das principais questões em jogo era a reorganização política de espaços limítrofes, estreitamente vinculada à necessidade de definir aspectos sobre a liberdade dos guaranis e o destino das suas terras e bens. Em meio aos debates e às práticas de recrutamento figuraram testemunhos sobre a inaptidão de indígenas para o trabalho, mesmo quando a realização de expedições militares dependia dos seus conhecimentos sobre o território e o manejo de rebanhos vacuns e cavалares. A análise das fontes, no entanto, permite dar visibilidade às variadas práticas de sociabilidade vividas por eles em contexto de disputas por recursos humanos e naturais.

Palavras-chave: recrutamento; liberdade; guaranis.

Resumo: Durante los primeros años del siglo XIX, proyectos de defensa y ampliación de fronteras fueron diseñados por agentes del gobierno y particulares en los límites entre el virreinato de Brasil y las provincias del platino. Distintas autoridades aseguraban y por veces discrepaban de planes en los que uno de los principales temas en juego era el reordenamiento político de los espacios limítrofes, estrechamente vinculado a la necesidad de definir aspectos de la libertad de los guaraníes y el destino de sus tierras y bienes. En medio de los debates y las prácticas de reclutamiento, hubo testimonios sobre la incapacidad de los indígenas para trabajar, aún cuando la realización de expediciones militares dependía de su conocimiento del territorio y del manejo de los rebaños de ganado vacuno y equino. El análisis de las fuentes, sin embargo, permite dar visibilidad a las variadas prácticas de sociabilidad vividas por ellas en el contexto de las disputas por los recursos humanos y naturales.

Palabras-chave: reclutamiento; libertad; guaraníes.

Abstract: During the first years of the 19th century, border defense and expansion projects developed by government agents and individuals marked the limits between the vice-kingdom of

1 Doutorado em História Social pela Unicamp. Professora do Curso de História (campus Garanhuns), do Mestrado Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas (PROCADI), do Programa de Pós-Graduação em Saúde e Desenvolvimento Socioambiental (PPGSDS) e do Mestrado Profissional em História (PROFHistória), todos da Universidade de Pernambuco (UPE).
E-mail: karina.melo@ube.br.

Brazil and provincial provinces. Different authorities affirm and disagree on plans that one of the main quests in the game was the political reorganization of bordering spaces, closely linked to the need to define aspects of the freedom of guaranis and the destiny of their lands and bens. In the past few years, debates and recruitment practices included testimonies about the inability of indigenous people to work, even when the conduct of military expeditions depended on two knowledges about the territory and the management of cattle and horse herds. The analysis of the sources, however, allows us to give visibility to the varied practices of sociability experienced by them in the context of disputes over human and natural resources.

Keywords: recruitment; freedom; guaranis.

1 UMA HISTÓRIA INDÍGENA

De acordo com um relatório escrito para o rei da Espanha, em 1804, os indígenas guaranis que habitavam a fronteira platina costumavam contar uma história:

Um bote navegando pelo rio Paraná teve necessidade de tocar em sua margem, toda montanhosa e sumamente povoada de tigres, um deles [um dos índios] salta em terra, e se acha feito presa de uma destas feras, reclama o auxílio de seus companheiros exclamando que o animal **só o tem agarrado de uma perna**, e estes lhe respondem com a impavidez da barbárie por todo socorro: não lhe dê cuidado, que te agarrará melhor.

O que essa história poderia nos contar? Se a tomássemos como uma metáfora histórica, o que a narrativa poderia retratar (SAHLLINS, 2008, p. 127)²? Como ela poderia caracterizar as experiências indígenas e seus modos de agir e pensar sobre acontecimentos que se davam no alvorecer do século XIX numa região da fronteira platina? O principal objetivo ao enunciar estas perguntas é indicar que a história que os indígenas costumavam contar intersectam outras histórias e não devem ser esvaziadas de sentidos. Ao contrário, o cruzamento com outras fontes indica que narrativas como esta atribuída aos indígenas podem estar repletas de significados. Trata-se de uma narrativa que está relacionada ao contexto político da época em que foi escrita, aborda situações que envolvem limites territoriais cujos rios e cursos d'água estabeleceram fronteiras e denotam a existência de situações em que a escolha de estratégias para lidar com elas era extremamente difícil. Por exemplo: enfrentar

2 De acordo com o antropólogo Marshall Sahlins: Qualquer compreensão da história como significado precisa reconhecer o papel distintivo do signo na ação, como oposto à sua posição na estrutura. A ação, dizemos, é intencional: norteia-se pelos propósitos do sujeito agente, pela vida social dele ou dela no mundo. Engajados assim em projetos de vida, os signos por meio dos quais as pessoas agem são levados a relações referenciais com os objetos das ações dessas pessoas, dotando assim os valores conceituais de significados contextuais particulares. Ainda na ação, os signos estão sujeitos a arranjos e rearranjos contingentes, relações instrumentais que também afetam potencialmente os seus valores semânticos. Todas essas inflexões de significado dependem do modo como o ator experiencia signo como um interesse: o lugar do signo num esquema orientado de meios e fins. A palavra 'interesse' deriva de uma expressão verbal impessoal latina que significa 'faz uma diferença'. O interesse em algo é a diferença que esse algo faz para alguém". Sahlins, Marshall. *Metáforas Históricas, Realidades Míticas: estrutura nos primórdios da história do reino das Ilhas Sandwich* [tradução e apresentação Frava Freshe. Rio de Janeiro. Jorae Zahar. 2008 (1981). p. 127.

a fera em terra sem os demais tripulantes, ou permanecer a bordo do bote, acompanhado, mas sem víveres? Como nos mostra outra metáfora, da hidra policéfala derrotada pelo herói mítico Hercules em textos sobre política entre os séculos XVI e XVIII, “os trabalhos de Hércules simbolizaram desenvolvimento econômico: a limpeza do terreno, a drenagem dos pântanos, e o desenvolvimento da agricultura, tanto quanto a domesticação de rebanhos, bom estabelecimento de comércio e a introdução de tecnologia” (BEACON, 2000, p. 11)³.

De acordo com Peter Linebaugh e Marcus Rediker, os mesmos governantes que utilizaram a imagem de Hércules, descobriram no monstro de várias cabeças um símbolo de “desordem e resistência, uma poderosa ameaça para a construção do Estado, Império e capitalismo” (BEACON, 2000, p. 11)⁴. Como é sabido, quando se corta uma das cabeças da hidra, duas surgem em seu lugar. Isto torna o ato de Hercules tão mais desafiador quanto heroico aos olhos dos governantes viram a si mesmos como um reflexo cada vez mais nítido do esforço *hercúleo* à medida em que revoluções com participação popular estouravam em ambos os lados do Atlântico, rompendo com a ordem vigente e abrindo precedentes para eventos que poderiam alterar hierarquias sociais, como exemplo a independência dos EUA (1776), a revolução francesa (1789), revolução haitiana (1791), revolução de Maio (1810), e outras tantas que compõem o cenário inicial de formação de Estados nacionais em toda América.

Assim também a forma como Santiago de Liniers, o autor do relato enviado ao rei, descreveu a narrativa metafórica dos indígenas está relacionada a outras histórias. História tem histórias. A dos atores da narrativa indígena, guarani-missioneiros, é longa e remonta, no mínimo, aos séculos XVI e XVII. Os Guarani habitavam desde o sul do atual estado de São Paulo até a Lagoa dos Patos e “principalmente, ao longo dos rios Paraná, Paraguai e Uruguai” (FAUSTO, 2005, p. 386). No alvorecer do século XIX, período em que Santiago de Liniers escreveu o relatório, os 30 povos das Missões Jesuíticas do Paraguai viviam profundas mudanças políticas, cujas razões mais diretas estão ligadas às crises das monarquias europeias de modo geral, e mais especificamente, às reformas borbônicas implantadas no último quartel do século XVIII, entre elas a expulsão dos missionários jesuítas do vice-reino do Peru em 1768, e a criação do vice-reino do Prata em 1776 (MAEDER, 1992). Portugal e Espanha buscavam resolver a complicada questão dos limites territoriais através do Tratado de Santo Ildefonso, cujo acordo preliminar foi firmado em outubro de 1777. Conforme tal tratado, a navegação dos rios da Prata e Uruguai, assim como dos terrenos de suas margens seten-

3 Tradução livre da autora: “The labors of Hercules symbolized economic development: the clearing of land, the draining of swamps, and the development of agriculture, as well as the domestication of livestock, the establishment of commerce, and the introduction of technology”.

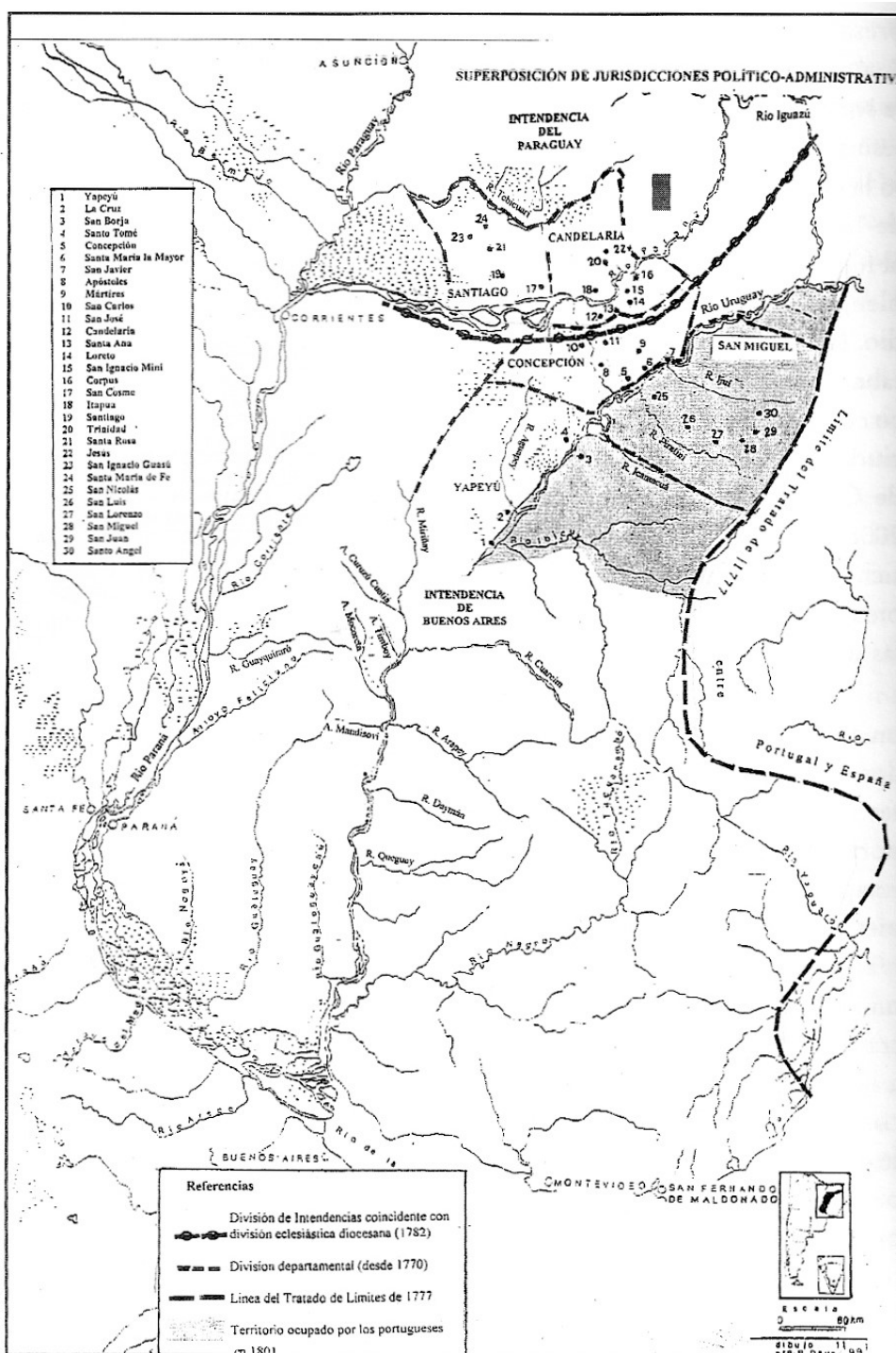
4 Tradução livre da autora: “disorder and resistance, a powerful threat to the building of state, empire, and capitalism”.

trionais e meridionais, pertenceriam à Espanha. Seguindo o curso do rio Uruguai até onde desembocasse em seu primeiro afluente ocidental, ao norte; continuando até o encontro do arroio Chuí com o mar, ao sul, as possessões seriam espanholas. As terras adjacentes à entrada da laguna dos Patos em Rio Grande até os limites com rios como Jacuí, Ibucuí e Piratini pertenceriam a Portugal⁵. Esses limites estavam ainda muito mal definidos, e era preciso que as Coroas conduzissem e fizessem executar, em conjunto, os trabalhos que estabeleceriam as divisas territoriais. Para tanto, o tratado também previa a designação de comissões demarcadoras que seriam responsáveis por averiguar as divisas naturais e definir os locais para a construção de marcos onde tais divisas não existissem. A fim de evitar eventuais desacordos entre Portugal e Espanha até que os trabalhos das comissões fossem concluídos, o tratado estabeleceu uma faixa de terra chamada *campos neutrais* (AMARAL, 1972), sob a qual não haveria jurisdição de nenhuma das partes. O conjunto do que se pode entender como um território missioneiro era extenso e os interesses em governá-lo e ter jurisdição sobre ele estavam bem ajustados tanto às reformas borbônicas quanto às políticas expansionistas de Portugal, incluindo as reformas pombalinas.

As 30 reduções jesuíticas conhecidas como 30 povos das missões faziam parte do vice-reino do Prata e eram divididas em cinco departamentos: Concepción, São Miguel, Yapejú, Candelária e Santiago. Depois da criação do vice-reino do Prata, os três primeiros ficaram sob a administração de Buenos Aires e os dois últimos do Paraguai. Nos 30 povos, os indígenas viviam no chamado regime de comunidade, segundo o qual trabalhavam para a comunidade e para si (MAEDER, 1992, p. 17-40). Os produtos do trabalho coletivo eram gerenciados pelo cabildo e pelos administradores dos povos. Os excedentes eram comercializados em Buenos Aires. Embora o vínculo com a comunidade de origem através do trabalho coletivo e do sedentarismo oferecesse certa segurança aos índios, o regime de comunidade também os privava de circular livremente e de gozar de autonomia para empregar sua força de trabalho (GARCIA, 2013, p. 83-95). Os povos e suas estâncias estavam distribuídos em territórios que hoje correspondem à Argentina, ao Brasil, ao Paraguai e ao Uruguai. Em 1768, 88.828 indígenas habitavam um extenso território nos domínios da América espanhola. Em 1801, 45.639; e para o ano de 1803, estima-se que cerca de 38.430 indígenas habitavam os povos de Missões, de acordo com censos da época (GARCIA, 2013, p. 55). Quer dizer, em cerca de 35 anos, houve uma dispersão de mais da metade dos povos.

5 Harvard College Library. Fundo para uma cátedra de história e economia latino-americana. Tratado preliminar sobre os limites dos países pertencentes à América do Sul às Coroas de Espanha e Portugal, ajustado e celebrado entre o Rei N. S. e a Rainha Fidelíssima, e ratificado por Sua Majestade em San Lorenzo el Real em 11 de outubro de 1777, no qual dispõe e estipula onde deve correr a linha divisória entre um domínio e outro, que deve então ser determinada e prescrita em um tratado de fronteira definitivo. Em Madrid. Na Imprensa Real da Gazeta. Ano de MDCCLXXVII. 1913. páa. 8-11.

Mapa 1 - Superposição de jurisdições político-administrativas posterior a la expulsión de los jesuítas. Mapa confeccionado na Sessão de Etnohistória do Instituto de Ciências Antropológicas, FFy- UBA (Universidade de Buenos Aires).



Fonte: WILDE, G. Religión y poder en las misiones de guaraníes. Buenos Aires: SB, 2009, p. 268.

Em 1800, um dos antecessores de Santiago Liniers, o marques de Avilés, decretou a liberação dos 30 povos do regime de comunidade. O decreto determinava que parte dos povos missioneiros, cerca de 323 famílias, deviam trabalhar apenas para seu sustento, sen-

do que no primeiro ano de liberação, a comunidade de origem garantiria sua subsistência. O vice-rei imaginava que o exemplo das famílias liberadas serviria de estímulo para outras e disponibilizaria mão de obra especializada, cujos resultantes incrementos econômicos poderiam alavancar o liberalismo político dos Oitocentos. Os principais objetivos eram estimular a economia platina através do trabalho dos missioneiros e promover políticas de homogeneização e unificação territorial (WILDE, 2009, p. 269). A liberação de famílias dos 30 povos visava uma maior interação entre os vassallos e, por conseguinte, aplacar a segregação imposta pelo regime de comunidade. Ao mesmo tempo, facilitava, na teoria, o controle de uma população bastante heterogênea circulando por grandes extensões territoriais que estavam em constante litígio. Na prática, tais mudanças criaram mais um problema de ordem jurisdicional, além de serem, em parte, ineficientes no controle da circulação dos indígenas: embora os 30 povos dependessem de duas jurisdições, a de Buenos Aires e a do Paraguai, as Missões formavam um só governo (MAEDER, 1992, p. 30). Assim, as dificuldades na atribuição de poderes políticos e militares às autoridades missioneiras persistiam desde 1784, quando o Regulamento de 1782 começou a ser colocado em execução⁶. Todas essas novas configurações políticas ocorridas ao longo do último terço do Setecentos afetaram diretamente as populações indígenas da região fronteira no começo do Oitocentos, quando Santiago de Liniers enviou ao rei espanhol um relatório sobre a liberdade e o controle da mão de obra dos indígenas.

2 ESPAÇOS DIVIDIDOS

As disputas entre as Coroas ibéricas se desdobraram no limiar do século XIX. Em 1801, houve a conquista de 7 dos 30 Povos missioneiros para a Coroa portuguesa. A capitania do Rio Grande de São Pedro, mais do que dobrou de tamanho⁷, já que o território missioneiro era maior do que suas dimensões na época (SILVEIRA, 1979, p. 66). Conseguiu aumentar em aproximadamente 28% o número de seus súditos, ao mesmo tempo em que os subtraía da Espanha num contexto marcado por políticas expansionistas, onde possuir mais vassallos fazia a diferença (GARCIA, 2013, p. 177). Tomando-se como base mapas dos habitantes da capitania do Rio Grande nos anos de 1798 e 1802, o número de indígenas aumentou 44% após o ano da 'conquista' (SANTOS, 1984, p. 35-37). Em suma, às margens de rios como o Paraná, estima-se que havia nos 7 povos 14.000 almas em 1801⁸.

6 Em 1782 foi implementado o chamado regime de Intendências, que reorganizou as jurisdições dos vice-reinos. Buenos Aires e Paraguai passaram a ser administrados separadamente, e por conseguinte, os 30 Povos missioneiros ficaram divididos administrativamente.

7 No mapa podemos ver em cinza a parte que o Continente de Rio Grande anexou depois da conquista de 1801.

8 De acordo com um documento supostamente escrito por Francisco João Roscio – suposição esta que cons-

Se, alguns destes dados acusam um significativo declínio demográfico e a princípio podem sugerir a ideia de desagregação ou dissolução da numerosa população indígena, é preciso enfatizar que alterações de natureza política, jurídica e administrativa provocaram contínuos fluxos migratórios responsáveis por reconfigurações em espaços de fronteira. Isto é, os indígenas não desapareceram, eles se dispersaram e, através de movimentações espaciais também decorrentes de mudanças políticas puderam ocupar outros territórios e novos lugares sociais. Contudo, a mobilidade espacial experimentada por eles esteve relacionada tanto à sua dispersão por territórios mais amplos quanto à reorganização da utilização de sua mão de obra na sociedade colonial platina. O intuito deste artigo é demonstrar o quanto sua força de trabalho, muitas vezes considerada especializada, era indispensável para implantar planos e projetos políticos, mas, sobretudo, evidenciar como eles perceberam e lidaram com tal fato durante os primeiros anos do século XIX, período marcado pela crise das monarquias ibéricas e o advento da modernidade política. Ao final de 1801, após o desfecho mais imediato da conquista dos 7 povos situados à margem ocidental do rio Uruguai para a Coroa portuguesa, o governo do vice-reino do Prata procurava remediar a situação da fronteira, que se mostrava incapaz de reagir em caso de novas investidas. Este era o contexto no qual Santiago de Liniers, militar de origem francesa a serviço da Coroa espanhola, foi designado para o cargo de governador dos Povos situados à margem ocidental, sob administração do vice-reino do Prata. Autor do relato que descreve uma narrativa que, segundo ele, os indígenas costumavam contar, Liniers se tornaria o vice-rei do Prata três anos mais tarde, em 1807.

De acordo com Alan Taylor, autor do livro *The Divided Ground*, o título de seu trabalho dialoga com o de Richard White, chamado *The Middle Ground*, pois há um espaço comum, afirma o historiador: os conflitos vivenciados entre povos nativos para se adaptarem criativamente ao poder transformador dos impérios intrusos. No entanto, a substituição de 'intermediários' por 'divididos' reflete variações nas ênfases geográficas e temporais. *The Middle Ground*, Taylor explica, lida principalmente com povos algonquianos da região dos Grandes Lagos e do Vale de Ohio durante um século e meio antes da revolução americana. *The Divided Ground* conta uma história mais tardia através do foco nos legados daquela revolução entre as nações dos Iroquois em uma região limítrofe entre Nova York e Canadá. White revela um período anterior, no qual mútuas acomodações e readaptações pautaram

ta no registro – “os povos que se sujeitaram são os seguintes: São Miguel, que tem 1900 almas; São João, 1600; São Lourenço, 900; Santo Ângelo, 1960; São Luís, 2350; São Nicolau, 3970; São Borja, 1300; - 13.950”. BNRJ. Notícia abreviada dos principais sucessos da guerra de 1801, na campanha do Rio Grande de São Pedro, na América Meridional. [c. 1802]. MS – 554 (1). Coleção Linhares, microfilme 28. Dados apresentados também por PINHEIRO, J. F. F. Anais da Província de São Pedro: história da colonização alemã no Rio Grande do Sul. Petrópolis: Vozes, 1978 [4ª Ed.], p. 157; CESAR, G. História do Rio Grande do Sul: período colonial. Porto Alegre: Editora Globo, 1970 [1956], p. 217. Há menções sobre totalizarem 22.000 os habitantes dos povos em 1801, entretanto, o dado mais aceito e usado é 14.000. As cifras apresentadas neste parágrafo tomaram por base o número de 14.000.

relações onde nem indígenas nem colonizadores puderam dominar um ao outro, mas, ao contrário, criaram novos costumes e retóricas para lidar uns com os outros (TAYLOR, 2006, p. 11). Taylor trata dos esforços posteriores feitos por nativos para lidar com uma invasão de colonos vindos em grande e crescente número para dividir as terras indígenas em fazendas, aldeamentos e nações, de modo muito semelhante ao que ocorria na região platina na época das revoluções e do princípio da consolidação dos Estados Nacionais argentino, brasileiro e uruguaio.

Através das experiências de indígenas e colonos, Alan Taylor demonstra o quão complexas foram as relações de aliança, afeto, conflito e poder entre eles e colonizadores. As revoluções platinas e americana – a chamada Guerra de 1812 – não tiveram como resultado apenas os conflitos dividindo grupos étnicos e sociais que buscavam exercer autonomia política. Dividiram, além dos espaços de negociação, as terras, os bens e as gentes indígenas. Os esforços e os legados das iniciativas nativas na época das revoluções deixaram marcas profundas na divisão dos espaços e na história social da formação daqueles lugares. Embora os limites forjados a partir de intensas disputas políticas tenham sido estabelecidos, eles permaneceram porosos e a presença da história indígena jamais se evadiu daqueles cenários. Adjetivos pejorativos e escolhas tendenciosas fazem parte de descrições que visavam conformar um modelo estereotipado da agência indígena nos rumos de políticas que ameaçavam a continuidade de rígidas regras hierárquicas e a manutenção de lugares de privilégio. Mesmo assim, subestimando (ou fazendo parecer que subestimava) modos indígenas de narrar e integrar contextos, as informações do relatório de Liniers permitem interligarmos dados sobre o leque de pressões e oportunidades que os indígenas enfrentaram durante as duas décadas iniciais do XIX. Logo, é impossível desconsiderar que o significativo contingente populacional de indígenas dos 30 povos foi impactado pelas mudanças políticas tanto quanto foi partícipe ativo ao longo do processo de modernização política, que acabaria por emancipar possessões coloniais em toda a América espanhola e portuguesa no começo do século XIX, após a crise das monarquias ibéricas.

3 UMA HISTÓRIA SOBRE A DESCRIÇÃO DAS AÇÕES INDÍGENAS

Santiago de Liniers participou de campanhas militares na África na década de 1780. Em 1795, já no comando da esquadra de Montevidéu, que guardava a capital de ataques estrangeiros e, sobretudo, de investidas inglesas ao comércio ilegal, recebeu o título de capitão de navio. Em 1802, mudou-se com a família para Buenos Aires. Antes de se tornar governador dos povos missioneiros sob administração da capital do vice-reino do Prata, esteve atento às oportunidades de participar de redes de comércio e fazer fortuna naquelas terras que considerava repletas de recursos humanos e naturais mal utilizados. Em 1803, quando

assumiu o cargo de governador dos povos missioneiros dos departamentos de Santiago e Candelária, sob jurisdição de Buenos Aires, tentava se recuperar de uma difícil situação financeira devido ao “malogrado estabelecimento que meu irmão, o conde de Liniers, veio a plantificar nesta cidade” (Apud GONZALEZ, 1946, p. 18). A promessa de boa demanda e oferta da fábrica de tabuletas de caldo carne que os irmãos fundaram não vingou. Apesar disso, Santiago de Liniers vislumbrou que, na ocupação de novos cargos políticos “poderia ainda ser meus serviços de alguma utilidade” (Apud. GONZÁLEZ, 1946, p.18), conforme assegurou numa missiva ao vice-rei do Prata, Joaquim del Piño. Tão logo foi designado para o cargo de governador do território missioneiro, fixou residência no Povo de Candelária. Uma das incumbências dadas a Santiago de Liniers era resguardar a fronteira com a capitania do Rio Grande e torná-la apta à defesa. Ele ponderou que a região continuava desguarnecida militarmente e solicitou auxílios diretamente ao vice-rei, que o investira naquele cargo (BEVERINA, 1935, p. 437-443). Interagiu com os habitantes locais, entre eles o cura do Povo de São Lourenço refugiado em Candelária.

A partir do olhar do padre Bernardo Montañéz, que permaneceu em sua função por algum tempo depois da conquista de 1801, inteirou-se da “invasão portuguesa”. Através dele, Liniers soube que os indígenas estariam arrependidos das negociações que haviam estabelecido com os portugueses para empreender a conquista de 1801, “e desesperados, pois [os portugueses] não somente os oprimem em tarefas, sem gratificar-lhes: lhes roubam seus gados e cavalos e os tem sem alimentos” (AGNA, 1803, IX-18-3-3). Temendo uma fuga em massa, os portugueses os coagiam anunciando que, caso os espanhóis voltassem a dominar o departamento de São Miguel, suas condições poderiam ainda ser piores, donde o religioso concluiu que era esse o motivo pelo qual os índios preferiam não atravessar para a margem ocidental do rio Uruguai e permanecer na oriental, sob domínios portugueses. Santiago de Liniers intencionava controlar a travessia do rio pelos indígenas. O relato do padre Bernardo Montañéz sobre as maneiras através das quais os indígenas se colocaram mediante a situação de conflito e sobre o estado dos 7 Povos foi descrita em detalhe a Santiago Liniers, que não se deu por satisfeito com as informações e foi ver de perto a quantas andavam os Povos e os indígenas sob o governo da capitania do Rio Grande de São Pedro (AGNA, 1803, IX-18-3-3). Através de informantes e de saídas de campo que efetuou pessoalmente, constatou que em 6 dos 7 Povos não havia fortificações preparadas para uma eventual guerra. Soube que o comando da fronteira estava menos cuidadoso, pois o fluxo de indígenas dos Povos à leste e à oeste do rio Uruguai havia diminuído depois que a intensa circulação dos índios – e o descontrole da administração colonial sobre sua mobilidade espacial – foram atribuídos a uma ação de Tomás de Rocamora entre os índios ‘infiéis’⁹. Oportunamente, então, depois

9 Além disso, parte das vaqueiadas estava suspensa devido à falta de cavalos.

das sondagens *in loco*, o governador de Misiones pediu ao pároco que fizesse saber aos índios que a Coroa espanhola estava disposta a admiti-los novamente como “seus vassalos, considerando bastante castigo as vexações que têm experimentado” entre os portugueses (Idem). Isto é, naqueles espaços divididos, os indígenas poderiam atravessar o rio e voltar aos domínios espanhóis, mesmo correndo o risco de serem pegos em armadilhas, como na história que costumavam contar, podendo também escapar delas, como a ausência de desfecho indica. Ao mesmo tempo em que convidou indígenas dos Povos missioneiros do lado oriental para atravessarem o rio Uruguai e voltarem a ser vassalos da Espanha, buscou fazer chegar “recursos de *maestranza*”, bem como diversos tipos de armamentos vindos da praça de Montevideú, para instruir aos do lado ocidental sobre como ataca-los, caso não aceitassem a oferta. Isto é, era mesmo difícil atravessar de uma margem a outra do rio, e igualmente complicado para os indígenas andar por aquelas paragens sem enfrentar os inimigos. Santiago de Liniers elaborou um arrojado projeto para arregimentar soldados e habilitá-los a usar armas de fogo (AGNA, 1803, IX-18-3-3). Territórios disputados e divididos, armas e armadilhas, perigo vindo de vários lados, o contexto revolucionário se apresentava para alguns como um monstro de várias cabeças. Tais planos eram entendidos por ele como uma chave para fortalecer a defesa das fronteiras contra ataques e investidas de estrangeiros.

Para executá-lo, no entanto, era fundamental que ‘os naturais’ fossem devidamente treinados, pois em seu conceito, era raríssimo encontrar um deles que soubesse como utilizar tais armas, “que servem como a luz ao cego, a harmonia ao surdo e a eloquência a um mudo” (GONZÁLEZ, 1946, p. 41). Um tanto tergiverso e outro tanto difuso neste comparativo, Liniers, talvez sem perceber, o retificou ao considerar que não seria difícil encontrar em Misiones “os índios que serviram na guerra passada na Artilharia e nas lanchas de força sob meu comando” (GONZÁLEZ, 1946, p. 42). Ou seja, em ocasiões recentes os indígenas haviam servido em forças regulares e milicianas, e não apenas sob seu comando, é preciso ressaltar, mas também por conta própria ou sob o de outras autoridades militares a serviço de Portugal e da Espanha, como foi o caso da conquista de 1801. De todo modo, o projeto de Santiago Liniers não era exatamente o que se pode chamar de inovador. Arregimentar, utilizar os conhecimentos indígenas para realizar combates e treiná-los para o serviço militar são práticas que remontam às conquistas empreendidas por boa parte dos particulares e agentes coloniais na região platina. O projeto contava com o envio de artilheiros, infantes e Dragões a serem contratados e distribuídos em cada um dos Povos para ‘ensinar’ aos indígenas como ser soldado operando armas de fogo. Os recrutas, concentrados no Povo de Apóstoles, “seriam adestrados no manejo de canhão de batalha, obus e fuzil”. Depois de cumprida a etapa de treinamento, o governador planejava criar em cada um dos Povos, uma companhia de artilharia e atiradores. Um dos grandes entraves para executar o plano,

no entanto, dizia respeito ao financiamento destas vinte e três companhias situadas do lado ocidental do rio Uruguai. A solução proposta por Liniers, também não muito inventiva, veio através da iniciativa que complementava o plano, baseando-se nas *Leis de Índias*.

Santiago de Liniers, guiado pela diretriz das *Leis de Índias*, estabeleceu que os índios ausentes dos Povos deveriam pagar tributo proporcional ao obtido de sua indústria ou trabalho pessoal. Propôs a cobrança de quatro pesos e meio ao ano a cada uma das famílias em trânsito. Fiado nas notícias que obtinha através de seus informantes, calculava que a arrecadação dos impostos pagos pelas famílias que estavam fora dos Povos seria suficiente para financiar seu projeto de recrutar aqueles que neles permaneceram. Meticuloso quanto aos critérios elaborados para tornar o projeto realizável, Liniers fez de um estancieiro o cobrador. Velho conhecido de grande número indígenas, o cobrador os empregava em sua propriedade, onde prestavam os mais variados trabalhos (AGNA, 1803, X-18-3-3). O estancieiro seria comissionado no valor de três por cento do total de impostos recebidos, não apenas em sua fazenda, mas também daquele arrecadado entre indígenas ‘fugidos’, estabelecidos em Buenos Aires, Montevideú, Santa Fé e Corrientes. Aqueles que não contribuíssem seriam conduzidos aos seus Povos de origem, destinados aos trabalhos públicos, “com a mortificação de um grilhão” (AGNA, 1803, X-18-3-3). Isto fazia com que os indígenas tivessem uma possibilidade de escolha muito reduzida. Tal qual na situação descrita pela história que os indígenas costumavam contar: se permanecessem nos Povos, “seguros” ou presos como se estivessem numa embarcação, eram privados de circular livremente pelos seus territórios; se a eles fosse concedida permissão para trabalhar fora dos Povos seriam obrigados a prestar serviços e pagar tributos, tal qual as famílias que não eram dos principais e que permaneciam nos Povos; e se fugissem, a punição seria igualmente a prestação de serviços, mas desta vez, acompanhada de um grilhão. Como sua liberdade para circular e empregar sua força de trabalho estava por um fio, uma opção arriscada seria compor as companhias militares idealizadas por Liniers. A outra seria enfrentar os perigos de cruzar os espaços divididos ao atravessar o rio. Talvez alguns tivessem optado por esta última alternativa, pois o projeto de Liniers de defender e guarnecer as fronteiras, palco de tantos embates entre portugueses, indígenas e espanhóis, não vingou.

A despeito da tendência comum em atribuir aos costumes indígenas o fracasso de políticas de controle e ordenamento social, não parece difícil perceber que o “grilhão” com o qual Santiago Liniers intencionava limitar a circulação dos índios ou abocanhá-los para o serviço militar não combinava com as diretrizes enviadas ao vice-reino pela Coroa espanhola, que buscavam reiterar, através de uma Real Cédula, em 1803, a ‘liberdade’ que lhes havia sido concedida em 1800, através do então vice-rei marquês de Avilés acerca da liberação de algumas famílias do regime de comunidade.

Algumas das razões para o insucesso, ele tentou explicar ao final de seu mandato como governador. Diante das conflitantes medidas administrativas oriundas de diferentes instâncias de poder, em junho de 1804, quando Santiago de Liniers estava prestes a entregar seu cargo, achou por bem escrever uma carta ao rei da Espanha sobre o conteúdo e significado da R.C. de 1803¹⁰. Ao sublinhar e propagandear sua experiência junto aos indígenas, propôs “algumas reflexões sobre aquele particular” que tratava da “liberdade dos naturais desta Província”. A “felicidade e progresso dos índios” estavam “muito distantes da realidade”, pontuou Santiago de Liniers. Em sua opinião, a concessão daquela “liberdade parcial”, concedida pelo marquês de Avilés, não havia incentivado mais do que ao vício e ao abandono dos preceitos religiosos, além de exasperar os conflitos entre aqueles que não disfrutavam de tal prerrogativa. Depois da liberação de algumas famílias do regime de comunidade, decretado por Avilés, continuava Liniers, indígenas consumiram o gado de suas estâncias, tal como tigres que consumiam o gado em regiões do Uruguai. Em sua opinião, muitos deles, sem nenhum conhecimento sobre agricultura, acostumados a uma vida sedentária, não estavam aptos a trabalhar e a viver civilizadamente por si sós. Estavam inabilitados às lidas de “laboriosos lavradores” ou de “homens campestres”. No departamento de Santiago, exemplificou, casas sem porta e sem janelas eram “moradas de índios livres, que se acharam povoando os sítios mais remotos e mais solitários do distrito do Povo”. Isto é, para Santiago de Liniers, a alternativa para “a felicidade e progresso dos índios” era tolher sua liberdade. O projeto de civilizá-los, instruindo-lhes a manusear armas de fogo, por exemplo, não possuía qualquer ligação com “a liberdade dos naturais desta Província”. Ao contrário, o projeto vincula de modo explícito a “felicidade e progresso” dos índios ao trabalho que deveriam realizar em frentes agropastoris e militares, reconhecendo, portanto, a condição negativa de sua liberdade.

Nesse sentido, é preciso considerar que um dos pontos cruciais que estavam em jogo, depois da liberação de algumas famílias do regime de comunidade pelo vice-rei do Prata em 1800, após a conquista de sete dos trinta povos missioneiros para a Coroa portuguesa em 1801, e no advento da R.C. de 1803, era a reorganização política do espaço missioneiro estreitamente vinculada à “necessidade de definir a liberdade dos índios e a sorte dos povos de Misiones” (MAEDER, 1992, p. 206). As operações, discursivas e práticas como estas que constam no relatório de Santiago de Liniers servem a um propósito, entre tantos outros importantes para o êxito das diretrizes políticas coloniais e para a acumulação de capitais: ordenar, legalizar e viabilizar o uso das terras e da mão de obra indígena. Tanto assim, que

10 Museu Mitre. Arm. B, C. 29, P. 1, N° de Ord. 18. “Representación al rey pelo capitán de la Real Armada D. Santiago Liniers, sobre as Misiones tapes y guaraníes de las que era governador interino”. Candelária, 06 de julho de 1804. Doravante este documento será referido como Representación, tanto no corpo do texto como nas notas de rodapé.

o então governador da Província missioneira, futuro vice-rei do Prata, se referiu às imensas riquezas e recursos disponíveis naquele território de:

24.000 léguas quadradas de superfície, ainda que se tirem 4.000 pelo espaço que ocupam os rios, banhados e terras estéreis, e que supondo somente quatro indivíduos por cada família, se acham 8.000 famílias às quais (em suposição que todas se dedicassem à agricultura, o que é meramente impossível) se repartisse a cada uma uma légua quadrada de terra resultariam sempre 12.000 vacantes (dupla extensão da Inglaterra que mantém 5.500.000 habitantes), que distribuídas a colonos inteligentes produziriam mais riquezas que as minas de Potosí: proposição que ainda que pareça um paradoxo se pode demonstrar e calcular até a evidência (MUSEU MITRE, Arm. B, C. 29, P. 1, N° de Ord. 18).

Ele fez cálculos sobre a quantidade de terras disponíveis e em seu juízo, mal aproveitadas. Confrontou o enorme espaço missioneiro às proporções territoriais da Inglaterra, que se consolidava como uma potência comercial e experimentava uma revolução industrial que demandava grande quantidade de matéria-prima e mercado consumidor. Arrolou diversos cultivos que poderiam tornar a Província rica, entre eles o algodão, a erva-mate, o tabaco, o ruibarbo e o caraguatá, este último conhecido também como *erva-do-gentio*, uma espécie de bromélia com propriedades medicinais. Citou “o famoso bálsamo extraído do arbusto chamado *aguaribaí*”, também chamada *guallegüay*. Tais conhecimentos foram adquiridos como resultado de sua experiência junto aos indígenas, numa clara demonstração de que operar armas, lidar com o gado e com a terra não eram as únicas maneiras através das quais os indígenas poderiam tornar a Província rica e lucrativa. Seus conhecimentos sobre os recursos naturais da região também contavam. Não obstante, em seu relatório busca trazer os índios como os principais responsáveis pelo atraso da economia na Província em abundantes descrições sobre o seu “caráter, ídolos e inclinações”. Podemos depreender do relato de Liniers um costume praticado por colonizadores, herdeiro de velhas tradições: a assunção discursiva e aparentemente incontestada, sobre a inaptidão dos indígenas ao trabalho devido à sua cultura. Projetos para civilizá-los e integrá-los à política colonial em crise estavam associados às tentativas de diminuir ou extenuar seus traços culturais e, simultaneamente, ao enorme empenho em controlar e ordenar a sociedade da qual faziam parte. A causa principal do “escandaloso abandono” em que se achava a região, segundo o governador de Misiones era o insistente “atraso” dos índios que se entregavam aos vícios, ao abandono da religião católica e, sempre que possível, à luxúria e ao ócio. Todos esses pormenores estão presentes no relato de Liniers, pouco inovador, como já dissemos, em termos de testemunhos sobre a ineficácia de métodos de controle empreendidos por agentes de governo em processos de transição para uma nova ordem política¹¹. Projetos, como o de Santiago

11 O processo de emancipação dos Estados Unidos da América é um exemplo. Conforme Daniel Richter, “se [o projeto civilizatório] seria igualmente adequado para as condições do século XIX de dominação dos EUA, e se a pressão implacável de colonos brancos em migração para o oeste estava em dúvida, não era porque os “vermelhos” baseavam-se, de algum modo, em padrões antigos de comportamento, mostrando uma

de Liniers buscavam expropriar territórios indígenas, privá-los de neles circular livremente e impedi-los de empregar sua força de trabalho como bem entendessem. Na Província missioneira a liberdade dos naturais deveria ser cerceada e controlada, entre outros mecanismos, através de operações discursivas que vinculavam aos costumes alheios a “impavidez da barbárie” ou a “indiferença com que admitem os socorros que lhes apresenta a caridade espiritual”. Segundo Liniers, os indígenas escondiam seus enfermos e preferiam “os remédios de seus curandeiros” (MUSEU MITRE, Arm. B, C. 29, P. 1, Nº de Ord. 18), manipulados a partir de plantas medicinais. Mesmo assim, ele lhes deu outros medicamentos ‘à força’ e ressentia-se de não ter recebido nenhuma mostra de gratidão por isso, atitude reveladora sobre a suposta selvageria dos indígenas. Vale ressaltar que os conhecimentos dos xamãs sobre a manipulação de plantas medicinais e administração de tratamentos não eram de interesse exclusivo dos indígenas. Liniers citou o caraguatá, o ruibarbo e o aguarabaí, por exemplo, como potenciais fontes de riqueza para a Província. Contudo, a principal questão trazida por Liniers era a ponderação sobre o fato de o marquês de Avilés, ao perceber o estado de devastação e decadência em que se achava parte da região missioneira, “começou a dar a liberdade a alguns índios”. Segundo ele, o marquês havia decidido estimular a economia e o comércio da região, informado por pessoas “sem nenhum conhecimento destas missões”. Ou seja, o cerne do problema não dizia respeito apenas aos recursos naturais disponíveis na região, que poderiam enriquecer a Província e o vice-reino, mas à utilização da mão-de-obra dos indígenas. Ao considerá-los inaptos ao trabalho livre, Liniers assegurou que com “este novo sistema” proposto pela R.C. de 1803 e a ratificação da condição de ‘liberdade’ dos índios, “estão perdidas estas *Misiones*”.

Com esta afirmação forte, Liniers demonstrava a importância de administrar a mão de obra dos indígenas. “Não se trata menos do que da sorte de trinta e três mil vassalos de V. M., só nos quatro departamentos de Candelária, Santiago, Concepción e Yapejú e de vinte e quatro mil léguas quadradas do mais rico solo de seus vastos domínios”, contestou o governador. Ademais, “em várias necessidades deste continente”, percebia ele, “alistaram muitos milhares de soldados bem disciplinados, armados, municionados, e montados à custa dos Povos, levando até seus víveres e medicinas”. A ênfase nas vantagens do recrutamento para o serviço militar à mais alta autoridade colonial nos permite perceber que a administração da mão de obra indígena seguia sendo importante para os negócios e a política do vice-reino do Prata. Nota-se a grande preocupação sobre a autonomia coletiva e individual dos in-

inexplicável estima pela selvageria, ou modos livres de viver da caça, ou porque eram inaptos a se adaptar a circunstâncias de mudança. (Nenhum grupo nativo que sobreviveu à carnificina demográfica, militar, e econômica poderia ser acusado desta última falha). Se a fome surgiu, não seria literalmente por falta de comida. Ao contrário, seria porque o projeto de [Thomas] Jefferson expropriou sistematicamente seus territórios de caça e os privou da oportunidade de produzir bens comercializáveis para trocar por manufaturados ou dinheiro”. RICHTER. Daniel. 2013. p. 249. Tradução livre da autora.

dígenas na prestação de serviços e também na administração de bens missioneiros imóveis e semoventes. Liniers também contestou as disposições do “fiscal protetor dos índios de V. R. Audiência de Buenos Aires”. Posicionou-se contra indígenas serem capatazes das estâncias missioneiras, contra sua liberdade de comercializar sem a presença de negociantes espanhóis nos Povos e contra o cultivo de terrenos e plantações como próprios de cada Povo. Sobre este último item, considerava que seria penoso para os índios “ter que deixar suas fainas ou seus ofícios” para atender às necessidades da comunidade. Talvez aqui possamos apontar mais um indício de que a narrativa indígena faz sentido, pois no contexto do advento da modernidade política nas Américas, com as independências, era um desafio enorme para boa parte dos povos indígenas manter o vínculo com a comunidade. As estratégias individuais e o descolamento do vínculo comunitário eram incentivados pelas políticas indigenistas da época. De maneira alusiva à história contada pelos índios, poderíamos considerar que, para aquele cuja perna foi abocanhada pelo tigre, também seria penoso deixar o barco para atender as necessidades dos demais. Contudo, permanecer navegando pelo rio, indefinidamente, não era possível. Liniers considerava mais apropriado que se mantivessem em seus negócios e fossem capazes de pagar os tributos que lhes eram cobrados, assim como deveriam deixar a cargo de agentes do governo a administração e o manejo das estâncias e de todos os bens que possuísem. Já na história indígena, aqueles que permaneceram no barco consideravam apropriado que o indígena que saltou em terra por si só conduzisse a situação de perigo, dando a maior atenção possível ao inimigo que impunha barreiras à sua mobilidade e colocava sua vida em risco. Sobre os indígenas serem capatazes de suas estâncias, Liniers ponderou:

Digo que a felicidade e prosperidade de um Povo depende da direção da estância, que há de prover não somente a subsistência, mas todos os recursos para a agricultura, cria de bois, de cavalos e mulas, comissão que exige uma inteligência, uma vigilância e uns conhecimentos nada vulgares, e por cujo desempenho se deve buscar sempre sujeitos a propósito sem reparar em salários, pois dele depende a ruína ou prosperidade de um povo, e sendo de notoriedade que nenhum índio tem estas qualidades, me parece que a prudência não permite pôr-se na contingência de ir experimentando (MITRE, Arm. B, C. 29, P. 1, Nº de Ord. 18).

Tais considerações, contrárias às aptidões e iniciativas indígenas na condução de seus negócios e bens, reiteram que a administração do trabalho dos índios era importante para o estabelecimento de políticas e negócios coloniais. Daí a enorme tendência em subdimensionar a autonomia praticada por eles em suas contínuas movimentações pelo espaço missioneiro, mesmo diante dos perigos e das dificuldades impostas pelas novas políticas que buscavam ordená-los e exercer efetivo controle sobre sua mão de obra. Dito em outras palavras, o propósito de tais considerações ou o motivo de levar “minha débil voz até seu trono”, como escreveu Santiago de Liniers ao rei espanhol, era:

[...] repetir-lhe que se se concede a estes índios a liberdade e se lhes distribui todas as terras desta Província, excluindo dela espanhóis, ou não tenho conhecimentos dos homens e perdi todo o tempo que dediquei a estudar estes naturais e adquirir tal qual ilustrações, ou se perdem estas Misiones, devendo-se necessariamente para tirar dela as incalculáveis vantagens que prometem, tratar de povoá-las como acima expus, e então tendo os índios modelos que imitar na indústria, economia e vida social, quem consuma os produtos de suas chácaras, único cultivo que entendem, quem empregar e assalariar em grande número, sem energia nem conhecimentos para ser proprietário, e lhes assegurar sempre sua subsistência e os meios para pagar seus tributos, então, dê-lhes uma boa liberdade e seja cumprido seu supremo desejo de melhorar a sorte deste índios (MUSEU MITRE, Arm. B, C. 29, P. 1, Nº de Ord. 18).

No aval de Liniers, posto que os índios missioneiros não dispunham de “energia nem conhecimentos para ser proprietário”, era necessário que formassem um corpo de trabalhadores cuja mão de obra pudesse atender às demandas regionais de administradores públicos e particulares. Se os indígenas não se transformassem em trabalhadores capazes de consumir a produção de mercados em expansão naquela época e pagar impostos, ou seja, se a exploração de sua força de trabalho não fosse capaz de movimentar a economia regional, a economia central seria, efetivamente, afetada. Os mais de trinta mil vassalos, de acordo com os cálculos de Liniers, precisavam trabalhar para que os exércitos se pusessem em estado minimamente satisfatório, para que a agricultura e a pecuária fossem impulsionadas, e precisavam pagar impostos para que o real Erário pudesse arcar com as ‘despesas’ administrativas dos povos missioneiros. Quer dizer, diversos tipos e modalidades de prestação de serviços pelos indígenas eram considerados indispensáveis ao impulso econômico da região platina. Porém, seu projeto de militarizar a Província missioneira e defender as fronteiras não deu certo, tampouco os planos para torná-la mais rica e rentável.

Quanto aos outros planos de Santiago de Liniers, não parece coincidência que, após diversos aprendizados durante a estada entre os índios, tenha deslanchado sua carreira política. Foi promovido a capitão de navio da Real Armada em Montevideu, no ano de 1796. Exerceu os cargos de governador de Misiones, entre os anos de 1803 e 1804. Entre os anos de 1804 e 1806, quando as dificuldades do comércio legal aumentaram a importância do comércio clandestino e as exportações de couros cresceram a ponto de praticamente dobrar num curto espaço de tempo¹², Liniers ocupou os cargos de comandante da estação naval de Buenos Aires e depois, da estação da enseada de Barragán (VAZQUEZ, 2012). Em 1806, quando houve a primeira das invasões inglesas à capital portenha, Santiago de Liniers foi à Banda Oriental buscar recursos para enfrentar aos invasores. Ou seja, depois de refletir

12 De acordo com Raúl Fradkin e Juan Carlos Garavaglia, “(...) as exportações de couros aumentaram de 340.000 peças anuais para 670.000 duas décadas depois”. Além disso, é importante informar que a atividade mineiradora em Potosí, que durante a década de 1790 cobria em torno de 60% dos gastos fiscais de capital do vice-reino, cobriu apenas 6% nos primeiros cinco anos do século XIX. FRADKIN, Raúl Osvaldo & GARAVAGLIA, Juan Carlos. *La Argentina Colonial: El Río de la Plata entre los siglos XVI e XIX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores. 2009. p. 200.

sobre estratégias para guardar as fronteiras de ataques estrangeiros, planejar a organização de milícias missioneiras, solicitar auxílios de armamentos e militares para instruir os índios a operarem armas de fogo durante seu mandato como governador de Misiones, Liniers resolveu sair do entorno urbano de Buenos Aires e ir aos campos orientais. Certamente, vislumbrava conseguir recursos humanos e materiais suficientes para fazer frente aos ingleses. Não se equivocara. De lá, voltou “com uns 500 soldados e mais de 400 milicianos (...). Em sua marcha foi somando partidas recrutadas na campanha e, em poucos dias, suas forças chegavam a 3000 efetivos” (FRADKIN; GARAVAGLIA, 2009. p. 201), o dobro de soldados que desembarcaram da frota inglesa em costas rioplatenses. Foi com este contingente que Liniers liderou a expedição de reconquista da capital. Como resultado, um cabildo aberto exigiu que o vice-rei renunciasse ao cargo, em agosto de 1806, ao passo que Liniers consolidava seu prestígio e liderança. Em fevereiro de 1807, quando os ingleses realizaram a segunda invasão, ocupando Montevideú, um grupo seletivo de membros da elite local, entre funcionários do governo, *vecinos* e autoridades militares determinou o completo afastamento do vice-rei marquês de Sobremonte e a transferência de seu cargo e atribuições a Santiago de Liniers, que passava a ser responsável pela defesa de todo o vice-reino do Prata. Em julho, depois de alguns sucessos na ocupação da capital da Banda Oriental, os ingleses capitularam. Os serviços prestados pelos soldados arregimentados contribuíram significativamente para a expulsão dos exércitos invasores da região, motivo pelo qual Santiago alcançou o mais alto posto político entre os anos de 1807 e 1809, o de vice-rei do Prata. A valorização de soldados oriundos de setores sociais marginalizados não era casual. Tomando como base as informações trazidas pelas fontes analisadas, a assertiva se fortalece. Os conhecimentos sobre as amplas extensões territoriais da região e sobre a localização de rebanhos, fruto da intensa circulação espacial e mobilização política dos indígenas, ou ainda, sobre os usos de plantas medicinais, adquiridos através de sabedorias ancestrais, fazia com que seus serviços junto às milícias e exércitos regulares fossem extremamente importantes naquele contexto. A militarização oferecia outros caminhos para alcançar a liberdade. Se a experiência de setores da elite peninsular e crioula no convívio com grupos sociais marginalizados possibilitou a ocupação de novos cargos políticos pelos primeiros, apresentou-se também como caminhos para a conquista de uma nova condição social para os segundos.

4 UMA OUTRA HISTÓRIA SOBRE AS AÇÕES INDÍGENAS

Como não é difícil de perceber, Santiago de Liniers interpretou a narrativa indígena menos como reflexo da realidade que viviam e mais como um retrato das diferenças culturais que qualificavam os comportamentos “morais destes índios acrescidos da sua nenhuma energia e estímulo” (GONZÁLEZ, 1946, p. 40). Mas é preciso reinterpretar as experiências

indígenas e seus modos peculiares de contar histórias a partir de outras fontes da época em que Santiago Liniers escreveu o relato, tendo em mira os interesses políticos e econômicos dos autores e dos atores dos registros. De acordo com o depoimento de uma testemunha, num processo movido por autoridades do vice-reino do Prata sobre a conquista de 7 dos 30 povos para a Coroa portuguesa, Manuel dos Santos Pedroso, um dos atores cujo nome ficou mais conhecido no conflito, “era tigreiro, ou caçador de tigres” (AGNA, Sala IX, 35-1-3)¹³. Ele caçava as feras com a permissão do tenente-governador do departamento de São Miguel. Maneco, como era chamado, também foi acusado de saquear carretas e outros bens dos povos e habitantes do departamento de São Miguel, onde se localizava 6 dos 7 povos à margem oriental do rio Uruguai (AGNA, Sala IX, 35-1-3). Em algumas ocasiões, em expedições de exploração e reconhecimento do território empreendido por autoridades coloniais, as tropas encontraram tigres, como eram chamadas os jaguares e onças da região. Numa delas, a tropa do capitão do regimento de Blandengues de Montevideu, José Rondeau, foi conduzida sob os cuidados e atividades dos guias indígenas Gusmão, Perú e Tomás Yaparé, que deram notícias da movimentação de rebanhos e outros grupos indígenas, além da presença de tigres que assustaram a tropa e a cavallhada (MITRE, 1804, Arm. B, C. 29, P. 1, Nº de Ord. 20).

A narrativa indígena que deu início ao texto deste artigo costumava ser contada e repetida por eles, de acordo com Santiago Liniers. Para ele, parecia não fazer sentido pelo fato de que, nas suas palavras, os indígenas eram selvagens dotados de pouca diligência. Entretanto, à luz das informações trazidas pelas fontes utilizadas neste artigo e do cruzamento entre elas, a narrativa poderia ser reinterpretada: indígenas costumavam navegar com certa liberdade pelos rios que cortavam os territórios divididos. Necessitaram fazer uma parada e, ao ultrapassar os limites que separavam as margens dos rios das terras sob distintos domínios coloniais, corriam o risco de serem atacados por inimigos, com quem dividiam o espaço. Mesmo assim, como a parada era necessária, mudaram do lugar onde pareciam seguros – embora talvez, desabastecidos de víveres – para o outro lado. Em terra, próximo, mas separado de seus companheiros que continuaram na água, um deles é atacado por um tigre, que não o domina por completo. A fera, outrora abundante por aquelas bandas, mas caçada devido ao risco que representava para os fazendeiros e negociantes de produtos derivados de gado, pois consumia a carne dos rebanhos e até mesmo os couros destinados ao comércio, refugiava-se às margens de lugares limítrofes. Quando as oportunidades se apresentavam, o tigre agarrava alguma presa e com ela tratava um confronto em busca

13 A palavra tigre, presente nas fontes, diz respeito à onça pintada ou felinos das “terras baixas” da América do Sul. Em geral, a literatura sobre religião guarani também faz menção a estes animais. Como exemplo: FAUSTO, Carlos. Se Deus fosse jaguar: canibalismo e cristianismo entre os Guarani (séculos XVI-XX). *Mana*, v. 11, p. 385-418, 2005; VANDER VELDEN, Felipe Ferreira. Animais exóticos de origem europeia ou africana entre povos indígenas nas terras baixas da América do Sul Notas para pesquisas futuras. *Estudios Latinoamericanos*. v. 38. p. 143-174. 2018.

da sobrevivência. O índio atacado pediu ajuda aos seus, que não o livraram da luta, mas o aconselharam usando uma espécie de psicologia reversa: o descuido com a fera faria com que ela o agarrasse melhor. Em outras palavras, se o índio estivesse atento aos perigos e ameaças quando resolvesse passar de um lugar a outro, o ataque seria menos efetivo, e, por conseguinte, haveria uma maior probabilidade de se livrar da emboscada em que caíra. Havia a alternativa de retornar ao barco, assim que o índio conseguisse, com sua própria atitude e animado pelo aviso dos seus, enfraquecer a abocanhada do tigre. Dar cuidado à fera, também implica conhecer as necessidades do inimigo. De todo modo, na situação descrita, era o indígena, e apenas ele, quem poderia se apoderar da luta contra o inimigo, libertar-se de suas garras e escolher entre retornar ao barco para junto dos seus ou permanecer em terra, arriscando enfrentar outras feras e talvez reencontrar aqueles que, porventura, tivesse deixado em outras paragens.

A história contada pelos indígenas e descrita por Santiago de Liniers não possui um desfecho. Em semelhança com o contexto, suas personagens principais enfrentariam vários perigos e desempenhariam distintos papéis ao longo daquelas décadas de embates pela posse de territórios, conflitos pelo estabelecimento de limites fronteiriços e disputas por posições sociais e recursos naturais. Os sujeitos partícipes nesta cena não tinham como prever que tais disputas romperiam com a ordem colonial. É preciso marcar que, na documentação consultada, as atividades dos índios parecem ser entendidas pelos autores do registro como importantes. Porém, não é seu objetivo destacar o quanto foram necessárias ou o quanto os indígenas eram sujeitos ativos. Assim, no mais das vezes, aparecem como se não pudessem estar em outros lugares, realizando outros serviços, não fossem aqueles de vaquejar, pelejar, obedecer a ordens, demonstrar boas performances na lida com o gado e nos campos de batalha. Mas estas descrições revelam muito mais do que aquilo que os autores do registro quiseram transmitir sobre as histórias indígenas e podem ser compreendidas de outra maneira. Embora muitas vezes fossem coagidos a integrar partidas militares e realizar acordos de prestação de serviços com estancieiros, políticos e autoridades do exército, os indígenas usavam tais oportunidades para exercer certa autonomia e controle sobre seus bens e territórios. Ao integrar milícias e exércitos, por exemplo, continuavam a circular por grandes extensões territoriais, colocando em prática um traço marcante de sua cultura, a mobilidade espacial ou 'a liberdade' da qual tratavam inúmeros relatórios administrativos, ordens e leis.

REFERÊNCIAS

FONTES

AGNA. Sala IX, 4-3-4, **Campo de Bloqueio da Banda Oriental**.

AGNA. Sala IX-18-3-3, **Misiones** (1803-1804).

MUSEU MITRE. **Seção de Manuscritos**. Arm. B, C. 29, P. 1, Nº de Ord. 20. Diário de operaciones en la Banda Oriental.

MUSEU MITRE. **Seção de Manuscritos**. Arm. B, C. 29, P. 1, Nº de Ord. 18. Representación al rey pelo capitán de la Real Armada D. Santiago Liniers, sobre as Misiones tapes y guaraníes de las que era gobernador interino.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL, A. F. **Os campos neutrais**. Porto Alegre: Planus, 1972.

BEVERINA, Juan. **El Virreinato de las Provincias del Río de la Plata: su organización militar**. Buenos Aires: Circulo Militar, Biblioteca del Oficial, 1935.

FAUSTO, Carlos. Se Deus fosse jaguar: canibalismo e cristianismo entre os Guarani (séculos XVI-XX). **Mana**, v. 11, p. 385-418, 2005.

GONZÁLEZ, Julio César. **Don Santiago Liniers: gobernador interino de los Treinta Pueblos de las Misiones Guaraníes y Tapes (1803-1804)**. Facultad de Filosofía y Letras: Publicaciones del Instituto de Investigaciones Históricas, N.º XCIV. Buenos Aires: Peuser S.A., 1946.

FRADKIN, Raúl Osvaldo; GARAVAGLIA, Juan Carlos. **La Argentina Colonial: El Río de la Plata entre los siglos XVI e XIX**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

GARCIA, E. F. Dimensões da liberdade indígena: missões do Paraguai, séculos XVII-XVIII. **Revista Tempo**. Dossiê "Missões na América ibérica: dimensões políticas e religiosas". Rio de Janeiro, v. 19, n. 35, p. 83-95, 2013.

MAEDER, Ernesto J. A. **Misiones del Paraguay: conflicto y disolución de la sociedad guaraní**. Madri: MAPFRE, 1992.

RICHTER, D. K. **Trade, land, power: the struggle for eastern North America**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013.

SAHLINS, Marshall. **Metáforas Históricas, Realidades Míticas: estrutura nos primórdios da história do reino das Ilhas Sandwich** [tradução e apresentação Fraya Freshe. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008 (1981).

SANTOS, C. M. **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII**. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL, Fundação Nacional Pró-Memória, 1984.

SILVEIRA, H. J. V. da. **As missões orientais e seus antigos domínios**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1979 [1909].

TAYLOR, A. **The Divided Ground: Indians, Settlers, and the Northern Borderland of the American Revolution**. New York: Alfred A. Knopf, 2006.

VÁZQUEZ-RIAL, Horacio. **Santiago de Liniers**. Madrid: Ediciones Encuentros, 2012.

WHITE, R. **The Middle Ground: Indians, Empires, and Republics in the Great Lakes Region, 1650-1815**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

WILDE, G. **Religión y poder en las misiones de guaraníes**. Buenos Aires: SB, 2009.

As Américas do general: um estudo da construção de uma memória histórica por José Ignacio de Abreu e Lima na missiva para José António Páez, 1868

Las Américas del general: un estudio de la construcción de una memoria histórica por José Ignacio de Abreu e Lima en la misiva a José António Paez, 1868

The general's Americas: a study of the construction of a historical memory by José Ignacio de Abreu e Lima in the missive to José António Páez, 1868

Paulo Montini¹

 <https://orcid.org/0000-0003-4376-0029>

Diogo Arruda Carneiro da Cunha²

 <https://orcid.org/0000-0002-3549-7059>

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar uma carta de José Ignacio de Abreu e Lima (1794-1869) ao venezuelano José António Páez (1790-1873) publicada em *O Novo Mundo*, periódico mensal lançado nos Estados Unidos por José Carlos Rodrigues (1844-1923) em abril de 1873. Partimos da seguinte questão: como Abreu e Lima, nesta missiva de 1868, se edifica enquanto ator histórico e labuta um projeto de *memória de si*? Para respondê-la, examinamos como o general construiu um *projeto de memória* reconstituindo sua trajetória em três momentos sucessivos: (i) durante as guerras de independência latino-americanas entre os anos 1820 e 1830; (ii) durante o período regencial, quando se instalou no Rio de Janeiro após uma passagem pela Filadélfia; e enfim (iii) no Recife, nos anos 1840, período de efervescência político-partidária que culminou na Insurreição Praieira. O estudo mostra que Abreu e Lima construiu o seu percurso memorialístico assumindo de forma consciente a sua biografia como a de um fiel *bolivarianista*, historicizando seus próprios passos e fazendo projeções àquilo que em sua leitura se delineava no horizonte político do país e, no fim, para si mesmo.

Palavras-chaves: Abreu e Lima; Memória de si; Guerras de Independência latino-americanas; Correspondência.

Resumo: Este artículo tiene como objetivo analizar una carta de José Ignacio de Abreu e Lima (1794-1869) al venezolano José António Páez (1790-1873) publicada en *O Novo Mundo*, periódico mensual lanzado en Estados Unidos por José Carlos Rodrigues (1844-1923) en abril de 1873. Partimos de la pregunta: cómo Abreu e Lima, en esta carta de 1868, se construye como actor histórico y trabaja un proyecto de memoria de *sí mismo*? Para responderla, examinamos cómo el general construyó un *proyecto de memoria* reconstruyendo su trayectoria en tres momentos sucesivos: (i) durante

1 Doutorando em História na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
E-mail: paulo.montini@ufpe.br.

2 Doutorado em História pela Universidade de Paris I, Panthéon-Sorbonne, França(2014). Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco.
E-mail: d1cunha@gmail.com.

las guerras de independencia latinoamericanas entre las décadas de 1820 y 1830; (ii) durante el período de la Regência, cuando se instaló en Rio de Janeiro luego de un período en Filadélfia, y (iii) en Recife, en la década de 1840, un período de efesversencia politico-partidista que culminó con la Insurrección Praieira. El estudio muestra que Abreu e Lima construyó su camino memorial asumiendo conscientemente su biografía como la de un *bolivariano* fiel, historizando sus propios pasos y haciendo proyecciones de lo que en su lectura se perfilaba en el horizonte político del país y, en definitiva, para sí mismo.

Palavras-chaves: Abreu e Lima; Memoria propria; Guerras de independencia latinoamericanas; Correspondencia.

Abstract: This article aims to analyze a letter from José Ignacio de Abreu e Lima (1794-1869) to the Venezuelan José Antonio Páez (1790-1873), which was published in *O Novo Mundo*, a monthly periodical launched in the United States by José Carlos Rodrigues (1844-1923) in April 1873. Our exploration begins with a fundamental question: how does Abreu e Lima, in this 1868 letter, construct his identity as a historical figure and engage in a project of *self-memory*? To address this inquiry, we delve into how Abreu e Lima developed a *memory project* by outlining his journey in three distinct phases: (i) during the Latin American wars of independence in the 1820s and 1830s; (ii) during the regency period, when he resided in Rio de Janeiro following a stint in Philadelphia; and finally, (iii) in Recife during the 1840s, a time of revolutionary fervor that climaxed in the Praieira Insurrection. The study reveals that Abreu e Lima crafted his memoir by purposefully embracing his life story as that of a dedicated *Bolivarian*, contextualizing his own experiences, and envisioning what he perceived as the country's political trajectory and, ultimately, his own.

Keywords: Abreu e Lima; Self-Memory; Latin American Wars of Independence; Correspondence.

1 INTRODUÇÃO

Foi sob o título de **Um Heroe Brasileiro** que o redator José Carlos Rodrigues (1844-1923) publicou em *O Novo Mundo: Periodico Illustrado do Progresso da Edade*, jornal mensal de sua autoria lançado desde Nova Iorque, nos Estados Unidos, uma longa carta pessoal de José Ignacio de Abreu e Lima (1794-1869) em abril de 1873. Fundado, redigido e editado por Rodrigues, o *Novo Mundo* buscou levar aos seus leitores notícias e artigos de opinião que se embasavam no cabedal do “novo-liberalismo” brasileiro, enxergando no modelo administrativo e nas instituições políticas norte-americanas um modelo a ser seguido pelo então Império do Brasil (ASCIUTTI, 2010, p. 51-53). Publicado entre 1870 e 1879, totalizando cento e oito edições lançadas, o *Novo Mundo* apresentou a missiva de Abreu e Lima como um “documento importantissimo para a biographia do illustre Brasileiro”, reservando no seu número 31 de 1873 um espaço considerável à carta ao trazê-la na íntegra, ocupando boa parte da décima página da folha naquele dia. Afinal, a missiva era uma resposta de Abreu e Lima a uma correspondência do venezuelano José Antonio Páez (1790-1873), um dos militares que atuaram ao lado de Simón Bolívar (1783-1830) nas campanhas de independência no então Vice-Reino de Nova Granada, ex-presidente da Venezuela por três mandatos e um dos seus

antigos companheiros de armas na América do Sul dos anos 1820, que encontrava-se habitando a cidade de Nova Iorque desde os anos 1860.

Este estudo objetiva examinar esta carta de 1868 e, assim, realizar um movimento de pesquisa inédito nos estudos daqueles que analisaram Abreu e Lima e o seu legado. Afinal, como um tipo de escrita de si, a feitura de cartas “revela o desejo de registrar os acontecimentos” para preservá-los do esquecimento, em atividade que o próprio autor cria uma memória de si e também dos outros (FREDRIGO, 2010, p. 63). Entre prospecções, saudosismos, lembranças e angústias repartidas, identificamos, neste documento que permaneceu num ângulo morto da literatura historiográfica sobre Abreu e Lima, vestígios da construção de um *projeto de memória* por parte do general. Portanto, construímos este estudo em torno da seguinte problemática: como José Ignacio de Abreu e Lima, nesta missiva de 1868 para José Antonio Páez, se edifica enquanto ator histórico e labuta um projeto de memória de si?

Para responder a essa problemática, dividimos o artigo em três segmentos. No primeiro, examinamos a especificidade das correspondências como fonte histórica e buscamos situar a missiva de Abreu e Lima no conjunto da sua obra. No segundo, analisamos o processo de “escrita de si” do general através da forma como ele reconstrói sua trajetória nos momentos decisivos das Guerras de Independência latino-americanas ao lado de alguns dos protagonistas desses acontecimentos, como o próprio Bolívar, Francisco de Paula Santander e Antonio Leocadio Guzmán. No terceiro, enfim, focamos numa análise aprofundada do documento, sem deixar de acompanhar os desdobramentos da atuação de Abreu e Lima no Rio de Janeiro, nos anos 1830, e no Recife nos anos 1840.

2 AS CORRESPONDÊNCIAS COMO FONTES HISTÓRICAS E O LUGAR DA MISSIVA DE ABREU E LIMA EM SUA PRODUÇÃO INTELECTUAL

No universo que é a produção escrita de Abreu e Lima, esta carta de autoria do brasileiro a Páez distingue-se dos seus demais textos pela finalidade do seu conteúdo. Ela não é uma produção de cunho historiográfico, como o são parte de seus livros, nem uma daquelas tantas folhas de ímpetos político-partidários que Abreu e Lima lançara às ruas enquanto redator na Colômbia e no Brasil. Pelas palavras de seu próprio autor, esta missiva carrega “recordações de meio século” (O NOVO MUNDO, número 31, 23 de abril de 1873)³, e nisto se identifica a sua distinção dentre os outros escritos do general: ela é um dos raros exercícios memorialísticos do sujeito que atravessou grande parte da primeira metade dos Oitocentos

3 Para melhor apreciação da leitura, decidimos manter a ortografia da missiva de Abreu e Lima – e de demais documentos – de acordo com a publicação original, e para evitarmos a referência constante à fonte, no caso deste artigo a carta publicada no *Novo Mundo*, em notas de rodapé, optamos por referenciá-la apenas em caso de citações diretas, evitando assim um extenso número de notas rediadas ao decorrer deste trabalho.

dedicando-se, pelas palavras ou pelas armas, a espalhar Luzes, razão, progresso e modernidade em parte da América do Sul.

Em meio a uma bibliografia volumosa como a de Abreu e Lima, nota-se a importância desta carta enquanto fonte para o pesquisador interessado nas suas produções ou em sua biografia. Afinal, ao longo dos seus 75 anos de vida, o general redigiu e editorou pasquins, escreveu obras de cunho historiográfico e envolveu-se na opinião pública de espaços tão díspares como a Colômbia bolivarista da década de 1820, o Rio de Janeiro dos anos 1830 e o Recife da década de 1840, assumindo proeminência no campo das letras – e além delas, pelos não poucos debates políticos acalorados – em todos eles.

O Ocidente foi marcado, no século XIX, pela *revolução*, tendo-se vivido nesse período à sombra da sua eclosão (CATROGA, 2009, p. 186). A possibilidade de uma subversão violenta da ordem não estava dissociada, além do mais, de uma mudança estrutural profunda denominada por Reinhart Koselleck como *Sattelzeit*, experimentada enquanto a transição do sistema político conceitual do Antigo Regime para o constitucionalismo e o liberalismo, abrindo um novo horizonte de expectativas democrático (KOSELLECK, 2006). Abreu e Lima experimentou as esperanças e os temores que o conceito de revolução então alimentava no imaginário e nas experiências dos homens e mulheres oitocentistas: vivenciou as repressões contrarrevolucionárias e realistas no Dezessete, que marcariam as capitânicas do Norte brasileiro que declararam a independência frente à Coroa Lusitana; abraçou a causa da gesta emancipatória e dos sonhos de uma Grã-Colômbia de Simón Bolívar, servindo ao *Libertador* pelas letras e pelas espadas, o que lhe angariaria o grau militar de generalato; no Rio de Janeiro, capital do único regime reinol sul-americano, defendeu posições monárquicas e politicamente conservadoras; no Recife, marcado por tensões partidárias na segunda metade da década de 1840, se aproximaria do socialismo romântico e de uma filosofia da História reacionária. E, à parte uma breve nota de rodapé sobre o trauma vivido em 1817 no seu *Compendio da Historia do Brasil*, de 1843, nenhum outro texto desta ampla produção do general traria as lembranças ou recordações escritas das experiências vividas pelo autor⁴.

Este exercício no *Compendio* sobre 1817 nos permite observar o esforço de Abreu e Lima em relatar, neste livro que escrevera com a pretensão de edificar a “História Pátria”

4 O que não quer dizer, quanto a fontes do tipo, que cartas de Abreu e Lima já não houvessem sido publicadas na imprensa anos antes. Na primeira metade da década de 1830, algumas missivas particulares do general aos seus irmãos seriam divulgadas em pasquins do Rio de Janeiro e no *Diario de Pernambuco*: no ano de 1831, por exemplo, o pasquim *Homem e a America* tornava pública uma carta em que Abreu e Lima anunciava seu retorno ao Brasil, após anos na Grã-Colômbia, e em que repartia angústias e apreensões quanto à instabilidade do país, institucionalmente abalado pela abdicação de Pedro I em abril deste ano, e em 1834 o *Diario* publicaria missiva do general em que este oferecia seus conhecimentos militares à causa dos cabanos, naquela insurreição das Carneiradas comandada por revoltosos em Pernambuco e Alagoas, por exemplo. (HOMEM E A AMERICA, número 7, 25 de novembro de 1831). (DIARIO DE PERNAMBUCO, número 292. 12 de janeiro de 1834).

brasileira, parte da repressão contrarrevolucionária que presenciara. No sexto capítulo do primeiro volume da obra, “1808-1821”, Abreu e Lima inicia sua recordação ao lembrar “o horror d’aquella noite” de 28 de março em que seu pai, José Ignacio Ribeiro (1768-1817), também conhecido como Padre Roma, fora fuzilado a mando da repressão realista lusitana sob ordens de Marcos Noronha e Brito, o Conde dos Arcos (1771-1828). O episódio, ocorrido na cidade de Salvador, contou com a presença do próprio Abreu e Lima e de seu irmão, Luiz Roma. Aprisionados no Rio de Janeiro antes da eclosão revolucionária de março no Recife, os irmãos foram levados à Bahia apenas para assistirem o martírio do pai (ABREU E LIMA, 1843, p. iii, 285).

Apesar de sua relevância enquanto fonte, pouca atenção à missiva de 1868 fora reservada no espaço das análises empreendidas na literatura, historiográfica ou não, que tratam do general. Sobre a historiografia, constata-se que o amplo número de escritos da autoria de Abreu e Lima decerto atrairia já nos anos seguintes ao seu falecimento, no ano de 1873, a atenção dos que buscavam em suas obras fontes para a elucidação de questionamentos e problemáticas mais diversos. Em fins do XIX e começo do XX verbetes biográficos seriam publicados sobre o *ilustre* general, e apenas na segunda metade do século XX Abreu e Lima seria recuperado com mais atenção na academia brasileira – e, principalmente, fora dela: entre as décadas de 1960 e 1980 alguns escritos de vulto de sua autoria, como *O Socialismo* e a *Sinopse dos fatos mais notáveis da História do Brasil*, seriam republicados no Brasil e na Venezuela. Também data deste momento a grande referência escrita sobre o general, a biografia *Abreu e Lima: general de Bolívar*, escrita pelo cientista político Vamireh Chacon em 1983 com financiamento do governo venezuelano.

Contudo, e apesar de referenciada no *Diccionario biographico de pernambucanos celebres* escrito pelo advogado e político Francisco Pereira da Costa (1851-1923), de 1882⁵, e no *General de Bolívar*, em que Chacon a descreve como “sempre citada, porque indispensável” (CHACON, 2007, p. 247), a carta para Páez não encontraria maiores recepções na historiografia voltada a Abreu e Lima. Neste último trabalho, a carta seria reproduzida acriticamente, mesmo neste exercício biográfico laureado pelo próprio autor como aquele de “mais rigor metodológico” em comparação às outras produções sobre Abreu e Lima (Idem, ibidem, p. 23), abordada como uma fonte óbvia daquilo que supostamente continha *per se* aquilo que ocorrera de forma empírica no passado⁶.

5 Francisco Costa transporia a carta de forma integral no verbete sobre Abreu e Lima em seu *Diccionario*. (COSTA, 1882, p. 551-556).

6 Para ficarmos nos termos do historiador alemão Jörn Rüsen sobre aqueles que interpretam uma fonte como a própria origem do “processo histórico”, sem a consideração de maiores problematizações ao documento (RÜSEN, 2015. p. 76).

Compartilhamos da consideração de que por meio do trabalho a partir dos epistolários é possibilitado, ao historiador atento aos métodos historiográficos que este tipo de fonte exige, a identificação de vestígios que apontam à “história que o missivista (autor que se cria a partir do texto e que é também recriação do próprio texto) queria legar à posteridade” (RÜSEN, 2015, p. 34). Ao debruçarmo-nos sobre cartas, consideramos como estas, enquanto textos que permitem a reflexão e a narração pelo autor de sua própria experiência vivida em uma narrativa a ser partilhada com outrem, carregam memórias do próprio ator histórico, e ao historiador munido de seus métodos, portanto, permite-se a extração da história destes projetos de narrativa. Em fontes deste tipo, “o instigante é decifrar” aqueles vestígios que, presentes nesse tipo de gênero e insertos de forma voluntária ou não, foram pensados e esculpidos “como uma contribuição à memória do personagem” (Idem, ibidem, p. 88).

O *Novo Mundo*, em seu breve anúncio de publicação desta correspondência de Abreu e Lima, não hesitava nas apreciações sobre o general após o contato com esta missiva de 1868. O brasileiro era apresentado por José Carlos Rodrigues como um “compatriota” cujas virtudes e bravuras só foram devidamente apreciadas após o momento de sua morte, em 1873. Apologista do protestantismo, prática religiosa da qual era adepto e que faria um dos pilares da linha editorial deste seu periódico, Rodrigues recordaria a insólita situação do sepultamento de Abreu e Lima no Recife. Foi à causa da defesa de liberdade religiosa que o general vinha publicando artigos no maior jornal de Pernambuco, o *Diário de Pernambuco*, e havia escrito seus dois últimos livros, *As Bíblias falsificadas* e o *Deus dos judeus e o Deus dos cristãos*, ambos datados de 1867, entrando em atrito com os representantes locais da Igreja Católica, como o bispo de Olinda Francisco Cardoso Ayres (1819-1887). Com a morte de Abreu e Lima, Ayres impediria seu sepultamento no Recife pela defesa daquele à liberdade do credo, e, negada a sepultura em cemitério público na capital da província pernambucana, restou ao corpo do general o jazigo no Cemitério Britânico, espaço internacional da cidade naqueles anos.

Se a recuperação da figura do Abreu e Lima na opinião pública teria se dado em muito pela decisão embaraçosa das autoridades da Igreja Católica em Pernambuco, que “negando a seu cadáver uma sepultura no seu cemitério” acabaram por atrair “para o falecido a atenção geral”, a apresentação do *Novo Mundo* também destacou as atividades intelectuais do general. “ABREU E LIMA escreveu uma *Historia do Brasil* que por muito tempo servio de compendio nas aulas do seu proprio paiz”, escrevera Rodrigues em referência ao *Compendio* de 1843 do general. O texto do *Novo Mundo* ressalta, contudo, que “não é, porem, como historiador” que o brasileiro deveria ser mais reconhecido por seus coevos (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873).

Foi por tomar “parte activissima nas lutas que estabeleceram a independencia da Venezuela e da Colombia”, nos anos 1820, e guerrear “sob o general J. A. PAEZ, o primeiro presidente da Venezuela e o braço direito de BOLIVAR”, nestas campanhas independentistas contra a Coroa espanhola no norte da América do Sul, que o nome de Abreu e Lima “merece-nos maior respeito”, como um homem das armas, “guapo soldado” dos exércitos libertadores, explica Rodrigues (Ibid). Uma leitura, esta do *Novo Mundo*, decorrida em muito do itinerário biográfico tecido pelo próprio general nesta carta, como veremos.

3 A CONSTRUÇÃO DO PROTAGONISMO NA GRÃ-COLÔMBIA

Escrita em português, porque “ha trinta annos que não escrevo o hespanhol”, data de 18 de setembro de 1868 e remetida do Recife ao “Exm. Sr. general J. A. PAEZ [...] Meu querido general e amigo”, a missiva era iniciada com o anúncio de como agradáveis surpresas alcançaram Abreu e Lima: a primeira era de que “vive o general PAEZ, que eu suppunha morto” desde que lera sobre o seu falecimento em um terremoto, na cidade venezuelana de Cumaná⁷, e a outra era a descoberta de que seu amigo e companheiro de armas não o esquecera, que não o “havia olvidado” ao longo de mais de quatro décadas. Eram notícias que o enchiam “de prazer e de serio contentamento”.

Era uma carta de resposta, esta de 1868, porque a iniciativa do contato fora de José Páez com uma “preciosa carta de 16 de julho”, e também de agradecimentos da parte do brasileiro. Junto à primeira missiva, o ex-presidente venezuelano enviara a Abreu e Lima seus livros de *Memorias* e *Maximas*, obras em que certamente rememorava as ações independentistas nas antigas colônias hispânicas e o processo de construção da República da Grã-Colômbia. A leitura das *Memorias* de Páez, sobretudo, é o mote para Abreu e Lima arrematar como “não me esqueço um momento de Colombia”⁸, porque

Se durante 13 annos que servi naquelles paizes, contando com as commissões fóra, tive muitos desgostos, soffri muitas intrigas como estrangeiro; por outro lado nenhum official mereceu nunca as distincções e amizade de tudo quanto havia de mais grado no paiz como eu – essa amizade foi sempre tão distincta entre os homens, como entre as mulheres. General, ainda conservo o relógio que V. me deu, depois da batalha de Carabob [sic], ha 47 annos!! poderia eu esquece-lo nunca? (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873).

Percebe-se a presença das memórias da fase grã-colombiana em Abreu e Lima, materializadas no armazenamento de relicários adquiridos naqueles anos ao lado de Páez, Bolívar e tantos outros próceres engajados na independência da região. Do *Libertador*, por

7 “Eu [o] suppunha morto, desde que li em um jornal, que V. havia succumbido em Cumaná por effeito de um terremoto, que havia abbatido o quartel sobre V” (O NOVO MUNDO, nº, 23 de abril de 1873).

8 Ao escrever “Colombia”, Abreu e Lima refere-se à extinta Grã-Colômbia, cujo território hoje compreenderia à atual Venezuela. Colômbia. Equador e Panamá.

exemplo, confirma a Páez como ainda conserva um busto de ouro “que elle mesmo [Bolívar] me deu como um diploma muito honroso” pelos serviços prestados à causa da emancipação grã-colombiana, e afirmaria em mais de uma vez neste relato como ainda armazena muitos outros “documentos honrosos” adquiridos naqueles anos andinos⁹.

Esta primeira leitura da carta nos revela como esta fase militar da sua vida, dedicada às causas de Bolívar, era motivo de orgulho, e Abreu e Lima não escondia o apreço pelas distinções e por “todas as minhas patentes de Colombia” e “todas as minhas condecorações” granjeadas em serviço naqueles anos de lutas contra as tropas realistas espanholas. Já estavam há décadas de distância os momentos em que a participação do brasileiro nas independências que dominaram o norte da América do Sul havia sido questionada, posta em xeque ou alvo de zombaria por redatores de renome da opinião pública brasileira, em especial no Rio de Janeiro do início da década de 1830¹⁰. Este escrito para Páez não se aproximaria das defesas, apaixonadas ou virulentas, conforme a exigência das respostas a cada insinuação do tipo, que Abreu e Lima fizera destas atividades na opinião pública fluminense. Antes, seria em retrospecto que o brasileiro rememore com o venezuelano os exercícios militares e parte das suas atividades intelectuais com os independentistas, que lhe valeriam o seu tão apreciado título de *general*.

Foi como um expatriado e vítima de uma violenta contrarrevolução que Abreu e Lima consideraria sua situação a Páez na carta, quando de sua chegada às armadas bolivarianas naquele ano de 1819 e já há muito engajadas em luta contra os metropolitanos espanhóis. Uma situação de apátrida que nem mesmo suas condições de jovem capitão de artilharia no Brasil, de pertencimento a “uma das mais distinctas familias deste paiz” ou de “educação de príncipe” pudera evitar nas repressões ao Dezessete. “General! ninguém sabia quem eu era”, conforme pôs na carta, do mesmo modo como ali na Venezuela e na Nova Granada, em lutas por independência, ninguém sabia que aquele brasileiro, aos 25 anos, “tinha sido victima da primeira revolução, que se fizera no Brasil (1817) pela independencia deste paiz [...] em que meu pai fôra fuzilado, e eu escapei por milagre, da cadeia da Bahia” (Ibid).

“Então eu não tinha patria, e fiz de Colombia a minha patria”, assumiria. Se em sua petição de 1819, escrita desde os Estados Unidos e enviada ao *Libertador* para préstimos de serviço ao exército *patriota*, Abreu e Lima prometia sacrifícios “por la independencia y libertad de Venezuela, y de toda la América del Sur”, o brasileiro veria o nascedouro da pátria

9 “Saiba V. que conservo todos os meus diplomas, attestados, cartas particulares, com poucas que se perderam; e de que V. conservo muitos documentos honrosos”. (Ibid).

10 Algumas das quais trataremos mais à frente. Desde aqui salientamos que as intrigas entre estes personagens, contudo, merecem ser vistas pelo historiador sob as lentes metodológicas que permitem maior observação e análise das culturas políticas que dominavam o campo da opinião pública fluminense nestes anos do período recencial brasileiro.

já nas frentes militares deste mesmo ano¹¹. Sobre a decisiva batalha de Queseras del Medio, recordaria como vira Páez “com 150 homens arrojar todo o exercito” de Pablo Morillo (1775-1837), comandante militar enviado desde a Espanha para pôr fim ao ímpeto independentista e revolucionário de Simón Bolívar, em 1819. A vitória nesta batalha, além de garantir o controle sobre os rios Apure e Arauca aos *patriotas*, na Venezuela, seria uma das derrotas mais desmoralizantes das tropas metropolitanas no conflito. Sob as ordens diretas de Páez, 153 lanceiros a cavalo avançaram em carga sobre os mais de mil homens comandados por Morillo, em uma das manobras militares mais significativas das campanhas de independência da região. Os independentistas sofreriam apenas seis baixas, contra cerca de 400 da companhia rival. Sobre o ataque, Bolívar escreveria como “jamás se ha visto un combate ni más desigual ni más glorioso para las armas de la República” (MEMORIAS DE VENEZUELA, número 62, março de 2019, p. 7). Na companhia do general venezuelano Carlos Soublette (1789-1870) e do próprio *Libertador*, Abreu e Lima assistira, nos fulgores desta contenda, “fugir a cavalaria hespanhola diante dos pelotões de V.; eu vi a infantaria [sic] inimiga recuar até a orelha do monte” (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873).

Era o desabrochar de uma incipiente Grã-Colômbia independente dos domínios espanhóis e do próprio Abreu e Lima enquanto militar do panteão bolivarista, que entraria em posições de comando no Exército *patriota* já no ano seguinte às escaramuças de Queseras del Medio. Uma carreira em muito devida aos préstimos de Páez, acarretados nos “postos de tenente-coronel e de coronel” que “foram-me dados por proposta sua” (Ibid), entre 1819 e 1820, e no posto de chefe do Estado Maior do Exército e do departamento militar das províncias venezuelanas de Caracas e Barinas, concedido ao brasileiro em setembro de 1821 após a aprovação direta de Simón Bolívar ao pedido de Páez indicando-o para o cargo¹².

Os reconhecimentos de Abreu e Lima a Páez pelas distinções gratificadas em serviço, pela referência nas campanhas militares, pela própria amizade, e até mesmo pela hospitalidade, não são economizadas nesta missiva. Quando ainda se encontrava em status de quase anonimato dentre as fileiras do exército bolivarista, Abreu e Lima recorda que foi Páez quem lhe criou as primeiras condições de sociabilidade naquele espaço e sociedade ainda estranhos; quando foi designado ao comando do Estado Maior na Venezuela, por exemplo,

11 Esta carta de Abreu e Lima, endereçada ao “Sr. Presidente de la Republica” Simón Bolívar, seria escrita em fevereiro de 1819. Nela, o jovem capitão de artilharia “José Ignacio Ribeiro de Abreu e Lima”, “del mismo nombre y apellido” do pai, exporia suas motivações para engrossar as fileiras do exército independentista sobre as ordens do *Libertador*. (ABREU E LIMA, in VILA (org.), 1953, p. 54).

12 Ofício de número 6291, em que Bolívar comunica a Abreu e Lima sua nomeação, e o ofício 6290, no qual o *Libertador* informa a Páez como “ha tenido a bien aprobar la propuesta” feita por este último, no dia 19 de agosto de 1821, de dar tal promoção ao brasileiro. Estas correspondências oficiais podem ser acessadas no site *Archivo del Libertador*. <http://www.archivodellibertador.gob.ve/escritos/buscador/spip.php?article7817>, acesso em: 12 jan, 2024; <http://www.archivodellibertador.gob.ve/escritos/buscador/spip.php?article7802>. acesso em: 12 jan. 2024.. respectivamente.

Abreu e Lima cumprira parte das ordens de serviço “na sua propria residencia [de Páez] em Caracas”, onde “vivi no centro de sua familia, a quem devo milobsequios, mil favores”. Dali só se separaria do general *llanero* em 1825 e “bem descontente”, ao atender a ordem do general venezuelano Rafael Urdaneta (1788-1845) para servir nas províncias de Zulia, na Venezuela, e Bogotá, na Colômbia (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873).

Foi próximo aos militares mais fiéis ao *Libertador*, percebemos segundo a própria retrospectiva biográfica na carta, que o brasileiro construíra a sua rede de sociabilidade na Grã-Colômbia independente. Servira “com os mais distintos generaes da America” e também seria reconhecido como tal pelos ilustres pares de armas, como afirmaria ao recordar os préstimos dos venezuelanos Mariano Montilla (1782-1851) e Antonio Sucre (1795-1830). Para Bolívar, por exemplo, Abreu e Lima se distinguiria pelo “titulo de *guapo*”, e *guapo* “na sua bocca era o maior elogio que se podia fazer em Colombia a um chefe!” (Ibid). Páez também deixaria seus testemunhos sobre a eficácia de Abreu e Lima nos campos de batalha contra os espanhóis. Em suas *Memorias*, o comandante venezuelano citaria “el comandante José de Lima, portugués”, como um dos bravos oficiais feridos após as escaramuças em Carabobo, em junho de 1821, e como o tenente-coronel que com 25 lanceiros ajudou no cerco a Puerto Cabello, em novembro de 1823 (PÁEZ, 1916, p. 243). Pela presteza nestes combates, Páez presentearia Abreu e Lima com um relógio de estimação “como lembrança pessoal” (GUIMARÃES, 1926, p. 16). Na carta de 1868 o brasileiro declarava, enfim, o orgulho “de haver servido a Colombia” naqueles anos de luta contra o inimigo espanhol e de estabilização do novo Estado sul-americano.

Mas Simón Bolívar não ficou grato a Abreu e Lima apenas pelos desempenhos nos campos de batalha ou na administração do Estado Maior. Foi em 1829, na cidade de Bogotá, que o *Libertador* encarregaria o brasileiro em seu maior compromisso até então naquele seu período grã-colombiano, em uma missão fora dos *fronts* militares. Encarregado por ordens diretas do mandatário dos *patriotas*, Abreu e Lima deveria produzir uma obra destinada ao abade de Pradt (1759-1837) que, por este momento, encontrava-se envolvido em discussões com o pensador suíço Benjamin Constant (1767-1830) na Europa. Ambos discutiam na imprensa do continente europeu daquele momento as medidas políticas e as desventuras de índole autoritária do venezuelano à frente da Grã-Colômbia. “Á vista de todos os seus documentos, que [Bolívar] pôz á minha disposição”, Abreu e Lima escreveria o *Resumen histórico de la última Dictadura del Libertador Simón Bolívar* em resposta à “tremenda accusação” veiculada por Constant na opinião pública europeia. “Não faz idéa como o libertador me agradecido por esse trabalho”, revelaria a Páez, e “é a elle a quem devo o meu posto de general” (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873)¹³.

13 Ainda falta, na historiografia brasileira, uma literatura que dê conta da construção do *Resumen*, dos pen-

É ao recordar seus anos colombianos na carta para Páez que percebemos como Abreu e Lima, reconhecendo-se, estranhando-se ou distanciando-se em sua narrativa daquilo que já fora um dia, atualiza a sua *ipseidade*, ao dialogar de forma passiva com seus passados e elaborando um sentido determinado à sua vida até aquele momento. De um apátrida fugido de sua terra natal, filho de um mártir revolucionário e herdeiro de uma das mais nobres famílias daquele país que lhe proporcionou uma esmerada educação na juventude, ao *guapo* militar aos olhos do próprio *Libertador* da América do Sul, Abreu e Lima tece a sua narrativa biográfica quando une “os instantes do seu *iter* existencial numa espécie de linhagem contínua e finalística” (CATROGA, 2009, p. 25). Para Páez, já ex-presidente da Venezuela neste ano de 1868 e dono de uma exitosa carreira política e militar, o brasileiro apresenta a sua identidade na fase colombiana em forma de uma trajetória ascendente, calcada passo a passo no combate militar com o inimigo espanhol e no campo das letras contra os detratores da ordem bolivarista. Caminhada de consumação de uma identidade resumida em uma oração sua na missiva: “adquiri [na Grã-Colômbia] a reputação de um chefe valente, ilustrado e muito fiel” (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873). Construiu-se, portanto, como militante ardoroso da causa emancipacionista e do projeto colombiano, por isso premiado com cargos públicos e reconhecido militarmente por aqueles exímios integrantes dos exércitos *patriotas* e, acima de tudo, pelo próprio *Libertador*.

O fortalecimento da identidade pela memória, como a de um Abreu e Lima bolivarista fiel nesta missiva de 1868, é uma construção processual que mereceu uma atenção especial na literatura acadêmica. Maurice Halbwachs já percebeu, em seus estudos sobre a memória nas primeiras décadas do século XX, que aquelas lembranças que guardamos em cada época da vida reproduzem-se sem cessar, permitindo a perpetuação do sentimento da nossa identidade (HALBWACHS, 1976, p. 89). O antropólogo Joël Candau também enxergou como a memória necessariamente precede a construção da identidade, podendo ser reativada pela própria “demanda identitária”. Neste jogo de mão dupla entre memória e identidade, em que ambas se reforçam mutuamente, a memória participa e gera a construção identitária enquanto esta molda as predisposições que levarão os sujeitos a incorporarem “certos aspectos do passado”, levando-os a realizarem as suas escolhas memoriais (CANDAU, 2019, p. 18-19).

Jacques Le Goff também compreendeu este fenômeno individual e psicológico da memória, esta “propriedade de conservar certas informações” que permite ao sujeito a atu-

samentos ali colhidos por Abreu e Lima diretamente dos arquivos de Bolívar para criar uma imagem deste enquanto político, de suas recepções na Grã-Colômbia e na própria Europa, para onde sua narrativa fora planejada. Na literatura, se Chacon não dará maiores atenções ao *Resumen* em seu *General de Bolívar*, o tratando enquanto “rara síntese de paixão e exatidão” nas defesas de Abreu e Lima encaminhadas às acusações de Constant (CHACON, 2007, p. 169), maiores considerações sobre esta obra vêm do romance histórico do economista Sergio Bruni, que em seu *O mui desassossegado Senhor General*, de 2010, o considera uma produção de “total fidelidade [...] ao ideário bolivariano” da parte de Abreu e Lima (BRUNI, 2010, p. 58-59).

alização de suas impressões e informações passadas, para elaborar suas famosas considerações acerca da memória coletiva dos povos e nações (LE GOFF, 2019, p. 387). Se Le Goff apontara a crucialidade do conceito de memória, Paul Ricœur, por sua vez, elaboraria sobre as tensões indivíduo/coletivo no eixo das recordações, observando que nessa polaridade “não nos lembramos somente de nós, vendo, experimentando, aprendendo, mas das situações do mundo, nas quais vemos, experimentamos, aprendemos”. Nestas situações, implicam-se o nosso próprio corpo com o corpo dos outros no “horizonte dos mundos, sob o qual alguma coisa aconteceu” (RICOEUR, 2007, p. 53).

Portanto, nota-se que a memória e a própria atividade memorialística são construções intelectuais, modos de seleção sobre o passado (DOSSE, 2017, p. 217). Percebe-se a nitidez deste movimento de fomento identitário na narrativa do Abreu e Lima se considerarmos como a produção de um missivista volta-se às narrações e reflexões “de uma experiência vivida, mais do que a apreensão totalizante de suas ações”. Naquele diálogo estabelecido na escrita de uma carta, em que o autor conversa consigo mesmo, ele também se reconstrói enquanto *personagem* ao destinatário, e neste exercício o brasileiro estabeleceu os fios narrativos da sua biografia, construindo-se e reconstruindo-se constantemente ao criar uma “narrativa que convive com [...] egos distintos e em conflito” (FREDRIGO, 2010, p. 56, 62).

Trata-se de um percurso biográfico, os destes anos colombianos, que a parca historiografia brasileira que trata do Abreu e Lima certamente ainda não conseguiu dimensionar satisfatoriamente em suas problemáticas voltadas às suas produções e ideias¹⁴. Porque se a trajetória de vida do Abreu e Lima iria muito além daqueles anos 1820 vividos na Grã-Colômbia, o brasileiro também comporia sobre seus momentos de controvérsia, de polêmicas e de contradições no norte da América do Sul em sua carta para Páez.

Se a década de 1820 seria a das glórias militares, da construção de amizades e das promoções alcançadas nos exércitos bolivarianos para Abreu e Lima, também seriam os anos de desconfianças, intrigas, artimanhas políticas e rancores que dominariam o alto escalão político colombiano e que o atingiriam. Mesmo com o andar das décadas, as lembranças destas intrigas não arrefeceriam, permanecendo vivas o bastante para o brasileiro neste fim dos anos 1860: a informação da morte de Páez no suposto terremoto em Cumaná remetia ao general, por exemplo, a “mais um de tantos embustes, com que o odio politico costuma alimentar-se” (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873). Porque os crescentes conflitos de interesses políticos individuais e as querelas políticas entre os altos escalões dos exércitos *patriotas*, que corroíam as frágeis instituições político-administrativas da Grã-Colômbia e se distanciavam dos ideais *unitarios* de Simón Bolívar, não deixariam de ser objetos de reflexão

14 Em que pese o *Abreu e Lima* de Chacon (CHACON, 2007, p. 113-175). A biografia escrita por este cientista político se destaca pelo acesso aos inventários e arquivos colombianos e venezuelanos, cujo conteúdo até então era inédito aos pesquisadores brasileiros, mas peca, contudo, pela leitura excessivamente *positiva* das fontes e do *romantismo* com a qual o historiador envolve suas análises sobre o general.

por Abreu e Lima ao general Páez; este mesmo, inclusive, fora personagem de importância na dissolução da Grã-Colômbia e na emergência de uma Venezuela independente de qualquer iniciativa de *Patria Grande* bolivariana.

O desmoronamento político do recém-emancipado Estado americano parecia renunciado pouco após o fim dos conflitos de independência com a Coroa espanhola, mesmo dentre os seus idealizadores e para parte da opinião pública dos grandes centros populacionais do país, como Bogotá e Caracas. Das desavenças políticas dentro das próprias unidades administrativas às fragilidades fiscais e das produções econômicas, dos desentendimentos entre os próprios próceres *patriotas* até à inabilidade de apagar os clamores separatistas, a Grã-Colômbia experimentava os dissabores da falta de coesão política e das instabilidades daí decorrentes. Nos primeiros anos da república grã-colombiana, as dificuldades de comunicação entre as suas províncias, as distinções identitárias entre as elites de Nova Granada, da Venezuela e do Equador, e o ascendente descrédito das ideias unitárias de Simón Bolívar, que chegara a pensar em uma Confederação dos Andes atraindo a Bolívar e o Peru ao Estado grã-colombiano, já eram latentes a amplos setores da sociedade e encontrava nos quadros de oficiais do próprio Exército recepções simpáticas, quando não seu próprio espaço de nascedouro, de causas cada vez mais ousadas contra o próprio unitarismo da República.

3.1 O TRAIADOR: FRANCISCO DE PAULA SANTANDER

No ápice da popularidade da iniciativa bolivariana e do seu idealizador, ainda nos dias de violentas refregas com as tropas realistas vindas desde a metrópole ibérica, distúrbios causados pelas diferenças de identidade regional já despontavam nas fileiras dos exércitos *patriotas*. Aqui, cabe o adendo de que nem o conceito de nação e nem o de nacionalismo precederam historicamente os novos Estados latino-americanos recém-independentes do XIX. Como notado por Grimson, “o princípio das nacionalidades” é algo posterior aos processos independentistas americanos (GRIMSON, 2011, p. 164). François Xavier-Guerra vai mais além acerca das nações americanas e a criação dos seus nacionalismos quando acrescenta que, nos novos países independentes, “a única identidade que estes ‘povos’ [dos novos países da América] tinham em comum era a identidade americana”. Se nas guerras pela independência estas serviram de instrumento operatório contra os espanhóis, posteriormente se provariam frágeis à fundação de uma “nação americana” (GUERRA, 1999/2000, p. 27). Convergimos com Alejandro Grimson na medida em que este vê que a nação na América Latina, “como modo de imaginar la pertenencia a una comunidad”, foi consequência do uso dos dispositivos dos novos Estados, de suas políticas culturais e de seus movimentos sociais por suas elites político-econômicas (GRIMSON, 2011, p. 164).

Um dos braços direito de Simón Bolívar nas campanhas militares, o general neogranadino Francisco de Paula Santander (1792-1840) mereceria a desconfiança de seus soldados venezuelanos por desavenças identitárias e políticas do tipo: se aos futuros concidadãos colombianos mereceria a alcunha de *Homem das Leis*, às tropas rasas da Venezuela seria o “desgraçado habitante do *Nuevo Reino de Granada*”, como apontam relatos de 1816 (DEAS, 2018, p. 505).

A vitória definitiva dos *patriotas* na batalha de Ayacucho, em 1824, marcaria não apenas o fim das guerras pela independência, mas a própria acentuação das desavenças já existentes entre aqueles do alto escalão militar bolivarista que projetavam a organização econômico-administrativa do novo Estado grã-colombiano. Os desacordos entre os pensamentos *unitarios* e *federalistas*, estendidas há décadas na opinião pública e entre os pensadores liberais da América Hispânica que prospectavam a organização de seus países e o próprio futuro do continente, dariam o tom do dissenso entre aqueles que defendiam um governo centralista e concentrado, tal como propunha Bolívar à Grã-Colômbia, e aqueles que, como Santander, imaginavam um modelo político-administrativo mais próximo ao da jovem república dos Estados Unidos, em que uma “*asociación entre pueblos*” precedia a organização do próprio Estado centralizado, conforme as leituras *federalistas* correntes nos territórios da futura Grã-Colômbia¹⁵. Propostas heterogêneas por si, mas também divergentes nos seus próprios campos, em que diferentes graus de perspectivas coexistiam com as distintas matizes referenciais recepcionadas das *modernas* ideias políticas europeias e estadunidenses, e que marcariam mesmo o pensamento político sul-americano ao longo do século XIX.

Responsável pela administração política da Grã-Colômbia desde 1821, ano em que fora alçado à vice-presidência do Estado enquanto Bolívar ocupava-se das movimentações militares contra as tropas realistas, Santander daria amplitude às queixas autonomistas nos primeiros anos de formalização do país. Em 1825 romperia relações com o *Libertador* por suas defesas em prol de uma Nova Granada autônoma e, três anos depois, seria acusado como principal mentor da *Conspiración Setembrina*, atentado contra Bolívar ocorrido na capital da República, Bogotá. Condenado ao desterro pelo suposto envolvimento na conspiração, Santander retornaria à América do Sul apenas após a morte de Bolívar e da desintegração da Grã-Colômbia para assumir a presidência do novo Estado neogranadino em maio de 1832, mesmo ainda ausente do novo país. Figura de relevância nas guerras pela independência, na construção do Estado bolivarista e, em mesma medida, na dissolução deste, Santander seria rememorado atenciosamente por Abreu e Lima em sua carta de 1868 para Páez.

15 Comentava-se em “constituir de muchos pequeños Estados, un grande Estado, de muchas pequeñas repúblicas una gran república; establecer de muchas sociedades una nueva sociedad” em uma possível grande “república federativa” (THIBAUD. 2009. p. 489).

O brasileiro relembra como foi por intermédio de Urdaneta que viera a conhecer de forma mais profunda o general neogranadino, quando fora enviado a Bogotá para atenuar “certas desavenças entre os dous”. “Aplanei tudo”, escreveria a Páez, “mas conheci a SANTANDER, por ocasião dos grandes sucessos de Venezuela – e nessas circunstancias se revellou elle tal qual era” (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873). Se Páez não compartilhava de maiores aproximações ou afinidades com Santander naqueles anos, Abreu e Lima comentaria, após seu período na capital grã-colombiana, onde “tive com elle intimidade”, como “o conheci perfeitamente” (Ibid): para o brasileiro, o *Homem das Leis* fora o maior dos responsáveis pela instabilidade política e das tensões separatistas que chagavam internamente a jovem República.

Segundo Abreu e Lima, Santander seria o fomentador de maiores atividades contra a ordem bolivarista além da *Conspiración* “de 25 de setembro em Bogotá” que atentou contra a vida do *Libertador* (Ibid). Santander alimentaria a “desmoralização e revolta do exercito de Colombia no Perú e em Bolivia”, teria incitado a insurreição militar do general neogranadino José María Córdova (1799-1829) contra Bolívar, proclamada de forma pública a partir de um pronunciamento deste na vila de Medellín em setembro de 1829¹⁶, e seria um dos envolvidos no assassinato de Sucre, o mais próximo dos generais a Bolívar e apontado por este como seu sucessor político, ocorrido em território neogranadino no mês de junho de 1830. “Posso assegurar-lhe, que nunca conheci um intrigante e um perverso tão subtil, tão fino e tão astucioso” como Santander, confidenciaria o brasileiro ao amigo venezuelano (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873). Abreu e Lima não remontaria a Páez, então, sobre as cartas que escrevera a Santander no início da década de 1820, em que “o coronel de Lima, J. de Lima” demonstrava ao vice-presidente a afeição por sua pessoa e sugeria a criação de uma missão diplomática da República da Colômbia ao Império do Brasil, com Soubllette como chefe e ele mesmo servindo de secretário (GUIMARÃES, 1926, p. 36-37). A proposta seria recusada por Santander.

A imagem do neogranadino era tão nítida a Abreu e Lima que o brasileiro sentia-se à vontade para provocar Páez em sua missiva quando afirma como “V., meu General, não conhecia, nem nunca pôde conhecer a SANTANDER pelo que li nas suas Memorias” (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873). Mais do que o estímulo às instabilidades políticas na Grã-Colômbia e à sabotagem sorrateira dos planos unitários de Bolívar, atacando por palavras e a fogo aqueles mais próximos do *Libertador*, Santander também teria sido o responsável pela depreciação de Abreu e Lima no país por frustrar contínuas vezes quaisquer

16 Na conclusão deste discurso, Córdova repetiria as palavras de ordem expressas anteriormente por Santander aos *federalistas*: “viva la Constitución de Cúcuta! Viva la libertad!”. Nestes anos, Bolívar já se encontrava senhor do poder absoluto na Grã-Colômbia após dissolver convenções e parte das instituições políticas. (POLO. 2010. p. 37).

procedimentos e condutas do brasileiro. O motivo dos primeiros enteveros entre Abreu e Lima e Santander, contudo, não diria respeito aos planos bolivaristas de Estado ou mesmo à autonomia do território colombiano em detrimento do país recém-fundado; para Páez, escrevia que “quer V. saber uma cousa muito importante? É que briguei em Bogotá com SANTANDER por causa de V”. O general *Ilanero* houvera sido vítima “de quanta injúria, de quanta infâmia lhe podiam assacar”, por Santander, que “eu não o podia tolerar” (Ibid).

É relatado na missiva que Abreu e Lima tivera uma discussão intensa com o célebre representante grã-colombiano a respeito e em defesa de Páez, o que ensejaria à entrega das suas “letras de retiro” do Estado Maior a Santander. Apesar deste e de sua considerável influência política no Estado e no exército grã-colombiano daqueles anos, o brasileiro mantinha-se fiel ao *Ilanero*, lhe sendo “tão dedicado, que me batia por V. como se fosse meu pai e não meu chefe, [...] porque V. era tudo para mim, eu o adorava”. Contudo, o *Homem das Leis* seria bem-sucedido nos intentos em relação a Abreu e Lima ao atuar como pivô nos ardis que envolviam este, e o brasileiro lembraria como foi por sua condição de “embaraço para os intrigantes de Venezuela, [...] por causa da intimidade que gozava junto de V”, que seria continuamente desprestigiado pelos altos escalões e pela opinião pública da fragilizada República da Grã-Colômbia (Ibid).

3.2 A DESAVENÇA COM GUZMÁN

Mais um evento de grave repercussão à imagem pública de Abreu e Lima no Estado grã-colombiano seria rememorado na missiva, alimentando a narrativa fiada pelo brasileiro a Páez. Gradualmente apartado dos comandos militares pela fidelidade ao projeto político bolivarista e ao general *Ilanero*, em momentos no qual ambos eram desacreditados por velhos aliados do *Libertador*, Abreu e Lima recordaria como seria isolado da companhia e das influências de Páez pelos detratores *antiunitarios* que ascendiam na Grã-Colômbia, “e quando supuzeram que V. [refere-se a Páez] havia me abandonado, se arrojaram sobre mim”; porém se encontrava “tão irritado, tão irado, que cometti a loucura de acutellar o primeiro canalha que me provocou” (Ibid). A vítima do ataque de Abreu e Lima fora ninguém menos que o venezuelano Antonio Leocadio Guzmán (1801-1884), um dos mais populares redatores de toda a República naqueles anos.

Fundador e responsável direto pelo periódico caraquenho *El Argos* e alvo de desconfianças na visão dos dois homens fortes da República, a quem o próprio Santander definiria como um “especialista en incordiar”, “algo que hacía con sobrada habilidad”¹⁷, Guzmán dedicaria parte dos escritos em seu impresso nas primeiras semanas de setembro de 1825

17 Para Bolívar, Santander faria a recomendação para que este “guárdese mucho de él”, referindo-se a Guzmán (ALTEZ. 2018. p. 184).

a injúrias à pessoa de Abreu e Lima. Em artigo ácido intitulado “Comunicado”, Guzmán difamaria o brasileiro ao escrever como

De Lima no puede ejercer este encargo [de chefe do Estado Maior do Exército] por su incapacidad, por sus escasos meritos, por carecer de la confianza del General en Jefe [Bolívar], por no tener tampoco la del ejército, [...] porque su valor no está acreditado, porque su opinión está perdida, porque siempre se ha ocupado de inclinar a los jefes a actos arbitrarios que desacreditan la autoridad militar y la indisponen con el pueblo, y por mil razones más, que diremos a su tiempo si este señor nos obliga a hacerlo¹⁸.

Foi na noite de 9 de setembro de 1825 que Abreu e Lima “tão irritado, tão irado”, consumara o ataque a Guzmán, como relembra para Páez (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873). Ao retalhar o rosto do redator venezuelano a golpes de sabre, o brasileiro atrairia para si a aversão da ampla maioria da opinião pública grã-colombiana. Artigos de solidariedade a Guzmán inundariam as folhas da imprensa do país, condenando a impulsividade e o ataque físico do brasileiro e a cobrar justiça às instituições competentes sobre a atitude destemperada. Pelo ato, Abreu e Lima seria condenado pelo Conselho de Guerra dos generais da República para cumprir pena em Bajo Seco, na província venezuelana de Zulia¹⁹. Não arrefeceria em 1868, entretanto, da conduta que tivera em 1825, porque quando se recorda de outros divergentes das ideias bolivaristas “tenho gana de fazer a todos o que fiz a GUSMAN. a esse miseravel que V. diz nas suas memorias, que se jactava de ser seu inimigo: canalha!” (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873).

“O que eu soffri então, sabe V. melhor do que ninguém...; porém aqueles infames não triunfaram de mim”, lemos no relato do brasileiro. Logo após o cumprimento da pena “separei-me de V., levando uma chaga no coração” (Ibid). Findada a narração sobre os embargos institucionais, com as desconfiças de Santander e aquelas resultantes das hostilidades com Guzmán, e sobre a produção do *Resumen*, com o reconhecimento direto do próprio *Libertador* e que lhe proporcionaria o generalato, distinção do qual ainda faria uso no Brasil “com todas as honras inherentes” anos depois (Ibid), restaria ao brasileiro recordar o momento mais árduo daqueles anos bolivaristas: o irromper da guerra civil no país e a ulterior dissolução da República da Grã-Colômbia e dos sonhos de Simón Bolívar.

18 Trecho do artigo “Comunicado”, escrito por Guzmán no número 13 de *El Argos*, de 06 de setembro de 1825 (GUZMÁN apud Sousa, 2019, p. 80).

19 Chacon também irá aludir a motivação das indignações das folhas grã-colombianas contra Abreu e Lima à nacionalidade deste; se o Brasil, sendo o único regime monárquico na América do Sul e antipático aos movimentos republicanos que dominavam este continente, era observado como ameaça à integridade dos novos Estados sul-americanos, Abreu e Lima encarnaria, para alguns grã-colombianos, estas desconfiças por sua naturalidade. Recordamos que Guzmán chamava-o de “portugués” em seus artigos (CHACON, 2007, p. 145-146).

3.3 A GUERRA CIVIL E O FIM DO SONHO DE BOLÍVAR

A fragmentação do Estado grã-colombiano é objeto temático de parte considerável da carta-resposta para Páez. Ao *Ilanero*, Abreu e Lima afirmaria como aquela situação de instabilidade política e de ressoar das armas entre os antigos *patriotas* em nova guerra, agora fratricida, já se delineava em seus pareceres antes mesmo do início dos conflitos. Se se aproximaria a Bolívar em 1826, quando “o libertador começou a tratar-me com muita amizade e carinho [...] a ponto de dar-me as maiores provas de amizade e de consideração”, Abreu e Lima já compartilhava da percepção, “quasi com a certeza”, de que “Colombia [iria] desaparecer pela gangrena de Venezuela” (Ibid). Foi no primeiro semestre deste mesmo ano que se deflagraria o início da separação venezuelana da Grã-Colômbia, em uma sublevação inicialmente motivada por reformas constitucionais e comandada até ao seu fim por um dos maiores heróis militares das campanhas de independência: o próprio general José António Páez.

Foi em abril de 1826 que o então Comandante Geral do Departamento da Venezuela, José Páez, se insurgiria contra a autoridade grã-colombiana então centrada em Francisco Santander, mais uma vez responsável pela administração da República por uma ausência de Bolívar do país, que encontrava-se no Peru quando destes acontecimentos. Suspenso de suas atividades desde janeiro deste ano, por uma infração em questões burocráticas relacionadas ao alistamento de milícias na Venezuela, em uma deliberação oficial que causaria indignação em todo o território venezuelano, Páez de início decidira acatar as ordens enviadas desde Bogotá do afastamento de suas funções, mas posteriormente desobedeceria as ordens oficiais do Estado. O general *Ilanero* escolheria seguir, antes, os ditames proclamados pela municipalidade de Valência que, reunida em seção extraordinária no mês de abril, optaria pelo “absoluto rechazo a la medida de suspensión [aplicada a Páez] adoptada por el Congreso Nacional [da Grã-Colômbia]”, argumentando que a direção de Páez à frente do Comando Geral era de importância à “seguridad interior y exterior” da Venezuela (BANKO, 2005, p. 141-142). Poucos dias depois outras instâncias venezuelanas acatariam as decisões tomadas em Valência, incluindo a municipalidade de Caracas, que no início de 1826 fora a que denunciara o recrutamento abusivo do herói *Ilanero*.

Era o início da desobediência explícita dos órgãos administrativos da Venezuela às ordens emitidas em Bogotá, atitude de desrespeito às autoridades republicanas constituídas da Grã-Colômbia e uma inicial predisposição dos venezuelanos para maiores exercícios da soberania e de autonomias administrativas. Tensões aumentariam quando Páez seria reconhecido pelas instituições venezuelanas como “Jefe Civil y Militar de Venezuela”, em maio de 1826, e com críticas mordazes que as próprias municipalidades da Venezuela fariam a Francisco Santander, cujo comando do país seria caracterizado por arbitrário e

de vieses autoritários. Com a anuência de Páez, algumas municipalidades venezuelanas cobriam de Bogotá maiores “reformas de la actual organización de la República”, porque “derechos de libertad, seguridad e igualdad” encontravam-se em risco sob a gestão do neogranadino, e até o adiantamento da Grande Convenção da República, que pela Constituição então vigente estava prevista apenas para o ano de 1831, seria posta na ordem do dia (Idem, ibidem, p. 143).

Esta movimentação de caráter separatista dos venezuelanos com Páez à frente, conhecida à época como *La Cosiata*, amainaria apenas com o retorno de Bolívar à Grã-Colômbia e, conseqüentemente, ao cargo de presidente da República. Em fins de 1826 e início de 1827, o *Libertador* já se poria a par dos eventos ao ir diretamente à Venezuela tratar da revolta e da instabilidade administrativa que o movimento causava naquele momento a todo o país. Este exemplo de rechaço das municipalidades venezuelanas à República inspiraria medidas semelhantes no Equador, por exemplo, onde a administração de Santander passaria a ser rechaçada por instâncias da administração local.

Costurados acordos e entendimentos entre sediciosos e Estado, os sublevados, entretanto, alcançariam parte dos objetivos intentados no primeiro semestre de 1827: Páez receberia o título de Chefe Superior da Venezuela, e a convocatória da Grande Convenção, exigida pelos revoltosos, também foi prometida por Bolívar. Ela seria realizada em 1828 na cidade colombiana de Ocaña com os auspícios de reformas constitucionais e de restabelecimento da unidade política, porém a Convenção logo seria dissolvida por não lograr nenhum dos propósitos inicialmente sugeridos (BANKO, 2005, p. 149).

A opção do *Libertador* por uma política de apaziguamento em relação à *Cosiata*, ao invés de uma supressão mais dura àqueles que a comandavam, é lida por uma historiografia do tema como um dos momentos-chaves para o distanciamento político daqueles dois personagens de vulto na independência, Bolívar e Santander (FREDRIGO, 2010, p.48). Era o prenúncio da dissolução do Estado grã-colombiano, deteriorado por discrepâncias entre *unitarios* e *federalistas* em uma mesma instância administrativa, e o início do fim dos frágeis sonhos bolivaristas à consolidação de uma cogitada Confederação Andina ou de maiores alianças dos países da região em uma liga de convenções militares.

A escalada das tensões militares de cunhos separatistas na Grã-Colômbia não passavam despercebidas para Bolívar, conforme testifica Abreu e Lima em 1868. As infrutíferas tentativas bolivaristas de manutenção da unidade grã-colombiana, como o fiasco da Assembleia Constituinte reunida entre janeiro e maio de 1830, posteriormente conhecida como *Congreso Admirable* e convocada com as intenções de criar uma nova constituição que evitasse a dissolução do país, mas que antes resultaria no aumento dos clamores separatistas

venezuelanos da parte de Páez, dava ao próprio *Libertador* a impressão de como a República logo “se ia desmoronar”.

1830 seria o ano das tensões políticas grã-colombianas centrifugadas em passos decisivos para a dissolução do Estado bolivarista. Na carta para Páez, Abreu e Lima confidencia ao *Ilanero* como o próprio Bolívar, outrora símbolo maior da expulsão dos espanhóis na América do Sul, agora compartilhava intenções de “sahir do paiz” em 1830 (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873). Em descrédito político e cada vez mais isolado em suas decisões quanto à unidade da República, Bolívar “via já que Colombia se ia desmoronar e temia sublevações no Magdalena [província do litoral atlântico, hoje departamento da atual Colômbia] para onde se queria retirar á fim de embarcar ali para a Europa” (Ibid).

Horizontes de uma nova guerra civil também se desenhavam aos olhos de todos na República porque, afastado o *Libertador* do cargo executivo máximo do país, grupos políticos de matizes diversos pretendiam tomar para si o poder das municipalidades e dos departamentos do agonizante Estado grã-colombiano. Fiel a Bolívar, Abreu e Lima reassumiria seus princípios *unitarios* para Páez após mais de três décadas deste ano decisivo ao desenho político da região: “eu faria tudo pela integridade da republica”.

“É verdade que sempre fugi da guerra civil, [...] mas uma fatalidade de inexhoravel me acompanhou sempre em Colombia e afinal não me pude esquivar de cahir nella”, lamentaria o brasileiro na carta (Ibid). Sempre a mando de Bolívar, Abreu e Lima entraria em conflito armado com parte das facções separatistas, derrotando o militar venezuelano Pedro Carujo (1801-1836), um dos mais importantes correligionários de Francisco Santander, e até libertando Santa Marta, cidade que seria o derradeiro destino do *Libertador* em dezembro de 1830 e onde este faleceria aos 47 anos de idade em fins deste mesmo mês. Porém, dias antes à morte de Bolívar seria derrotado junto ao general Mariano Montila em Cartagena, por “traição do general [José Ignacio] LUQUE” (Ibid).

Eram os últimos dias grã-colombianos do general brasileiro. “Morto BOLIVAR, e separado de V. [refere-se a Páez], que fazia eu mais em Colombia?”, escreveria na carta ao encerrar as suas recordações sobre a República (Ibid). Findado os fulgores da guerra civil, que enterrariam a unidade da Grã-Colômbia e a desmembraria nos Estados da Nova Granada, do Equador e da Venezuela, e malvisto na Nova Granada por suas simpatias ao falecido *Libertador* e aos seus pensamentos *unitarios* à região, Abreu e Lima pediria “ao governo minhas lettras de quartel, e licenca [sic] para ir aos Estados-Unidos, a Europa e o Brasil pelo tempo que me conviesse” (Ibid). De posse das documentações, sairia dos países andinos à América do Norte, nunca mais retornando àqueles territórios sul-americanos que batalhara, por armas e escritos junto a Bolívar, pela emancipação política.

4 AS MEMÓRIAS BRASILEIRAS: SILÊNCIOS E RECORDOS ENTRE O RIO DE JANEIRO REGENCIAL E O RECIFE PRAIEIRO

Nesta exposição de sua fase grã-colombiana, percebemos alguns *traços* da construção memorialística por Abreu e Lima. Memorialística, mas também *identitária*, porque ao lermos esta missiva de 1868 somos conduzidos à maneira como o brasileiro filia-se em seu próprio passado ao construir sua identidade ao mesmo tempo em que distingue-se dos outros (CATROGA, 2015, p. 9-10). Ao dedicar neste escrito um espaço incomparavelmente menor sobre seu retorno ao Brasil e às atividades desenvolvidas desde o seu regresso ao solo pátrio, em 1831, Abreu e Lima se manifestaria mais de trinta anos após a sua saída da antiga Grã-Colômbia como dos mais fiéis bolivaristas, dos poucos que acompanharam o *Libertador* até os seus últimos dias de vida em Santa Marta. “Assisti, portanto, as ultimas agonias de Colombia, assisti a sua morte, fiz tudo por ella”, como recordaria (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873).

Sobre esta formação do *eu* por retrospectão memorialística, uma literatura historiográfica nos adverte que ela não se dá de forma autárquica ou espontânea por aquele que se lança a este exercício. Sujeita às sobredeterminações sociais, a memória individual também se forma pela coexistência tensa “de várias memórias (pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais etc.) em permanente construção”, e a formação do *eu*, portanto, obedece da mesma forma os valores sociais e coletivos do sujeito. Porque a memória também é “um processo relacional e intersubjectivo” presente em um horizonte coletivo, o que permite seu reconhecimento e compartilhamento social (CATROGA, 2009, p. 12-14).

À semelhança do trabalho historiográfico, as retrospectivas memorialísticas respeitam algumas características típicas do *métier* do historiador, como a seleção, o finalismo, o presentismo e a organização de um percurso enquanto *projeto*. Esta formação do *eu* como projeto funda-se pelo sujeito em um organismo textual que, como uma espécie de “microcosmos”, concentra ao fim o resultado das relações de seu trabalho introspectivo e subjetivo com “as várias influências exteriores” que lhe o atingem e atingiram, o marcam e o marcaram (Idem, *ibidem*, p. 33; idem, 2015, p. 16). É enquanto um resultado destes fatores intrínsecos à construção de uma retrospectiva de si, por consequência também de um *projeto* memorialístico, portanto, que abordamos esta carta de Abreu e Lima.

Ao tornar-se objeto de investigação de si mesmo em uma narrativa de retrospectão, ao criar sentidos para os acontecimentos que ocorreram nas situações de sua vida e submetendo estes eventos singulares em um tempo domado na sua missiva²⁰, Abreu e Lima redige um escrito que, à diferença da produção historiográfica, não recorre primordialmente

20 Etapas próprias do narrar. segundo Rösen (RÜSEN. 2015. p. 192-193).

a racionalizações causais, comparativas, analógicas ou de quaisquer tipos. Antes procura, neste seu exercício também projeto, um convencimento baseado na sua idoneidade enquanto evocador e “no seu estatuto de *testemunha* de eventos pretéritos, próprios e alheios” (CATROGA, 2009, p. 41).

Missivista cuidadoso por escrever para si, mas com especial atenção ao outro, o general brasileiro buscou neste escrito de 1868 não apenas a compreensão do interlocutor: procurou também edificar-se como *personagem*. Ao também edificar-se como personagem e pelas estratégias narrativas adotadas, conseguimos identificar nesta carta de Abreu e Lima a construção de um projeto de memória da sua parte. E a produção de uma narrativa como essa, com todas as características próximas de um relato confessor em suas retrospectões, permitem ao pesquisador identificar o grau de confiança e respeitabilidade estabelecidos entre autor e destinatário (FREDRIGO, 2010, p. 44-45). Para receptor de uma atividade intelectual como a de Abreu e Lima parecia não haver pessoa mais especial que “um dos homens mais distintos da America meridional”, seu amigo e confidente de tantos anos, o “querido General” José Páez (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873).

Além dos constantes rasgos à admiração militar e pessoal com o venezuelano, do qual tomara “tão grande amisade [sic], que preferia ser seu ajudante de campo a ser chefe do E. M. de Venezuela e Aguerre, ou a qualquer commando de armas” (Ibid), o brasileiro também recorrera aos *silêncios* nesta sua rememoração escrita. Como estratégia narrativa na construção de sua *persona* bolivariana, leal aos ideais de Bolívar até aos últimos momentos da Grã-Colômbia, Abreu e Lima não se remeteria em momento algum na sua carta de 1868 às investidas separatistas dos venezuelanos, que tinham Páez à frente e que tanto mal fizeram à ordem política-administrativa do Estado recém-fundado pelo *Libertador*. Não se indisporia, portanto, com o líder da *Cosíata* que agitara o Estado colombiano em 1826, e não enxergaria neste movimento nenhum momento digno de lembranças na carta, não o mencionando uma vez sequer.

Para o brasileiro, os grandes responsáveis pelo fim do sonho *unitário* de Bolívar seriam aqueles facciosos manipulados, em grande parte, por Francisco Santander, e Páez, ao contrário, seria dos bolivarianistas mais firmes da República, como dá a entender quando escreve que a opinião do *Ilanero* seria uma das mais apreciadas pelo *Libertador* em certos temas, ao relatar que

Fallando-se um dia diante delle [Bolívar] de officiaes e chefes valentes, elle disse que eu era um dos mais distintos, porque o general PAEZ lhe havia dito [...]. Isto quer dizer que a autoridade de V. era decisiva nesse assumpto; e para ser valente [aos olhos do *Libertador*] era mister ter a sua aprovação (Ibid).

A seletividade da retrospectão memorialística de Abreu e Lima não se daria apenas com relação à trajetória de Páez, entretanto. Não se reservando apenas à manipulação de

sua memória para criar uma narrativa politicamente coerente à trajetória do general *Ilanero*, o brasileiro se aproveitaria da oportunidade de resposta ao amigo para elaborar a sua trajetória quando já fora da desintegrada Grã-Colômbia. E, à maneira da elaboração do Páez bolivarianista que criara, também faria largos usos de não ditos na rememoração de sua trajetória de quase quatro décadas desde o retorno ao Brasil.

Porque os silêncios, os não ditos, esquecimentos e censuras, cada qual a seu modo, são também constituintes relevantes da trama complexa que é um ato narrativo de memória. Estratégias da parte do narrador, estas e demais características, como os ajustes, as invenções, as modificações, as simplificações e tantas outras, são todas operacionalizadas para criar ordem e coerência nos acontecimentos resgatados pelo autor (CANDAU, 2019, p. 71). Nesta carta de 1868 o brasileiro não seria a exceção em itinerários retrospectivos deste tipo: se boa parte da missiva seria à construção de sua identidade como um bolivarianista convicto nos anos colombianos, a sua fase brasileira seria recuperada como um longo momento de retiro das questões de ordem política.

4.1 ABREU E LIMA NO RIO: O PERÍODO REGENCIAL

Um afastar-se do debate político de natureza pública que estaria correlacionado a um fato de relevância à história do Brasil; ao sair da Grã-Colômbia rumo aos Estados Unidos, em 1831, Abreu e Lima relembra como foi na chegada à América do Norte que soube da abdicação de Pedro I ao trono do Império do Brasil, no dia 7 de abril deste mesmo ano. A aproximação com o antigo monarca brasileiro não seria restrito aos sentimentos de estima e afeição da parte do general; chegaria a conhecer o bragantino em território europeu, onde “contrahi com elle muito boas relações”. Atento às conjunturas políticas brasileiras, e próximo a Pedro I, Abreu e Lima confessaria a Páez como “suppuz que talvez conviesse ao Brazil [sic] a sua volta” ao trono do país (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873). *Unitario* bolivarianista e republicano até anos antes, na Colômbia fundada sob os auspícios e sonhos do *Libertador*, Abreu e Lima agora confessaria sua simpatia às causas do único monarca na América do Sul.

No Brasil pós-7 de abril de 1831, tal posicionamento político que saía em defesa do retorno de Pedro I ao trono brasileiro, mesmo após seu movimento abdicatório, tinha nome, organização e projeto políticos próprios: era da barulhenta facção *caramuru* que o general engrossaria fileiras nestes anos de um Brasil então administrado por Regências. Na carta de 1868, Abreu e Lima escreveria que “assentei de renunciar a politica” quando soube que, em 1834, “Deus o levou [Pedro I] antes da realização desse plano” de retorno ao trono brasileiro (Ibid). Não discorreria ao venezuelano sobre seus agitados anos de retorno ao Brasil até a morte do antigo imperador, portanto.

Há um curto recorte temporal de três anos, estes de 1831 a 1834, que, apesar dos não ditos da correspondência para Páez, certamente merecem aqui maiores considerações às atividades do general em plena capital do Império brasileiro. Para uma maior luz às expectativas cultivadas por Abreu e Lima sobre sua vinda ao Brasil e sobre o cenário em que o próprio país se encontrava após a resignação de Pedro I, a leitura de uma outra carta de sua autoria será profícua: aquela datada de 12 de julho de 1831 e endereçada a seus irmãos no Recife. Remetida da cidade de Filadélfia, Estados Unidos, esta missiva já denota traços da posição politicamente conservadora que Abreu e Lima iria sustentar e que propagaria quando estabelecido em território brasileiro.

Aos irmãos, o general escrevera sobre como usara a licença concedida pelos novos administradores da Nova Granada para ir à Europa, se aproveitando dela “*para fugir da revolução, que se tem apoderado de todo o paiz*” após a morte de Bolívar, desenrolada em violenta guerra civil na região (O HOMEM E A AMERICA, nº 7, 25 de novembro de 1831, *grifos do autor*)²¹. Apesar de referir brevemente às agruras fratricidas que dominavam a velha Grã-Colômbia, onde “*bati constantemente os facciosos*”, mas optando por não envolver-se mais a fundo nos conflitos, Abreu e Lima admite como “*nada sabia do Brasil*” ao chegar nos Estados Unidos no início de 1831 (Ibid). Na América do Norte, ficaria inquieto ao receber “*a noticia das mudanças acontecidas no Imperio*” após a saída de Pedro I, pois o general enxergava nos horizontes do Brasil o mesmo destino que acometera o Estado bolivarista há pouco tempo antes: os horrores de uma guerra civil (Ibid).

“*Eu estou tão enfasiado de revoluções, que não quero mais comprometter-me*”, prometia o general aos irmãos (Ibid). Abreu e Lima fazia votos de não pegar em armas no solo brasileiro, ou ao menos garantia reassumir a farda e a espada somente quando se fizesse ser “*realmente util a minha Patria*”, à defesa daquilo que enxergava como a “*conservação dos imprescriptiveis direitos de meos Concidadãos*”, e assegurava engajar-se apenas à “*causa mui Nacional, e mui Brasileira*” no país (Ibid, *grifos do autor*). Porque o general temia, com seus posicionamentos políticos, arranhar a reputação militar que construía em mais de dez anos ao serviço de Bolívar na América do Sul, “*que não quero perder em huma hora, havendo-me custado 14 annos de sacrificios, de batalhas; e de feridas*” (Ibid).

Ao findar a missiva aos irmãos, no primeiro semestre de 1831, garantia como “*apresentar-me-hei como Cidadão para viver tranquillo*” em seu retorno ao Brasil (Ibid). Provavelmente não imaginara o quão fundo iria envolver-se na agitada cena pública fluminense dos anos regenciais que, por encontrar-se atravessada por um pluralismo de projetos e pen-

21 Esta carta para os irmãos “Luiz, João, e Antonio” foi publicada de forma parcial primeiramente no jornal *O Homem e a America*, periódico da Sociedade Defensora da Liberdade e Independencia Nacional, de 25 de novembro de 1831; parcial porque seu redator preferiu deixar “em silencio” os trechos que diziam “respeito a neocios de familia” dos Roma (Ibid).

samentos políticos debatidos abertamente neste período, se amadurecia neste momento com as feições de uma esfera pública tipicamente moderna.

Na efervescência de um Rio de Janeiro dominado pela expansão das atividades impressas e dos debates políticos em plenos anos de vacância do cargo político mais importante do país, Abreu e Lima se imporia no debate público da capital imperial enquanto dos nomes mais ativos e relevantes da discussão pública nestes seus primeiros anos no Brasil. Estes seriam, afinal, seus primeiros passos enquanto *redactor* no país. E seria enquanto um dos mais impassíveis defensores da ordem institucional monárquica que o bolivarista criaria a sua imagem de redator no Rio de Janeiro do início da década de 1830.

Em 1833, ano de maior volume da produção periódica nos anos de Regências, o general contribuiria à chuva de impressos que tomavam conta das ruas do Rio de Janeiro com a publicação de dois pasquins de curta duração. *A Torre de Babel* e *Arca de Noé*, publicadas no anonimato entre março e dezembro deste ano, seriam os primeiros esforços públicos de Abreu e Lima à causa política dos caramurus. Nestas folhas, utilizando-se de todo um linguajar virulento então corriqueiro na imprensa periódica à época, o general diagnosticava a instabilidade administrativa decorrente das ações do corpo político regencial, prognosticando maiores riscos até à própria unidade política do Brasil: os riscos da má-administração dos liberais moderados à frente das Regências não desgastavam apenas a imagem da Corte brasileira no exterior ou a própria direção política interna do país, mas acentuavam as probabilidades, em um futuro próximo, de divisão política do Brasil entre Norte e Sul ou, até, o fim do regime monárquico.

Abreu e Lima era, em 1833, da opinião de que a única alternativa capaz de salvar o país da desordem administrativa em que este se encontrava seria com a restauração do próprio Pedro I ao trono brasileiro que abdicara anos antes. Com o retorno do antigo imperador, o general acreditava que as instituições políticas, abaladas e fragilizadas por causa da ausência de um ocupante do trono, se manteriam a salvo, tal como o próprio regime monárquico de governo constituído no país (SOUZA JÚNIOR, 2020, p. 141).

Adepto desta ala restauracionista, setor minoritário da facção caramuru mas nem por isso menos influente no campo político brasileiro mais conservador do início da década de 1830, o general se aproximaria de alguns dos grupos mais politicamente reacionários que marcavam presença nas proximidades da Corte. Um posicionamento político que lhe causaria a inimizade e a desconfiança de afamados liberais moderados do Rio de Janeiro até pelo menos o início dos anos 1840. Em 1833, por exemplo, se indisporia com Evaristo da Veiga (1799-1837), deputado desde o ano de 1830 por Minas Gerais e uma das mais importantes vozes da facção *moderada* no Brasil das Regências, que chamaria Abreu e Lima de “aventureiro” e “general sem batalhas” em seu popular jornal *Aurora Fluminense*. Janeiro

da Cunha Barbosa (1780-1846), cônego e um dos fundadores do futuro Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, o IHGB, trataria do general como um fantasioso que “sonha com a sombra de seu pai” em sua comédia *A rusga da Praia Grande ou o quixotismo do general das massas*, em 1834. Barbosa, inclusive, vetaria em nome do IHGB o *Compendio* de Abreu e Lima, assumindo em nome do instituto o duro parecer emitido por Francisco Adolpho de Varnhagen (1816-1878) que acusava o general de plágio nesta sua produção historiográfica. Este juízo do IHGB do início de 1844, seguido pelos litígios metodológicos de cunho historiográfico com Varnhagen, que para muitos é a primeira grande discordância no país sobre os métodos de escrita da história, seria um dos motivos que levariam Abreu e Lima de volta ao Recife natal, após quase três décadas distante da cidade²².

4.2 ABREU E LIMA NO RECIFE: A PRAIEIRA

Os anos praieiros do general na década de 1840, quando aderira ao Partido Nacional de Pernambuco quase de imediato após seu retorno ao Recife e que lhe valeriam os primeiros contatos com as modernas ideias do socialismo romântico, corrente *moderna* de pensamento que se espalhava de forma rápida entre os círculos de homens de letras da província nestes anos, também seria igualmente omitido na correspondência a Páez. Porque, como escrevia ao amigo, Abreu e Lima se identificava como um liberal antigo, afastado das disputas partidárias, “não serei eu o que tome a menor parte na politica do paiz – lá se avênham as facções” (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873).

Silenciava em sua narrativa de 1868 a violenta perseguição protagonizada pelo Império do Brasil após o fim da Insurreição Praieira de 1848-1849, portanto, que, agora sob a égide de Pedro II, condenara às prisões da província muitos dos membros do Partido Nacional, dentre eles o próprio general sob a acusação de ser um dos chefes da rebelião²³. O saldo da insurreição seria trágico e traumático para Abreu e Lima: além de condenado à deportação e prisão perpétua na ilha de Fernando de Noronha, perderia o irmão que lhe acompanhara desde a fuga nos cárceres baianos de 1817 até aos Estados Unidos, Luiz Roma, vitimado nos combates pela capital da província pernambucana. Ao amigo *Ilanero*, o general ocultaria todas estas desventuras políticas no Recife. Seria anistiado em novembro de 1851, logo retornando à capital da província pernambucana.

22 Ironicamente, o artigo principal da mesma edição de *Novo Mundo* que trazia a carta do general para Páez traçava um longo perfil biográfico do “historiador nacional por excellencia”, o agora Barão do Porto Seguro, Varnhagen.

23 Abreu e Lima não se envolvera militarmente na insurreição. A atividade periodística à frente da *Barca* e a coordenação da *Sociedade Imperial* no Recife, entretanto, lhe valeria a acusação de aliciação e “reunião de gente” à insurreição estourada em novembro de 1848 (MELLO. 1849. p. 407).

Em que pese afirmar a Páez como “contento me com as minhas idéas sem o desejo de propaganda” (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873), o general resguardava as duas décadas de atividade como *escritor publico* que exercera na imprensa em seus anos 1830 e 1840 no Brasil²⁴. Decidira guardar pra si os tumultuosos cenários políticos com o qual se envolvera após retornar ao Brasil em 1831, quando, ao contrário do que afirma em 1868, fora um ativo *propagandiste* das causas políticas que abraçara no país, primeiramente a dos caramurus, no Rio de Janeiro, e a dos praieiros, na segunda metade da década de 1840.

Pensador liberal de princípios e bases modernas e científicas, receptor atento daquilo que se produzia de mais recente nos grandes centros acadêmicos e intelectuais do mundo ocidental, e já bastante experiente como redator de folhas políticas, por onde se prestara a derramar suas ideias de civilização e progresso a todos que o lessem, o general assumira nestes anos aquela missão vulgarizada pelos *hommes de lettres*: a de espalhar Luzes e esclarecer, pelo uso instrumental da Razão, o “povo” brasileiro a partir de seus escritos.

Foi atribuindo-se a esta missão que Abreu e Lima publicara suas primeiras folhas no Brasil, e seria por esta atividade que o general trataria de, a seu modo, colaborar à regeneração do país, pondo-o nos trilhos certos da marcha civilizatória e do progresso. Porque Abreu e Lima acreditava que se o país encontrava-se com *falhas* em sua formação, mais visíveis principalmente após a abdicação de Pedro I, que indicavam indícios de *barbárie* e atrasos incompatíveis com o prestígio do único Estado monárquico na América do Sul, apenas a identificação de tais distúrbios não seria o suficiente: prospecções e projetos que dialogassem com as ideias ilustradas deveriam servir de orientação nesta missão civilizatória.

O general acreditara, como muitos de seus pares de letras, próximos ou não em suas leituras políticas e filosóficas, nesta sua vocação enquanto leitor e pensador do Brasil e da América do Sul. Mesmo que com a mudança de conceitos e princípios ao longo de sua vida àquilo que considerava o melhor para o país, da perspectiva caramuru e monarquicamente legalista em seus anos fluminenses às análises que partiam do socialismo fourierista e de uma filosofia da História inspirada nas ideias do filósofo francês Pierre-Simon Ballanche (1776-1847) no Recife praieiro, as bases de seu pensamento e de sua produção escrita ainda permaneceriam a mesma, a saber: a mudança da condição civilizatória brasileira só seria possível a partir de certos pressupostos modernos e científicos assumidos e exercitados pelo “povo” ou pelo Estado monárquico.

Abreu e Lima, contudo, parecia já não enfileirar mais facções ou maiores linhas de ação política no momento em que escrevia a sua resposta para Páez. Em 1868, e após todas estas experiências no país após os anos colombianos, a leitura otimista de uma transformação do Brasil parecia haver se esvaído do general, e muito desta condição estacionária em que o

24 Referia-se constantemente a si enquanto *redactor* e *escritor publico* nos seus pasquins de 1833.

país se encontrava estaria no próprio cerne de suas origens raciais. Porque no diagnóstico de Abreu e Lima “o Brasil seria hoje tão importante como os Estados-Unidos, se não fossem descendentes dos portugueses”, e a própria situação caótica da direção militar do país na Guerra do Paraguai, desenrolada desde 1864, comprovaria a experiência empírica desta asserção, porque “se V. conhecesse as nossas cidades, o nosso commercio, a nossa riqueza territorial, e a nossa população, se espantaria de ver que um povo semelhante gastasse tres annos em uma guerra” (Ibid). Criticados os altos escalões militares à frente das campanhas nos *chacos* paraguaios²⁵, sobriariam elogios do general aos soldados brasileiros, que seriam “tão bons soldados, e tão valentes como os Venezuelanos”. No cenário geral que envolvia a situação do país, entretanto, o general diria a Páez que “sou o primeiro a confessar que vamos muito mal” (Ibid).

Estava já à distância de ser o redator polemista que propôs, ao longo de sete dos vinte números do pasquim praieiro *A Barca de S. Pedro*, de 1848²⁶, o projeto de uma “coloniização que convem ao Brasil” como forma de povoar o território e “levar a civilização a todos os angulos” do país (A BARCA DE S. PEDRO, número 14, 11 de setembro de 1848). Na contra-mão de Pedro II e de muitos de seus companheiros da imprensa brasileira (MELLO, 1999, p. 76), Abreu e Lima enxergava nos anos 1840 a melhoria da condição civilizatória e socioeconômica nacional não no fomento à imigração de mão de obra europeia às lavouras agrícolas dos sertões, essas que “são meras decepções, [...] verdadeiras especulações de velhacos”, mas em transplante organizado pelo próprio Estado de colônias agrícolas de brasileiros que, assentados, passariam por um sistema educacional que o fariam perder seus “vícios”, os ensinariam “costumes” benéficos dignos de povos civilizados, como o gosto pelo labor e pela organização, e expandiriam as “indústrias” Brasil adentro. Por tal cartilha colonizadora, “vereis [...] grandes capitalistas occuparem-se de fundar por sua conta infinitos estabelecimentos desta especie; companhias estrangeiras affluirão para o paiz, e novas colonias se estabelecerão por si mesmas”, sem a necessidade de maiores despesas do tesouro imperial para tais fins (A BARCA DE S. PEDRO, número 17, 02 de outubro de 1848); por tal cartilha, “note-se que o meu fim he a educação do povo, e a emancipação das classes laboriosas” do país (A BARCA DE S. PEDRO, número 16, 26 de setembro de 1848), esclarecia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abreu e Lima construiu o seu percurso memorialístico articulando de forma consciente a sua biografia e balizando a sua identidade, na narrativa da carta, para os pertenci-

25 Para Abreu e Lima a guerra com o Paraguai “teria durado quando muito seis mezes, si tivéssemos um bom general, ou um almirante siquer” (Ibid).

26 Originalmente escritas no Rio de Janeiro, em 1842. A seção “Coloniização que convem ao Brasil” seria anunciado primeiramente no número 11 da *Barca*, de 11 de agosto, e seria transcrito do décimo-quarto até a última edição do periódico. publicado às vésperas da Insurreição Praieira. dia 23 de outubro.

mentos a uma certa formação político-social²⁷. Ali era contada a trajetória de um fiel *bolivari-rista*, a de um expatriado que, sob a presença e as ordens do *Libertador*, encontrara o seu destino e a sua missão no sonho unitário e de *Patria Grande* de Simón Bolívar. O general confirmou, silenciou, e, provavelmente, até esquecera partes de sua vida na rememoração destinada ao velho amigo *Ilanero*, mesmo porque para o sentimento de convicção do recorde sobre a própria trajetória, em exercícios retrospectivos do tipo, o esquecimento também é necessário (CATROGA, 2015, p. 29-30).

Porque se Abreu e Lima assumiria até como “nunca pretendi entrar para o quadro do exercito do Brasil”, recusando empregos e missões da parte do Estado imperial brasileiro, “quer em mando de provincias ou em missões diplomaticas”, se desvaneceria mesmo era “de ter sido general na velha republica de Colombia”, orgulhoso “de chamar-me um dos libertadores de Venezuela e dos da Nova Granada, e em usar das minhas veneras” (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873). No Brasil, afirma, usaria apenas “minhas condecorações [bolivariastas], unicas de que tenho usado e uso no paiz” (Ibid). Após a sua morte, se podia ler no *Diario de Pernambuco* que alguns objetos pessoais referentes aos anos colombianos de Abreu e Lima, como quinze volumes dos “documentos relativos à la vida publica del libertador de Colombia y del Perú Simon Bolivar”, juntos a demais livros e objetos de ouro e prata, seriam postos à venda em um par de leilões a serem realizados no Recife entre maio e junho de 1869 (DIARIO DE PERNAMBUCO, número 101, 05 de maio de 1869; DIARIO DE PERNAMBUCO, número 124, 03 de junho de 1869).

Por construir sua trajetória de vida conscientemente, historicizando seus próprios passos e fazendo projeções àquilo que em sua leitura se delineava no horizonte político do país e, no fim, para si mesmo, Abreu e Lima ergueu um teatro da memória onde postou-se como personagem de si mesmo. A produção de uma escrita de si, como esta carta de Abreu e Lima para Páez, convergiu junto à emergência histórica do sujeito moderno no Ocidente, dotado e ciente dos seus direitos civis e políticos. No fim do século XVIII e ao longo do XIX, estes indivíduos procuraram constituir sua identidade através dos seus documentos pessoais, muitas vezes alargando-os em seus sentidos. A historiadora Angela de Castro Gomes concluiu, nos seus estudos destes textos auto-referenciais, que estas fontes quando problematizadas pelo historiador ajudam a esclarecer a relação estabelecida entre o sujeito e as suas documentações pessoais (GOMES, 2004, p. 11, 17). Por isso, quando narrada, ela agrega “numa ação interna e completa, a diversidade construída pelas circunstâncias, os objetivos e os meios, as iniciativas e as interações, as mudanças de sorte e todas as consequências não desejadas surgidas da ação humana” (RICOEUR, 1994, p. 10-11).

27 Característico de todos aqueles que buscam contar a própria biografia, segundo Rüsen (RÜSEN, 2015, p. 260).

Em 1868, restava a Abreu e Lima apenas os deleites “de ter sido general na velha republica”, “sempre lembrando-me de Colombia e de Caracas” (O NOVO MUNDO, nº 31, 23 de abril de 1873). A missiva para Páez abordada enquanto documentação, portanto, permite ao pesquisador se deparar com a própria memória histórica de Abreu e Lima enquanto personagem histórico. É uma narrativa construída em carta que, enquanto testamento de vida, como nas palavras de seu próprio autor, buscou enredar eventos que o atingiram e fundar sentidos sobre cada acontecimento ali rememorado (RÜSEN, 2015, p. 192-193). Foi sob uma série de ratificações e recalcamientos, não ditos e sigilos, distanciamentos e aproximações que o general punha o passado, seu e o da América do Sul, diante de si pela última vez ao responder o velho companheiro de amizade e armas.

REFERÊNCIAS

- A Barca de S. Pedro**, número 14, 11 de setembro de 1848. Recife: Typographia Imparcial, 1848. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/814016/54>. Acesso em: 17 jan. 2024.
- _____, número 16, 26 de setembro de 1848. Recife: Typographia Imparcial, 1848. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/814016/64>. Acesso em: 17 jan. 2024.
- _____, número 17, 02 de outubro de 1848. Recife: Typographia Imparcial, 1848. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/814016/67>. Acesso em: 17 jan. 2024.
- ABREU E LIMA, José Ignacio de. **Compendio da Historia do Brasil I**. Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert, 1843.
- _____. Petición de José Ignacio Ribeiro de Abreu e Lima. In: Manuel Pérez Vila (org.). **Bolívar y su época (Cartas y testimonios de extranjeros notables)**. Caracas: Publicaciones de la Secretaria General de la Décima Conferencia Interamericana, tomo I, 1953.
- ALTEZ, Rogelio. El Bolívar que no fue. Auge y caída de Antonio Leocadio Guzmán en la política venezolana del siglo XIX. **Presente y Pasado**, Mérida, nº 46, Jul-Dez 2018.
- ASCIUTTI, Mônica Maria Rinaldi. Um perfil do jornal e do seu criador, José Carlos Rodrigues. In: **Um lugar para o periódico O Novo Mundo (Nova Iorque, 1870-1879)**. Dissertação de Mestrado (História). São Paulo, USP, 2010.
- BANKO, Catalina. Las municipalidades y el movimiento separatista venezolano. **Mañongo**, nº 24, 2005.
- BRUNI, Sergio. **O mui desassossegado Senhor General: a vida de José Inácio de Abreu e Lima**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2019.
- CATROGA, Fernando. **Memória, história e historiografia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.
- _____. **Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história**. Coimbra: Almedina, 2009.
- CHACON, Vamireh. **Abreu e Lima: general de Bolívar**. Recife: CEPE, 2007.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. José Ignacio de Abreu e Lima. In: Diccionario biographico de pernambucanos celebres. Recife: Typographia Universal, 1882.
- DEAS, Malcom. A Venezuela, a Colômbia e o Equador: o primeiro meio século de independência. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina: Da Independência a 1870**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO**, número 292, 12 de janeiro de 1834. Recife: Tipografia do Diário, 1834. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_01/6404. Acesso em: 17 jan. 2024.
- _____, número 101, 05 de maio de 1869. Recife: Tipografia do Diário, 1869. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_04/23202. Acesso em: 17 jan. 2024.
- _____, número 124, 03 de junho de 1869. Recife: Tipografia do Diário, 1869. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/029033_04/23385. Acesso em: 17 jan. 2024.
- DOCUMENTO 6290. **Archivo del Libertador**. Disponível em: <http://www.archivodellibertador.gob.ve/escritos/buscador/spip.php?article7802>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- DOCUMENTO 6291. **Archivo del Libertador**. Disponível em: <http://www.archivodellibertador.gob.ve/escritos/buscador/spip.php?article7817>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- DOSSE, François. **Paul Ricoeur: um filósofo em seu tempo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

- FREDRIGO, Fabiana de Souza. **Guerras e escritas: a correspondência de Simón Bolívar (1799-1830)**. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GRIMSON, Alejandro. **Los límites de la cultura**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.
- GUERRA, François-Xavier. A nação na América espanhola: a questão das origens. **Maracanan**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 1999/2000.
- GUIMARÃES, Argeu. **Um brasileiro na epopeia bolivariana (Biographia do general Abreu e Lima)**. Recife: Empresa Graphico-Editora, 1926.
- HALBWACHS, Maurice. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris; Haia: Mouton & Co., 1976.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.
- MELLO, Evaldo Cabral de. O norte e a política de imigração. In: **O Norte agrário e o Império**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- MELLO, Urbano Sabino Pessoa de. **Apreciação da Revolta Praieira em Pernambuco**. Rio de Janeiro: Typ. do Correio Mercantil, 1849.
- MEMORIAS DE VENEZUELA**. Caracas: Fundación Imprenta de la Cultura, 2019. Disponível em: <http://cnh.gob.ve/images/CNH/th/RMV65-03-WEB.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2023.
- O HOMEM E A AMERICA**, número 7, 25 de novembro de 1831. Rio de Janeiro: Typographia de Thomas B. Hunt & Cia, 1831. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/701955/9>. Acesso em: 17 jan. 2024.
- O NOVO MUNDO: PERIODICO ILLUSTRADO DO PROGRESSO DA EDADE**, número 31, 23 de abril de 1873. Nova Iorque: James Sutton Co., 1873. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/122815/520>. Acesso em: 17 jan. 2023.
- PÁEZ, José Antonio. **Memorias del General José Antonio Páez (Autobiografía)**. Madrid: Editorial América, 1916.
- POLO, Marco Manuel Forero. José María Córdova: ¿Prócer o Conspirador?. **Goliardos**, Bogotá, nº 13, 2010.
- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- _____. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994.
- RÜSEN, Jörn. **Teoria da História: uma teoria da história como ciência**. Curitiba: Editora UFPR, 2015.
- SOUSA, Monique Santana de Oliveira. **Irmãos Latinos ou Parentes Distantes: O Brasil e a América Hispânica na ótica do general Abreu e Lima (1819-1848)**. Dissertação de Mestrado (História). São Gonçalo, UERJ, 2019.
- SOUZA JÚNIOR, Paulo Montini de Assis. **Abreu e Lima, redator: estudos sobre cultura política e pensamentos nos pasquins fluminenses de José Ignacio de Abreu e Lima, 1833**. Dissertação de Mestrado (História). Recife, UFPE, 2020.
- THIBAUD, Clément. Federalismo-Colômbia. In: SEBASTIÁN, Javier Fernández (org.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750-1850**. Madrid: Fundación Carolina: Sociedad Estatal de Conmemoraciones Culturales: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009.

RESENHA

As várias independências: resenha do livro “A Independência do Brasil: temas de pesquisa e ensino de história”

Luísa Cutrim¹

A obra *A Independência do Brasil: temas de pesquisa e ensino de história* foi publicada em 2022, sob a organização das historiadoras Kelly Eleutério Oliveira e Renata Silva Fernandes, pela editora Traço Fino. No ano de comemorações do bicentenário da Independência, a obra tem como objetivo apresentar quadros gerais sobre algumas temáticas discutidas pela historiografia nas últimas décadas em relação aos processos de Independência do Brasil e de construção do Estado Nacional no século XIX. Os artigos reunidos na obra foram produzidos por professores e pesquisadores do Ensino Básico e do Ensino Superior de diferentes regiões do país. Além disso, o ponto central das produções é a integração da historiografia acadêmica com um público mais amplo, principalmente com os docentes de ensino básico. O livro é dividido em onze capítulos, com enfoque em temas relevantes sobre a Independência, tais como: cidadania, práticas políticas e participação popular. Em todos eles, constam ainda uma seção chamada “para a sala de aula” que tem o intuito de propor caminhos pedagógicos para a abordagem das temáticas em sala de aula.

A obra está pautada na perspectiva de que a Independência foi um processo plural, não linear, e que envolveu diferentes grupos sociais. Como apresenta István Jancsó (2005, p.18) – na já clássica coletânea *Independência: História e Historiografia*, o rompimento do mosaico que constituía o Império português fez com que, na América, os padrões de ordenamento fossem subvertidos por “uma combinação de rupturas e permanências que alterou a qualidade do todo e, portanto, de cada uma das partes”. Ainda nesse caminho, a coletânea da presente resenha dialoga com a nova história política, reforçando a ideia de que a emancipação política do Brasil não era equivalente a constituição do Estado nacional (JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p.393). Todos os artigos que compõem a obra ressaltam tais aspectos, de que não houve uma única Independência, pautada em uma data fixa e a partir somente de um “acordo palaciano”. Mas sim, de que havia múltiplos projetos políticos

1 Doutorado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.
E-mail: luisacutrim91@gmail.com.

em disputa em tal contexto. A principal contribuição da obra é conseguir condensar tais discussões por meio de uma linguagem acessível ao público mais amplo, sem, no entanto, tornar as análises simplistas.

O primeiro capítulo, “Das capitâneas às províncias: o governo dos territórios na Independência do Brasil”, foi escrito pelas historiadoras Kelly Oliveira e Renata Fernandes. O texto é pautado na perspectiva da Sérgio Buarque de Holanda, de que Independência e unidade não nasceram juntas. Ou seja, no momento do estabelecimento das Cortes portuguesas, em 1820, o Brasil era na verdade formado por uma pluralidade de territórios. Sendo assim, as autoras discutem tanto sobre como se deu a transição das capitâneas para províncias, como sobre os debates realizados nas Cortes de 1820 e na Assembleia constituinte de 1823 sobre as propostas de organização dos recém-criados governos das províncias. Tais cenários ressaltam que a transformação dessas capitâneas dispersas em províncias integradas ao Império foi construída por diferentes processos políticos, territoriais e identitários. Na seção “Para sala de aula”, as autoras propõem duas atividades: a primeira seria na apresentação de representações cartográficas históricas de diferentes períodos para debater aspectos técnicos e sociopolíticos. E a segunda atividade seria realizar a análise e a contraposição de definições presentes em dicionários de época e atuais, com enfoque em palavras/conceitos como “capitânia”, “província”, “estado” e “nação”. O objetivo das propostas é tanto trabalhar com diferentes fontes históricas, quanto reforçar habilidades como comparação e contextualização, aspectos essenciais para o Ensino de História.

De autoria de Andréa Lisly Gonçalves, o segundo capítulo “As independências do Brasil e a contrarrevolução”, tem entre os seus objetivos analisar os desdobramentos da Revolução do Porto e apresentar algumas repercussões da emancipação política do Brasil nos setores contrarrevolucionários de Portugal. Como o principal contexto de análise da autora é o período de crise dos impérios modernos, ela defende que os temas da revolução e da contrarrevolução só podem ser entendidos a partir de perspectivas transnacional e transcontinental. As discussões suscitadas pelo capítulo reforçam a ideia de que a contrarrevolução seria a outra face do processo revolucionário da Independência. Assim como, fica claro que, mesmo com a separação política entre Brasil e Portugal, os impérios continuaram a se influenciar mutuamente. Ao final, a autora propõe na seção “Para Sala de Aula” a resolução de uma cruzadinha, formada pelas palavras destacadas ao longo do seu texto, como “corcunda”, “absolutismo” e “revolução”. Além disso, também sugere a produção de um resumo sobre o tema das independências e da contrarrevolução.

Em “Sociedade e cidadania na época da Independência”, Carlos de Oliveira Malaquias se debruça sobre uma das grandes questões da construção do Estado Nacional recém independente: o enquadramento da população livre e não branca nos limites da

cidadania ao mesmo tempo que se mantinha a escravidão. Tais grupos, ainda que heterogêneos, compartilhavam de perspectivas sobre a liberdade que foram fundamentais para a participação nas guerras de Independência. Mesmo com a permanência da escravidão no pós-Independência, o autor destaca o ponto de ruptura no estatuto civil e político dos descendentes de escravos. Isto porque, a Constituição de 1824 estabelecia como cidadãos brasileiros todos aqueles nascidos no Brasil, sem distinção de cor. Entretanto, na dinâmica cotidiana, essa “cidadania desracializada” não alterou os preconceitos que continuavam a reafirmar uma visão de mundo hierárquica e a embasar a construção do novo Estado. Como proposta para trabalho em sala de aula, o autor apresenta um excerto do Presidente da Câmara e Juiz Ordinário da Cidade de São Cristóvão, da província do Sergipe. O trecho destaca como os negros e pardos esperavam a igualdade civil com a Independência. Logo, auxilia na compreensão sobre as dificuldades que as expectativas geradas pela busca da cidadania geraram na maior parte da sociedade brasileira.

O Capítulo 4, “O comércio de gente no alvorecer do Brasil independente”, de Paulo Henrique Fontes Cadena, vai continuar com as discussões relacionadas à escravidão, a qual foi mantida após a Independência. Cadena descreve com riqueza de detalhes o desembarque de cativos nos portos de Recife, permitindo visualizar de maneira clara a dinâmica perversa que marcava o comércio de gente no século XIX. A partir da pesquisa do professor Marcus Carvalho e nos relatos de contemporâneos, o autor analisa a trajetória de dois personagens, Visconde de Albuquerque, importante traficante de escravos, e o Marquês de Olinda, que ocupou altos cargos políticos no Império. Desse modo, o autor consegue mapear as redes de favores e de financiamentos que foram feitas por grandes traficantes de escravos às figuras por eles protegidas. Tais despesas eram, na verdade, investimentos, visto que se revertia em representação e proteção política no Estado Nacional recém-inaugurado. O autor destaca, na seção “Para Sala de Aula”, alguns instrumentos de apoio que estão disponíveis atualmente, como a Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e a base de dados *slavevoyages.com*. Sendo assim, o autor propõe que pesquisas direcionadas sejam feitas pelos alunos nas plataformas.

Já no Capítulo “Constituir o Brasil, consolidar a Independência: debates sobre a integridade do Brasil na Assembleia Geral de 1823”, Alexandre Bellini Tasca trabalha com os debates da Assembleia Constituinte de 1823 para perceber como o “estado de independência do Brasil” ainda era um caminho incerto. Ao longo do segundo semestre de 1822 o processo de Independência não estava consolidado e muito menos havia alcançado todas as partes do Brasil. Tal contexto de incertezas, fortalece as tensões entre “portugueses” e “brasileiros”, assim como, a imprensa periódica se torna importante ferramenta para a construção da cidadania. Em contrapartida, o autor percebe que os debates também visavam construir laços

nacionais entre as províncias. Característica que se manteve na Carta Constitucional outorgada por D. Pedro I, em 1824. A seção “Para Sala de Aula” é composta por uma série de referências sobre plataformas e documentos que podem ser utilizados por professores e alunos. Dentre eles, Tasca destaca o projeto *Itinerários da Independência*, produzido conjuntamente entre Senado Federal e Universidade Federal de Minas Gerais. A plataforma online reúne materiais multimídias, como pinturas, fotografias, podcasts e vídeos. Além de contar com um “Guia do Educador”, com uma ampla lista de referências. Os materiais reunidos servem como uma ponte entre o professor e o pesquisador e auxiliam na elaboração de projetos pedagógicos.

Raphael Rocha de Almeida também segue o caminho da atividade política no capítulo “As independências do Brasil e as práticas políticas”. Seu objetivo é analisar os discursos e as práticas políticas que estavam sendo construídas no amplo processo que resultou na Independência e em seguida, na construção da ordem institucional. O autor analisou tanto os debates nas Cortes portuguesas, quanto um dos principais impactos do constitucionalismo no Brasil: a liberdade de imprensa e a construção da opinião pública. A partir da pesquisa de referência de Lúcia Neves, o autor destaca a importância dos embates políticos que marcaram as páginas dos jornais no século XIX. A imprensa trouxe ao debate público os mais variados temas políticos. O que também permitiu a difusão das novas ideias constitucionais, além de influenciar o debate parlamentar. O autor utiliza a seção “Para Sala de Aula” para levantar questionamentos sobre a forma que o tema da Independência do Brasil é abordado nos materiais didáticos. Isto porque, o destaque normalmente é dado aos grandes eventos e aos grandes personagens. Sendo assim, Almeida propõe resgatar as discussões em sala de aula a partir da história dos indivíduos e em como estes ocuparam os espaços públicos e a imprensa.

No capítulo 7, “As independências do Brasil e a questão fiscal”, Cláudia Maria das Graças Chaves se debruça sobre a fiscalidade no Brasil durante o processo de Independência. Para isso, a autora faz um retrospecto sobre a estrutura administrativa herdada de Portugal para chegar aos princípios da fiscalidade do Estado em formação. Chaves demonstra como foi árduo o caminho para conseguir transformar a lógica fiscal, mesmo na década de 1820. Entre as dificuldades no pós-Independência estavam as disputas regionais que envolviam, conseqüentemente, o controle das rendas e a administração fiscal. Desse modo, a autora ressalta que a questão da fiscalidade não apenas demorou para ser estabelecida no Estado independente, como também dependeu das negociações em torno da unidade nacional. Já na seção “Para Sala de Aula”, Chaves destaca a ferramenta disponível no site do Arquivo Nacional, chamada MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira. Os mate-

riais disponíveis pelo Arquivo permitem compreender as diversas instituições relacionadas com as questões fiscais, como juntas, provedorias e alfândegas.

Adriana Barreto de Souza, no capítulo “As independências do Brasil e os militares”, apresenta outra perspectiva sobre a instituição militar. O seu intuito é demonstrar que, na década de 1820, o termo “militares” possuía um significado diferente do atual e, por vezes, estava relacionado com as camadas populares. Naquele contexto não havia ainda uma instituição militar unificada, logo, a autora ressalta a atuação das “tropas da terra”. A denominação se referia as forças recrutadas entre a população local e foi muito utilizada por D. Pedro I, ao perceber a fragilidade da sua autoridade no período que antecedeu à Independência. Sendo assim, Souza consegue destacar em seu trabalho como, por meio desse aparato militar, as camadas populares se fizeram presentes nos embates em torno da Independência. Ao final, na seção “Para Sala de Aula”, a autora propõe o uso dos dicionários de época para analisar alguns verbetes relacionados ao aparato militar. Nesse sentido, os alunos conseguem observar as transformações dos termos e percebê-los como um produto histórico.

Mais uma camada da sociedade é discutida no capítulo “As independências do Brasil e a questão indígena”, por João Paulo Peixoto da Costa. O autor ressalta a precarização dos povos indígenas após a separação política de Portugal, os quais, por outro lado, tiveram participação ativa nos processos de Independência e de construção do Estado Nacional. Costa analisa a atuação de indígenas que, na condição de *nobres de terra*, ocuparam importantes cargos político-administrativos, como vereadores e juizes. Além disso, também é notória a participação popular dos grupos indígenas, por meio do envolvimento em rebeliões e recrutamentos militares. Em contrapartida, após a Independência ocorreu a regressão dos direitos políticos e a intensificação do trabalho forçado dessa população. Uma das propostas do autor na seção “Para Sala de Aula”, é o exercício analítico com as fontes imagéticas, como as gravuras de Jean-Baptiste Debret. Tal ferramenta auxilia o professor a levantar questionamentos em sala de aula sobre as diferenças entre os grupos indígenas.

Ítalo Domingos Santirocchi, em “As independências do Brasil e a Igreja”, destaca como a atuação do clero e o papel da Igreja ainda é uma lacuna que existe na historiografia. O autor busca, então, analisar no capítulo como os clérigos reagiram ao processo de independência nas sete dioceses e na Corte. A partir das cartas pastorais – instrumentos utilizados pelos bispos para se comunicarem com o clero e o povo –, o autor identificou que, em sua grande maioria, os bispos no Brasil fizeram uma leitura política alinhada com aquela das regiões nas quais viviam, como a defesa ao constitucionalismo e às Cortes portuguesas, no caso do Maranhão e Pará. Além disso, também foi ativa a participação do clero nas instituições político-administrativas que marcaram aquele contexto, como nas Juntas de Governo, nas Cortes de Lisboa, na imprensa constitucional dos anos de 1820 e, posteriormente, na

Constituinte de 1823. Ao final, o autor sugere ampliar as discussões sobre a Igreja Católica em sala de aula. Como ele aponta na seção “Para Sala de Aula”, os materiais didáticos comumente apresentam a Igreja Católica somente em momentos pontuais. A proposta do autor é que o papel da Igreja seja trabalhado em todo Período Imperial, com intuito de compreender a instituição como um dos pilares de sustentação do trono.

No último capítulo, “A Independência do Brasil nos livros didáticos de História”, a autora Raissa Gabrielle Vieira Cirino vai refletir sobre a temática pelo olhar do Ensino de História. A autora analisa as histórias apresentadas sobre o processo de Independência do Brasil em diferentes coleções de livros didáticos. Segundo Cirino, os materiais continuam perpetuando uma narrativa-mestre nacional, a qual prioriza analisar os artífices da Independência em prol do Estado nacional e as permanências e privilégios dos setores de elite. Nesse caminho, os livros didáticos acabam por não discutir aspectos importantes, como o caráter revolucionário da Independência. Em contrapartida, a autora observa também a incorporação de discussões historiográficas mais recentes, como o esforço em tentar evidenciar a atuação de diferentes setores populacionais. Ao final, Cirino sugere algumas alternativas que permitem complexificar a análise da temática em sala de aula, tais como: retomar o caráter revolucionário; ampliar o debate sobre as práticas políticas e de cidadania; e investigar os usos do passado da Independência.

Desse modo, o capítulo final da coletânea permite alinhar as discussões apresentadas em toda obra. Ao definir como objetivo a desnaturalização da Independência, os capítulos apresentados demonstram o alargamento temporal do período relacionado à temática, assim como, aprofundam as discussões e os personagens que construíram e debateram os diferentes projetos políticos que marcaram a década de 1820. Logo, a obra não só contribui para as comemorações do bicentenário, como também, reflete sobre problemas atuais a partir da Independência.

REFERÊNCIAS

JANCSÓ, István (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec: Fapesp, 2005.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo. **Peças de um mosaico ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira**. Revista de História das Ideias. Vol. 21, 2000.

OLIVEIRA, Kelly Eleutério Machado; FERNANDES, Renata Silva (org.). **A independência do Brasil: temas de pesquisa e ensino de história**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022.

ENTREVISTA

João Paulo Garrido Pimenta, historiador

Elizabeth Sousa Abrantes¹

 <https://orcid.org/0000-0002-4087-0057>

Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus²

 <https://orcid.org/0000-0001-8913-3966>

João Paulo Peixoto Costa³

 <https://orcid.org/0000-0001-6767-4104>

Entrevista com o historiador João Paulo Garrido Pimenta, professor, historiador e Bolsista de Produtividade do CNPq 2. O entrevistado é doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Desde de 2004 é professor do Departamento de História da USP. Foi professor Visitante do Colegio de México, da Universitat Jaume I, na Espanha, da PUC-Chile, da Universidad Andina Simón Bolívar, no Equador e da Universidad de la Republica, no Uruguai. Vice-coordenador do LAB-Mundi/USP (Laboratório de Estudos sobre o Brasil e o Sistema Mundial), instituição vinculada à Global History Network, da Harvard University, e pesquisador do grupo Iberconceptos III, ligado à Universidad del País Vasco.

João Paulo Garrido Pimenta colabora há décadas, consideravelmente, para o campo acadêmico com temas relacionados a Independência do Brasil; Independência da América espanhola; América portuguesa, séculos XVIII e XIX; Império do Brasil; questão nacional e identidades políticas; história do tempo histórico. É de sua autoria a obra *Estado e Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata 1808-1828*, publicada pela editora Hucitec, em 2002, e mais recente lançou pela editora Contexto o livro *Independência do Brasil*, com uma linguagem acessível a todos os públicos.

1 Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Associada do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: bethabrantess@yahoo.com.br.

2 Doutor em História pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Professor da Faculdade Laboro (São Luís-MA). E-mail: yuri_alhadeff@hotmail.com.

3 Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor do Instituto Federal do Piauí, do Programa de Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: ioao.beixoto@ifpi.edu.br.

No âmbito desta publicação, as questões propostas pelos entrevistadores serão designadas como RBC (Revista Brasileira do Caribe). Agradecemos a colaboração do prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta neste Dossiê sobre as Independências nas Américas.

RBC - Como surgiu seu interesse pelo estudo do processo de Independência do Brasil como objeto de pesquisa?

Meu interesse pelo tema surgiu de uma reflexão ampla, fomentada e dirigida pelo meu mestre István Jancsó, acerca da questão nacional no Brasil, bem como das relações entre realidades nacionais e coloniais que, forçosamente, implicam em pensar o Brasil como parte de uma realidade americana mais ampla, na qual distintas formas de colonização condicionaram, parcialmente, distintas formas de Estados e nações. Não obstante a América de colonização ibérica ter se constituído em um enorme laboratório de criação de novas formas de pertencimento coletivo ainda na primeira metade do século XIX, ela foi muito pouco, quase nada tratada pela literatura clássica acerca da questão nacional, desde sempre voltada sobretudo para realidades europeias e, em menor escala e mais recentemente, também asiáticas e africanas. A Independência do Brasil, portanto, começou a me interessar como um conjunto de vetores capazes de configurar uma realidade nacional nova em forte conexão com outros vetores de conservação, em uma dialética que até hoje fascina e confunde muitos observadores do fenômeno. E como um fenômeno necessariamente iberoamericano, a Independência começou a ser por mim analisada por meio de um espaço específico, ainda que abrangente: o Rio da Prata e a presença lusoamericana – logo brasileira – naquela região. Portanto, se bem entenda perfeitamente a antiga e ainda reiterada crítica a enfoques da Independência excessivamente limitados a determinadas regiões do Brasil, estou em uma posição confortável para afirmar que, a rigor, o “dentro” e o “fora”, bem como esta ou aquela “parte” da Independência, nunca fizeram pleno sentido. O processo foi um emaranhado dinâmico de lugares – assim como de tempos e de dimensões da realidade – a ensejar totalidades provisórias. Jamais uma única totalidade, mas várias.

RBC - Quais as principais mudanças ocorridas nas últimas décadas nas interpretações historiográficas da Independência do Brasil?

O conhecimento histórico possui uma dimensão parcialmente acumulativa, embora nem todos os seus praticantes pareçam dispostos a problematizar essa importante questão. Um grande tema de estudos – grande não no sentido de ser “maior” ou mais nobilitador do que outros, apenas no de ser capaz, por sua própria natureza, de articular outros temas – está sempre sujeito a revisões e mudanças de interpretação, mas isso não significa que tais mudanças criem uma historiografia melhor do que anteriores, ou de que por meio delas o conhecimento do tema em questão esteja progredindo. Significa apenas que o tema

recebe novos olhares naturalmente decorrentes da dimensão parcialmente acumulativa que o constitui, bem como se articula a novas demandas do tempo presente que, também naturalmente, o colocam naquela dimensão de “história sempre contemporânea” que nos remete à célebre assertiva de Croce. O que tem mudado na historiografia da Independência, nos últimos anos? O acúmulo, cada vez maior, de conhecimentos específicos acerca de seus espaços, dimensões e tempos, nem sempre devidamente apreciados pelos ditames de um presente altamente seletivo em suas preocupações, bem como cada vez mais acelerado em suas condições de análise e pesquisa. Sem dúvida existem tendências na historiografia da Independência atuais e muito valiosas: o estudo focado em certos atores sociais, a articulação entre alguns espaços e dimensões menos conhecidos do que outros, a valorização de aspectos linguísticos e conceituais do processo políticos, a articulação desse processo a fenômenos fundamentalmente econômicos e culturais... Mas eu diria que a característica mais central das mais recentes interpretações historiográficas acerca da Independência se enuncia como um verdadeiro paradoxo: a crescente dificuldade dessa historiografia em lidar, de modo criterioso e rigoroso, com ela mesma, com a crescente massa de estudos que ela gera, mas que é cada vez menos apreciada pelos estudiosos da matéria.

RBC - Quais os significados da interpretação da Independência do Brasil como um movimento revolucionário?

Como em qualquer ciência social, o emprego de categorias de análise em História depende de uma articulação entre empiria e teoria, na qual uma dê significado à outra. No Brasil, a palavra revolução possui uma rica e multifacetada trajetória, que remonta ao século XVIII colonial e chega aos dias atuais, envolvendo desde usos analíticos sofisticados até simples disputas verbais cotidianas. Revolução pode ser algo bom, ruim ou neutro; uma grande transformação abrupta ou processual, um esforço de manutenção de valores antigos; pode ser algo de gente rica e poderosa, de pobres e oprimidos, uma utopia ou distopia de futuro. Em meio a todas essas e outras possibilidades, a palavra conhece uma tendência – vejam bem, eu disse tendência – a uma interdição: é que segundo um modo de ver as coisas, o Brasil seria um país inacabado, preso a um passado que lhe fecharia as portas para o futuro. Ele seria uma realidade em permanente construção – ou destruição. Essa imagem do Brasil, que se expressou e ainda se expressa em diferentes versões e com matizes que não é possível aqui explorar, é refratária à ideia de revolução, ao menos no sentido mais convencional do termo, e que se refere a profundas alterações no status quo vigente. O Brasil não seria, assim, um ambiente propício a revoluções. Ocorre, porém, que a Independência, um processo violento, em muitos sentidos disruptivo, e fortemente conectado a outros processos mundiais admitidamente revolucionários, criou as condições mais essenciais para o surgimento de um Estado, de uma nação e de uma identidade nacional até então inexistentes, e

– com variações – até hoje existentes. Minha argumentação dos atributos revolucionários da Independência – não totalmente inovadores e fortemente tributários de autores e autoras anteriores a mim – segue por esse caminho.

RBC - Como você avalia as comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil, com suas apropriações e disputas de narrativas em um contexto marcado por conservadorismo e negacionismo?

Muitos respeitáveis colegas consideraram o Bicentenário de 2022 um verdadeiro desastre, lugubrememente marcado pela ação empoderada de forças políticas e sociais das mais retrógradas e tenebrosas que já se manifestaram em toda a nossa história. Não discordo inteiramente dessa avaliação. Porém, vi no Bicentenário também um outro lado: um ambiente de ampliação do interesse social pelo conhecimento histórico, e que abriu espaços e mobilizou uma atuação pública e engajada de historiadores e historiadoras em uma escala até então inédita. Visto desse ponto de vista, o Bicentenário foi rico em oportunidades de afirmação da importância do ofício do historiador não apenas para - se me é permitida a recorrência a uma fórmula banal, mas não de todo impertinente – a construção de um mundo melhor, mas também para a interação do historiador com uma cultura de história que, em nosso país, mas também em muitos outros, nem sempre é capaz de chamar nossa devida atenção. Muitos brasileiros se interessam, sim, pela História. Nem sempre, porém, esse interesse se manifesta dos modos por nós esperado ou desejado. Espero que, no futuro, os historiadores e historiadoras que se dedicarem a estudar o Bicentenário – já há estudos disponíveis a respeito – não o reduzam às comemorações governamentais, e considerem as muitas e múltiplas ações que o tipificaram.

RBC - Como explicar a aparente falta de interesse da sociedade pelo tema da Independência e a maneira como se relaciona com a limitada cidadania brasileira?

A pergunta já é uma meia-resposta: essa falta de interesse é aparente. Ou melhor, relativa. Sempre houve, e continua a haver, contingentes significativos de brasileiros interessados por História, embora tal interesse se manifeste de maneiras, em ocasiões e por motivos dos mais diversificados. É necessário evitar as armadilhas de percepção decorrentes da generalização excessiva e estéril de que o brasileiro, por natureza, não se interessa pelo passado. Um diagnóstico apurado desse interesse, que deve dar conta de situações cambiantes o tempo todo, mas que acabam por convergir em interesses dignos de nota, pode ser uma poderosa ferramenta de intervenção social por parte do historiador, seja como pesquisador, divulgador, professor, profissional de patrimônio, museus, casas de cultura etc. Dito isto, eu devolveria a pergunta: a cidadania brasileira é mesmo limitada, ou tal afirmação padece das mesmas debilidades que aquela que assinaléi acima, da suposta incompletude da realidade

histórica em nosso país? O que seria uma cidadania, pelo contrário, plena? Não quero relativizar excessivamente a questão, ignorando determinados déficits de cidadania que podem, sim, ser mensuráveis, desde que tenhamos em mente um projeto de nação, um ponto a que queremos chegar como coletividade. Apenas desconfio de uma relação direta entre os parciais desinteresses do brasileiro pela história – postura, aliás, não exclusiva, sequer típica, do brasileiro – e essa suposta limitação de uma cidadania que, como em qualquer parte do mundo, em nosso país pode ser considerada como um ideal em permanente construção.

RBC - Como você avalia o ensino de história em relação ao tema da Independência política do Brasil?

O ensino de história da Independência padece dos mesmos problemas que o ensino de história no Brasil em geral. Nesse ponto, porém, gostaria de apontar, como forma de valorizar, em perspectiva bastante realista, os numerosos, duradouros e altamente meritórios esforços de nossa classe docente como um todo, que tem tornado o ensino de história da Independência cada vez mais crítico, complexo e conectado com elaborações acadêmicas e especializadas. É um tremendo lugar-comum a ideia de que, no Brasil, o ensino des-ensina, que a escola é um lugar ultrapassado e estéril, e que o professor é um mero reproduzidor de mitos a serem supostamente desconstruídos pelos especialistas – com a ajuda da imprensa, dos meios de comunicação e das redes sociais. Não acredito que as coisas sejam assim.

RBC - Como você avalia as novas abordagens do processo de Independência do Brasil que priorizam o protagonismo dos setores considerados subalternos da sociedade?

Essa é uma daquelas tendências às quais me referi preliminarmente algumas linhas acima, e que tem pautado uma parte importante da historiografia da Independência nesse contexto do Bicentenário. Certamente ela ainda se mostrará forte por algum tempo. No entanto, gostaria de destacar uma aparente obviedade: muitas vezes as mais pujantes renovações historiográficas não incidem sobre objetos ou enfoques, mas sobre teorias e métodos capazes de reavaliar conhecimentos anteriormente estabelecidos, mas de alguma maneira excessivamente limitados. Parte das abordagens atuais acerca desses setores considerados subalternos da sociedade é, sim, poderosa e bem-vinda, com novos dados empíricos, novas fontes e arcabouços teórico-metodológicos capazes de reavaliar o estereótipo de que tais setores simplesmente não atuaram na independência, e ponto. Porém, outra parte dessas mesmas abordagens continua a insistir em supostos protagonismos individuais, em heróis e heroínas, em mitos tomados passivamente como verdades históricas, em exageros, distorções e anacronismos de todo tipo, e que são úteis apenas como documentos de uma era de poucos cuidados na projeção de valores do presente para o passado, jamais como interpre-

tações capazes de nos explicar o que foi a Independência, seus antecedentes, resultados e atualismos.

RBC - Qual o seu balanço sobre o crescimento da produção historiográfica dos estudos das diferentes realidades regionais no contexto da Independência? E quais as suas perspectivas em relação aos estudos das (In)dependências das Américas?

Entendo que as renovações historiográficas acerca da Independência assentadas na diversificação de espaços trazem consigo as mesmas potências e debilidades que aquelas pautadas na diversificação de atores sociais. É mais ou menos natural que os cortes espaciais da pesquisa histórica brasileira – e não somente daquela voltada à Independência – estejam relacionados às localizações das universidades que fomentam tal pesquisa, assim como à disponibilidade e acessibilidade a fontes primárias, arquivos e outros centros de documentação. É assim em todo lugar do mundo. O que não significa que essa seja uma situação desejável ou insuperável. Frequentemente, a diversificação dos fatores espaciais envolvidos em uma pesquisa é extremamente benéfico à sua capacidade de inovação. Assim, pode ser altamente recomendável que um pesquisador do Maranhão estude a Independência no sul do país, que um do Pará estude a Bahia, ou que um do Rio de Janeiro estude São Paulo, Mato Grosso ou Pernambuco, por exemplo. De todas essas combinações possíveis e imagináveis, a única recomendação que faria a um jovem e iniciante pesquisador interessado no tema é que sempre, sempre, conceba seu objeto em uma perspectiva ampla, e que, a despeito de seus recortes específicos, necessários a qualquer pesquisa acadêmica, não deixe de pensar tal objeto como possuindo, de alguma maneira, espaços, tempos e dimensões múltiplas, para além daquelas recortadas. Isso forçosamente insere a Independência do Brasil em uma perspectiva americana, europeia, mas também africana e, em menor medida, até mesmo asiática. A Independência foi, não há dúvidas quanto a isso, um processo de abrangência mundial. Ainda que tal abrangência não diga respeito a um único e estanque mundo, mas a vários e dinâmicos mundos que estavam em construção na primeira metade do século XIX.